



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Trabalho Informal: escolha ou escassez de empregos?
Estudo sobre o perfil dos trabalhadores por conta própria**

Maria Amélia Sasaki

Brasília, DF

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Trabalho Informal: escolha ou escassez de empregos?
Estudo sobre o perfil dos trabalhadores por conta própria

Dissertação de Mestrado aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a. Dr.^a Ione Vasques-Menezes (Presidente)
Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília, DF

Prof. Dr. Cláudio Vaz Torres (Membro)
Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília, DF

Prof. Dr.^a Analía Soria Batista (Membro)
Pós-Graduação em Sociologia
Universidade de Brasília, DF

Brasília, outubro de 2009.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação tem significado especial para mim por representar meu retorno à vida universitária. E o caminho de volta se confunde com minha trajetória profissional, repleta de experiências que me suscitaram interesse pelo estudo do *Trabalho* e muitas indagações...

Por esta razão, muito agradeço a todos que, de alguma forma, em algum momento da minha jornada, contribuíram para a realização deste trabalho. Assim, quero inicialmente agradecer aos meus saudosos pais *Hitoshi Sasaki e Zeyr Cadavid Sasaki* que me transmitiram os valores do *trabalho*. Ao meu filho *Luciano* pelo incentivo e pelos diálogos instigantes sobre este estudo. Ao meu filho *Yuri* pelo apoio e carinho. Agradeço ao *Solon Doelinger* pelo apoio afetivo e palavras de estímulo nesta caminhada. À amiga-irmã *Ângela* pelo carinho e incentivos constantes.

À minha orientadora- Prof^a *Ione Vasques-Menezes*- que, muito além de professora e orientadora crítica e competente em suas observações, mostrou enorme capacidade de equilibrar o suporte técnico e o afetivo. Por isto, a ela agradeço também o apoio e estímulo durante o curso, período em que tive que superar perdas familiares.

À todos os professores do Departamento de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO), do Instituto de Psicologia da UnB e, especialmente, àqueles que me acompanharam mais de perto: *Claúdio Torres, Hartmut Gunter e Ronaldo Pilati*. Agradeço à professora *Ângela Almeida* que me incentivou a transitar entre as fronteiras da Sociologia e da Psicologia Social e do Trabalho.

Agradeço ao prof. *Carlos Alberto Ramos*, do Departamento de Economia da UnB, cujos debates sobre o trabalho informal me levaram a optar pelo tema do presente estudo, possibilitando o caráter interdisciplinar inerente à temática desta dissertação.

A todos os colegas do PSTO, funcionários e alunos do mestrado e doutorado, os quais me propiciaram um ambiente de aprendizagem caloroso e agradável.

Agradeço de forma especial aos *trabalhadores informais* pela realização das entrevistas e pelo que aprendi com suas histórias de vida e trabalho, repletas de desafios, mas, corajosas e felizes, com certeza.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
APRESENTAÇÃO.....	01
CAPÍTULO I O TRABALHO.....	06
CAPÍTULO II O TRABALHO INFORMAL.....	25
2.1 O trabalho informal – em busca de um conceito.....	25
2.2 Gênese da informalidade.....	29
2.3 Modelos explicativos.....	39
2.4 O trabalho informal como escolha.....	48
CAPÍTULO III MÉTODO.....	57
3.1 Seleção e acesso aos participantes da pesquisa.....	58
3.2 Os entrevistados.....	59
3.3 A escolha do instrumento.....	61
3.4 A realização das entrevistas.....	61
3.5 Método para análise do <i>corpus</i>	64
3.6 Procedimentos da análise.....	64
CAPÍTULO IV RESULTADOS.....	66
4.1 Experiência e aprendizagem.....	67
4.2 Escolha e permanência.....	75
4.3 Condições de trabalho.....	82
4.4 Possibilidades de Renda	92

4.5	Seguridade social.....	96
4.6	Discriminação e Marginalidade.....	100
CAPÍTULO V	DISCUSSÃO.....	103
5.1	Trabalhador informal na dimensão do sujeito e da sociedade.....	104
5.2	Marginalidade e atividade informal: uma associação ingrata	107
5.3	A escolha do trabalho informal.....	110
5.4	Relação com a Previdência Social.....	114
5.5	O “saber” e o “saber fazer”	117
5.6	Perfil do trabalhador informal e sua problemática.....	119
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	131

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo realizar estudo exploratório sobre o perfil dos trabalhadores informais por conta própria, a partir de suas trajetórias de trabalho-vida e identificando suas opções, interesses, sentimentos e o que pensam acerca do trabalho informal. Foram objeto de investigação o trabalhador e seu processo de escolha ou saídas de empregos ou do trabalho informal, bem como as razões destas; a relação desses trabalhadores com a seguridade social; as limitações legais e do próprio trabalho para o exercício da atividade e; as condições de trabalho. Foram ouvidos trabalhadores por conta própria que tem o trabalho informal como única atividade ou concomitante com empregos formais. O método adotado foi o qualitativo com entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Foram entrevistados 12 trabalhadores informais, sendo três mulheres e nove homens com idade entre 30 e 56 anos e escolaridade variando entre 1º grau incompleto e 2º grau completo. Os resultados evidenciaram que a escolha pelo trabalho informal constitui um processo que envolve experiência acumulada, qualificação e o conhecimento que os trabalhadores vão adquirindo no mercado de trabalho; os trabalhadores gostam da atividade que executam e atribuem importância à autonomia e controle exercido sobre o trabalho; características individuais como a capacidade de comunicação, interesse, responsabilidade e compromisso são requisitos fundamentais para a permanência no mercado; percebem discriminação em relação ao trabalho informal pelo Estado e pela sociedade e; a relação com a previdência social é marcada pela desconfiança, por parte desses trabalhadores, que buscam alternativas à aposentadoria através da previdência privada, compra de imóveis ou ajuda familiar. Os resultados também indicaram que os trabalhadores por conta própria optam pelo trabalho informal não por exclusão do mercado formal de trabalho, mas, na tentativa de elevar seus rendimentos e escolher um trabalho que traga prazer e autonomia.

Palavras-chave: perfil do trabalhador informal, trabalhador por conta própria, trabalho informal, trabalho.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to make an exploratory study of the profile of informal self-employed workers based on their work-life progression and identifying their choices, interests, feelings and what they think of informal work. The research focuses on the worker and how he/she chooses or leaves jobs or informal work, as well as the reasons for these moves; the relationship of these workers with social security services; the restrictions imposed by the law and the type of work itself on workers' activities, and finally, working conditions. Interviews were held with people working for themselves and for whom informal work is their only activity or is carried out in addition to formal employment. The method used was qualitative, using semi-structured interview and content analysis. Twelve informal workers were interviewed – three women and nine men, between 30 and 56 years old with education levels varying between unfinished elementary education and complete secondary education. The results showed that choosing informal work is a process involving accumulated experience, qualifications and knowledge that the workers have been acquiring in the labour market; workers like the work they do and give importance to the autonomy and control they have over their work; individual characteristics such as the ability to communicate, interest, responsibility and commitment are vital requirements for staying in the market; they feel they are discriminated against by the State and society in relation to informal work, and finally these workers distrust the social security system and look for alternatives to state pensions through private pension schemes, buying property or family help. The results also showed that self-employed workers choose the informal sector not because they are excluded from the formal labour market but because it is their way of trying to raise their income levels and to choose a job they enjoy and which gives them independence.

Keywords: Profile of the informal worker, self-employed worker, informal work, work.

APRESENTAÇÃO

Na maioria dos países o crescimento do trabalho informal é percebido como problema econômico e social dada a constatação de que grande massa dos trabalhadores está inserida precariamente no mercado de trabalho. A associação do trabalho informal com pobreza, baixa escolaridade, baixos rendimentos, bem como a falta de cobertura dos trabalhadores pelos sistemas de proteção social constituem um desafio para estudiosos e formuladores de políticas econômicas e sociais.

Os estudos e debates sobre o tema da informalidade no mercado de trabalho apresentam distintos paradigmas e visões diferentes sobre o mesmo fenômeno, a partir de propósitos diversos. Na América Latina, especialmente, o tema tem suscitado muita atenção por estar relacionado aos problemas do crescimento econômico, no bojo das mudanças econômicas e sociais produzidas pela globalização da economia e por seus condicionantes nacionais. A região foi palco de medidas de ajuste das políticas econômicas ao cenário internacional, na década de 90, com consequências em termos de altas taxas de desemprego e crescimento de trabalhos à margem do aparato legal. Conforme Tokman (2007, p.6): “a economia informal na região expandiu-se de 57% para 64,1% no período entre 1990 e 2005, em estreita relação com o incremento das medidas de ajuste econômico na América Latina.”

No Brasil, o crescente contingente de trabalhadores que atuam em atividades informais, registrado periodicamente nas estatísticas oficiais, é tomado como termômetro do nível de emprego e das consequências decorrentes, além de constituir constante ameaça de redução da base de financiamento da seguridade social. Cerca de 50% da População Economicamente Ativa exercia atividades informais, em 2007, conforme o Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE – (2007).

Em que pese a grande produção de conhecimentos sobre o tema, tanto na América Latina como particularmente no Brasil, o trabalho informal ainda não redundou em consenso sobre um conceito que pretende abranger um amplo leque de atividades que envolvem trabalhadores e situações heterogêneas no mercado de trabalho.

A dimensão econômica tem sido o foco central de análise para identificar as causas da crescente informalidade no mercado de trabalho. A regulação do mercado de trabalho e o sistema de proteção social, ambos decorrentes do vínculo empregatício, expresso num contrato de trabalho e registro na carteira de trabalho, também estão expressos na dimensão econômica dos estudos sobre o trabalho informal.

No enfoque econômico prevalece a corrente de pensamento dos trabalhadores informais como excedente de “mão-de-obra”, gerado pelo processo de acumulação capitalista em nível mundial Cacciamali (1983). A partir de condicionantes internacionais e macroeconômicos são analisadas as relações entre os setores formais e informais em contextos nacionais e locais, considerando seus efeitos sobre a precarização do trabalho.

Nestes termos, a escassez de empregos geraria um excedente de mão de obra que, em última instância, estaria disponível nos ciclos de crescimento econômico e que seriam excluídos nos períodos de desaceleração do crescimento (Cacciamali, 1983, 2000). A suposição seria que do ponto de vista dos trabalhadores, estes gostariam de ter vínculo formal de trabalho num ambiente de redução de empregos assalariados. A lógica que sustentaria essa proposta não seria o lucro, mas, a sobrevivência. Neste caso, o remédio seria o crescimento econômico como forma de gerar mais empregos.

Noutra vertente, o pensamento prevalente aponta para a noção de um setor informal desprotegido pela legislação e, portanto, excluído dos benefícios decorrentes

da relação de emprego formal. O crescimento da informalidade seria resultante do excesso de regulamentação do mercado de trabalho, “*vis a vis*” a limitada capacidade das pequenas empresas e trabalhadores informais em cumprir as regras trabalhistas e previdenciárias (Pastore, 2006). A suposição que estaria por trás dessa vertente de pensamento é de que os trabalhadores informais almejam a proteção das leis trabalhistas para terem acesso aos benefícios e garantias previstos para os demais trabalhadores formais. Aqui a proposta seria de uma maior flexibilização da legislação trabalhista e normas específicas de proteção para os trabalhadores informais.

Recentemente, estudos empíricos em países da América Latina, incluindo o Brasil, têm direcionado o foco das análises para o argumento de que o trabalho informal pode ser desejado por uma parcela dos trabalhadores, em oposição à proposta de que o trabalho informal é decorrente da escassez de empregos. Resultados de pesquisas empíricas, a partir da década de 90, mostraram uma significativa elevação do trabalho informal mesmo com o crescimento também dos empregos formais. Ademais, na comparação entre o setor formal e informal os achados revelaram redução entre o diferencial de salários entre os dois setores, mostrando inclusive a equiparação ou mesmo a superação de renda pelo trabalho informal (Almeida, Mendes & Menezes, 2004; Ulyssea, 2006).

As possibilidades de escolha pelo trabalho informal foram identificadas mais claramente nos casos do trabalho por conta própria e microemprededores. Sendo que o fator proteção social parece não pesar muito na decisão destes trabalhadores independentes, seja porque desconhecem os mecanismos de proteção social ou porque recorrem a arranjos familiares de ajuda. Os benefícios trabalhistas e previdenciários, assim como as demais vantagens do trabalho formal seriam compensados na atividade

informal, mediante maior remuneração e satisfação pessoal (Maloney, Perry, Arias, Fajnzlber, Mason & Saavedra-Chanduvi, 2007).

A suposição por trás destes estudos é de que os trabalhadores prefeririam o trabalho informal, dadas suas características observáveis como escolaridade, qualificação, idade e gênero, associadas a *características não observáveis* como o bem estar e o desafio do trabalho informal, o gosto pelo risco, o ciclo de vida, dentre outros.

O presente estudo se insere nesta perspectiva. Realça a dimensão do trabalhador, suas opções e movimentos e se limita à realidade latino-americana, buscando suplantar a limitação imposta pela falta de um marco interpretativo claro que respalde os estudos empíricos que sugerem a informalidade como uma escolha individual.

Diante disto, iniciou-se por uma perspectiva histórica que identificou as origens do termo informalidade, bem como se buscou um marco referencial no mundo do trabalho em transformação, no cenário do avanço tecnológico e da globalização do capitalismo. Partiu-se do pressuposto de que o trabalho, na sua expressão de emprego formal com carteira de trabalho assinada, está a perder espaço para outras formas de trabalho/vínculo, entre eles o trabalho informal, ou ainda, o trabalho por conta própria.

Nessa perspectiva e entendendo o trabalho como a dupla transformação homem-natureza, esta pesquisa se propõe a desenvolver um estudo exploratório sobre o perfil dos trabalhadores informais. Optamos por seguir o recorte do IBGE para efeito de delimitação do universo da pesquisa e do perfil demográfico exploratório dos trabalhadores informais, centrando a análise no âmbito dos *trabalhadores por conta própria*, que o IBGE (2007) define como: *pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando com a ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside.*

Nosso foco de análise se concentra nos aspectos objetivos e subjetivos dos *trabalhadores informais por conta própria* na perspectiva do trabalhador. Para tanto, investigamos a trajetória vida-trabalho destes trabalhadores, de forma a identificar como ocorrem as escolhas do trabalhador em termos de trabalho informal. Da mesma forma, nos propomos investigar a atividade desenvolvida, satisfação e condições de trabalho e renda, bem como, a percepção de direitos trabalhistas e previdenciários e sua influência sobre a entrada e permanência na informalidade. A presente pesquisa pode ser classificada como um estudo exploratório sobre o perfil dos trabalhadores informais identificados como *trabalhadores por conta própria*.

O trabalho está desenvolvido em cinco capítulos, além desta seção de *Apresentação*. No primeiro e no segundo são discutidos, respectivamente, o *Trabalho* e o *Trabalho Informal*; no terceiro, o *Método*; no quarto, os *Resultados da Pesquisa*; e no quinto, *Discussões e Considerações Gerais*.

CAPÍTULO I – O TRABALHO

O *trabalho humano* constitui categoria de estudo de diversas áreas das ciências como a Economia, Sociologia, Psicologia e a Filosofia e se confunde com a história da humanidade. Das inúmeras contribuições teóricas sobre o trabalho, aqui são retomadas as que poderão auxiliar na compreensão sobre o trabalho e, mais a frente, sobre o trabalho informal, objeto do presente estudo.

A palavra *trabalho* vem do francês *travailler* que substituiu a palavra mais antiga *labourer* e vem de *tripalium* que designa um instrumento de tortura. Entretanto, conforme argumenta Vatin (1999), originalmente foi empregado o termo *tripaliare* que significa fazer sofrer no *tripalium*. Neste sentido, pode sugerir o trabalho produtivo que implica esforço como o *ato de dar à luz* no sentido de que nenhum produto se faz sem esforço e dor. Para Vatin (1999) o sentido de dor e castigo da palavra *trabalho* tem estreita associação com a nossa tradição judaico-cristã, conforme expresso na repreensão de Jeová a Adão: “*Ganharás o pão com o suor do teu rosto*” e, para Eva: “*Parirás na dor*”. Assim na Bíblia Sagrada, no Velho Testamento, ao relatar a expulsão de Adão e Eva do Paraíso por causa do pecado original, a ele foi dado o castigo de ter que *trabalhar* para sua sobrevivência e à Eva a *dor do trabalho de parto*.

Embora figurado, esse conceito bíblico nos traz a ideia do trabalho associado ao sofrimento ou castigo que ainda está presente nos nossos dias, apesar das propostas decorrentes da ética protestante que apresentam o trabalho como virtude (Weber, 1964,1985).

De qualquer forma a categoria *Trabalho* não deve ser minorada a uma categoria simples de análise nem tão pouco pensada por uma conotação negativa; a ambiguidade decerto existe e a definição e o entendimento da categoria vão bem mais além desta ambiguidade.

O trabalho já foi entendido como a atividade escrava, em contraposição a atividade dos nobres voltada às ideias era comum na antiguidade. Nesse caso, o trabalho era visto como uma atividade degradante, executada por seres inferiores, os escravos. Aos cidadãos *de bem*, não cabia o *trabalho*, mas o mundo das ideias e da política. Essa visão mostra a dicotomia pela qual o trabalho é entendido como sendo uma atividade braçal e a atividade intelectual como sendo uma ocupação próxima ao lazer (Vasques-Menezes, 2000).

Na idade média, o trabalho passa a ser visto não mais como atividade escrava. Não delimitado ao contexto escravagista, o trabalho era visto como atividade livre. Contudo, a liberdade era limitada entre os detentores do poder ao qual deviam os impostos e a grande dependência social referente à negociação de suas mercadorias e troca de seus produtos. Assim, o trabalho permitia a sobrevivência, salvo em raras exceções.

É importante ressaltar que o trabalho-sofrimento ou trabalho-escavidão dessa época perdurou até o advento da ética protestante, visto por Max Weber (1964,1985) como a fonte do espírito capitalista. Esse pensamento teve um papel importante na concepção subjetiva do trabalho, denotando valor social ao mesmo. O conceito sobre trabalho muda de tal forma que o trabalhador passa a ser reconhecido, o trabalho visto não mais como castigo ou atividade degradante, mas, atividade importante por sua capacidade de produção, organização e geração de riquezas. Inicia-se assim, um período de grandes mudanças sociais e econômicas, levando ao que chamamos hoje de sistema capitalista de produção onde o trabalho é valorizado pelo que gera e, o trabalhador recrutado pela compra da força do trabalho.

A teoria marxista (Marx, 1971) em sua discussão sobre o capitalismo nos permite entender a importância do trabalho na construção e *reconstrução* da sociedade.

O entendimento de Marx sobre trabalho como dupla transformação homem-natureza, ou ainda, atividade consciente e planejada na qual o ser humano, ao mesmo tempo em que extrai da natureza os bens capazes de satisfazer suas necessidades materiais, cria as bases de sua realidade sociocultural se mostra atual. Bem mais contundente, Marx atribui ao trabalho o fator que atribui ao homem a sua *homicidade*. Trabalho como produtor da condição humana, enriquecedor e diferenciador da espécie, em contraposição da condição animal, onde o trabalho não se efetua de forma consciente e planejada e sim por instinto e sobrevivência, *trabalho das abelhas*. Esse entendimento acrescenta um aspecto importante ao entendimento da *categoria trabalho*: a dupla relação de transformação homem-natureza de forma consciente e planejada, que pressupõe uma finalidade essencial. O trabalho passa a não mais ser visto como detentor de sofrimento, mas, de parte essencial do homem, razão da sua existência.

Na crítica ao capitalismo Marx (1971) discute a transformação do trabalho. Este passa a ser entendido como mercadoria e como tal imbuído de um valor de uso e de um valor de troca e, o trabalhador, explorado através do único valor que possui, sua força de trabalho.

Trabalho como mercadoria tem como modo de expressão o trabalho concreto e abstrato, segundo seu valor perante a sociedade. O trabalho abstrato nada mais é do que o dispêndio do trabalho humano, fisiológico [cérebro, mãos, músculos, etc.] Desse modo, como discutido por Codo (1993), o trabalho abstrato é referência para identificar a atividade profissional de cada categoria e, nessa medida, a concepção do trabalho abstrato em Marx torna-se categoria explicativa, na busca da compreensão da subjetividade humana. Por outro lado, nesse mesmo entendimento, Codo discute que o trabalho concreto de Marx é a atividade produtiva propriamente dita que visa a um determinado objetivo e gera um produto ao qual agrega um valor de uso. Existe em

qualquer produto do trabalho humano uma unidade dialética entre trabalho abstrato e concreto corporificada. Nesse sentido, o trabalho é representado como uma mercadoria na qual se projeta a dualidade valor de uso-valor de troca. Como valor de uso, o trabalho desenvolve produtos capazes de atender as necessidades humanas agregando significado, subjetivando. Como valor de troca, o trabalho é visto como mercadoria disponível à troca pelo equivalente geral, a moeda.

Mais um conceito deve ser aqui apresentado para que possa entender melhor essa relação de trabalho: *alienação*. No sentido dado por Marx, alienação é o estado pelo qual o indivíduo se torna estranho ou alheio aos resultados ou produtos de sua própria atividade, à natureza na qual vive a outros indivíduos ou a si mesmo. Para Codo (1994), é assim entendida como alienação do homem em relação a si mesmo, às suas possibilidades humanas ou à sua própria atividade. Etimologicamente alienação vem do latim *alienare*, *alenus*, que significa "que pertence a um outro". Essa definição, embora forte enquanto conteúdo, *não se pertencer*, nos diz pouco quanto o próprio conceito de alienação.

O trabalho mudou e os meios de produção também mudaram. Os *donos do capital* não são mais os donos absolutos dos meios de produção. Apesar do que já foi discutido por Meszaros (2006), Vasques-Menezes (2000) discute o *saber-fazer* como um meio de produção e inalienável. Nesse ponto, o que se afirma não diz respeito a compromisso ou responsabilidade, mas sim, a saber-fazer, assim como ao prazer advindo de saber-fazer, da satisfação no exercício do trabalho, como afirma a autora: “De afeto e trabalho andando juntos, de mãos dadas” (Vasques-Menezes, 2000, p. 7). Afirma ainda que ao agregar o afeto e o saber-fazer ao trabalho desenvolvido, deixando a sua marca, o homem *significa* seu trabalho na relação *significado-significante*

(Vasques-Menezes, 2000). Afeto e trabalho juntos são importantes para a satisfação homem no seu sentido mais pleno (Codo, 1993).

Mas a relação afeto-trabalho, por si só, não vai garantir um trabalho desalienado, assim como não basta saber-fazer. Desta forma Vasques-Menezes (2000) acrescenta que há necessidade do controle do processo de trabalho, conhecer o porquê e em que contexto seu trabalho se insere, ter a dimensão da sua participação em relação ao produto final. Contudo, não existe um trabalho perfeito, assim, quanto à *dimensão e expressão*, o trabalho pode ser mais ou menos alienado em função de variáveis intrínsecas ao próprio trabalho e de variáveis subjetivas do próprio indivíduo (Codo, 1993; Vasques-Menezes, 2000).

As mudanças nas relações de trabalho exigem novas posturas do trabalhador. Assim, tendo por base a teoria Marxista, o mercado de trabalho se constitui numa lógica capitalista onde se paga *salários*, que por sua vez possui valor de troca e, pelo uso de seu trabalho, valor de uso, se pode converter esse valor de uso, trabalho significado, em valor de troca adicional (Vasques-Menezes, 2000). Depreende-se desse entendimento que o trabalhador precisa ter poder de troca - valor equivalente em moeda- para que ele possa gerar mais mercadoria. É a lei de mercado. Nessa relação circular, só o trabalho é capaz de criar valores onde antes não existia valor nenhum, possibilitando criar valores maiores e gerar capital. Em uma relação de mútua dependência, o dono do capital precisa do trabalhador para garantir aumento do seu patrimônio, ao mesmo tempo em que necessita que o produto seja absorvido pelo mercado. Para tanto, no intuito de que trabalhador tenha poder de troca, moeda, para que seu produto seja comprado.

O conceito de equivalente geral trazido por Marx quando analisa a liberdade dos indivíduos, burgueses ou trabalhadores, em função do poder oriundo do valor agregado de sua força de trabalho faz refletir, segundo Vasques-Menezes (2000), sobre um outro

ponto, a liberdade como valor decorrente do poder de troca que esse indivíduo conseguiu agregar através da venda da sua força de trabalho. Para ela, o trabalhador de agora passa a estabelecer o seu valor de mercado, o *valor* de sua força de trabalho, por meio da transformação de sua *competência* em *capital econômico* e do seu desenvolvimento profissional, estando diretamente relacionado à sua capacidade de gerir este seu desenvolvimento pessoal-profissional. O reflexo disso na vida cotidiana é que o trabalhador é livre para a satisfação de suas necessidades.

A autonomia no sentido de liberdade de escolha, conforme Giddens (2002), perpassa todas as análises da vida coletiva relacionadas aos tempos modernos, assim caracterizados a partir do advento do capitalismo industrial europeu. Nos termos de Giddens, a constatação da divisão dos homens em classes sociais, proposta por Marx, propiciou a noção de emancipação de indivíduos e grupos sobre as limitações à plena realização de suas potencialidades como sujeitos. O sentido da emancipação em Marx se referia à superação das relações sociais de exploração e opressão, determinadas pelo modo de produção capitalista. Para Giddens a busca da emancipação, nos termos atuais, ainda se faz necessária em diversos contextos sociais como a redução das desigualdades entre os países ricos e pobres.

Num ângulo mais atual, Giddens (2002) analisa os efeitos do desenvolvimento do capitalismo globalizado sobre a sociedade e o indivíduo, fornecendo elementos importantes para a compreensão do trabalho na atualidade. Da mesma forma que Offe (1989a,1989b,1991), Touraine (2004) e Arendt (2009) destacam o período que compreende o início da era moderna, quando da industrialização, centrando a análise de um período recente, marcado por mudanças rápidas e profundas nas práticas sociais, como decorrência do capitalismo em sua forma de expansão mundial. Examinam as transformações da vida cotidiana a partir das interferências globais e a forma como

repercute nos sujeitos e na sociedade. A presente fase de desenvolvimento das instituições modernas marcadas pela globalização é denominada por Giddens como *alta modernidade ou modernidade tardia* (2002, p. 221), cuja principal diferença, em relação a períodos anteriores, é o ritmo acelerado de mudanças sociais que adquire dimensões globais e perpassa todas as esferas da atividade humana. O principal aspecto ressaltado por Giddens no que se refere à modernidade *atual* é o deslocamento das relações sociais baseadas nos contextos locais como a família, a comunidade, o local de trabalho, dentre outros, para sua rearticulação de forma indeterminada no espaço e no tempo. Em outras palavras, Giddens ressalta a oposição entre os determinantes mais locais e as tendências globalizantes como um jogo dialético entre o local e o global.

Giddens (2002) igualmente destaca como parâmetros da modernidade, *o risco e o perigo*, na medida em que nossas certezas sobre futuro e as noções de destino já não constituem parâmetros para a ação individual. Assim, argumenta que o surgimento de ordens globalizantes torna homogênea a comunidade humana quanto ao enfrentamento de riscos e incertezas comuns, como as guerras, a degradação ambiental, o desemprego, dentre outros. Neste cenário, as possibilidades de interação entre grupos e indivíduos geram novas formas de coesão social, mediante o avanço técnico e a comunicação. A mídia é destacada por Giddens como mecanismo de difusão de conhecimento, de forma a reduzir as distâncias dos acontecimentos e possibilitar novas formas de aprendizagem. Neste sentido, há uma participação de todos os indivíduos em todos os acontecimentos universais no sentido de compartilhamento de experiências, mediada pela comunicação eletrônica.

A relevância do conhecimento é destacada por Giddens na noção de *reflexividade* da modernidade que se refere à incorporação de conhecimento ou de novas informações que constituem sistemas especializados e cada vez mais abstratos na

sociedade. Da mesma forma, a *reflexividade* na dimensão individual torna-se a base do processo de constituição da autoidentidade¹. Neste sentido, a *reflexividade* do indivíduo tem a ver com a auto-observação, com uma trajetória de vida, cujas experiências em todos os campos de atividade vão constituindo a sua autoidentidade. Consequentemente, num cenário de ampliação das possibilidades de escolha, a reflexão individual pauta a avaliação dos *riscos* em coerência com os estilos de vida adotados. Na perspectiva de Giddens, podemos exemplificar algumas situações tais como escolha de formas de trabalhos e de seguros sociais, por exemplo, que constituem alternativas cuja escolha envolve a reflexão sobre o que seria mais condizente com o *estilo de vida* dos indivíduos. Nessa perspectiva, a modernidade aporta ao sujeito uma pluralidade de escolhas, entre as quais o trabalho e o ambiente de trabalho como elemento básico das orientações de estilos de vida.

A contribuição de Giddens ao presente estudo tem a ver com a compreensão do sujeito reflexivo e suas escolhas na fase presente da modernidade no que se refere ao trabalho. As orientações individuais acerca de estilos de vida adotados em termos de relações pessoais e de trabalho, participação política e demais aspectos estão cada vez mais afeitas ao indivíduo e constituem a expressão de sua trajetória de vida. É importante destacar que nos referimos ao trabalho e não às questões de formas de vínculo com este trabalho, tal como será discutido mais tarde em relação ao trabalho formal e informal.

Touraine (2004), da mesma forma que Giddens (2002), analisa as transformações da vida coletiva referenciadas pela sociedade industrial, a partir das décadas de 60/70. Esse período, conforme Touraine, foi marcado por movimentos sociais, como o feminista, pelo crescimento da religião não institucionalizada, pela

¹ Definida como o eu entendido reflexivamente pelo indivíduo em termos de sua biografia. (Giddens,2002)

liberalização dos costumes e pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais; pelas migrações internacionais e pelos direitos das minorias raciais.

Em consequência, nas décadas posteriores, cresceram as preocupações referentes à cultura e ao *sujeito* no centro da vida social. Touraine argumenta que essa centralidade do *sujeito* é que pode se impor face à desagregação da sociedade industrial com o conseqüente processo de despersonalização objetiva e subjetiva, provocado pela fragmentação da classe trabalhadora na atual etapa do capitalismo globalizado.

Nesse sentido, a sociedade é vista como um sistema de ação histórica do sujeito orientado para a mudança social e do crescimento dos movimentos sociais, desde que num contexto democrático. A noção de *individualização* de Touraine exprime a ideia de que “cada indivíduo participa da Humanidade e tem direitos universais, mas, ao contrário, no sentido de que cada um considera ter direito à individualização e que este direito deve ser reconhecido como universal.” (Touraine, 2004, p. 9).

Assim, o sentido de participar no mundo globalizado, como trabalhador e consumidor, não exclui a defesa da cultura recebida ou criada, ou seja, o sujeito seria a combinação da razão instrumental que envolve o mundo concreto associado às orientações culturais individuais e coletivas. Vale ressaltar que o individualismo, de acordo com Touraine (2004), não se refere ao isolamento do sujeito em si mesmo, mas às possibilidades de o sujeito expressar sua singularidade ao mesmo tempo em que é afetado pelas influências globais.

O protagonismo do sujeito nas diversas dimensões da vida social perpassa as análises sobre a modernidade presente e nos referencia à relação trabalhador e trabalho. O *sujeito* nos termos modernos vem se afastando das orientações da sociedade industrial, pautada na noção de trabalho-emprego, marcada pela homogeneização da classe trabalhadora. A emergência do sujeito, nos moldes de Touraine, implicaria uma

nova visão do sujeito trabalhador, numa sociedade pluralista e fragmentada onde a noção de classe social fica cada vez mais obscurecida. Da mesma forma, a noção do sistema social, tendo como eixo estruturador da vida social o trabalho na forma de *emprego*, limita a compreensão do trabalho e sua relação com o sujeito.

Neste cenário de profundas transformações na economia e na sociedade, o sistema social baseado no trabalho-emprego está em transformação a partir de dois fatores de mudança social e das relações de trabalho: o progresso técnico, que possibilitou a globalização da economia, e as transformações na família e na sociedade. Vários autores têm discutido este tema sob diferentes ângulos, entre eles Castells (2007, 2008), Castel (2008), Rifkin (1995), Antunes (2004, 2005, 2007), Montali (2009), Gorz (1982,2005) e Offe (1982, 1986, 1991).

Na década de 90, observou-se uma das tendências mais importantes deste período - o crescimento da participação feminina entre os ocupados da família na composição da renda familiar (Liberato, 1998; Montali, 1998). Essa tendência verificada nas estatísticas nos leva a supor que a participação feminina no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que altera o padrão tradicional de família, também influencia na mudança de valores e padrões de comportamento, relacionados à maior autonomia e ampliação da margem de escolhas, face às opções que se apresentam num mundo globalizado.

Castells (2007) centra sua análise da fase atual do capitalismo com a expansão das novas tecnologias da informação, constituindo um verdadeiro *paradigma de globalização* que traz transformações tecnológicas e econômicas e altera as categorias sobre as quais pensamos e percebemos os processos. As características deste paradigma indicam a complexidade e extensão dessas mudanças na economia e na vida social. Resumidamente, apresentamos os cinco aspectos que qualificam este paradigma:

(a) a *informação* refere-se às tecnologias para agir sobre a informação e, portanto, sua própria matéria-prima; (b) a enorme determinação do novo meio tecnológico na moldagem de todos os processos individuais e coletivos de nossa existência; (c) a crescente complexidade das interações e a imprevisibilidade devido à criatividade presente nestas interações, identificadas com a lógica de *redes*²; (d) a flexibilidade ou capacidade de reconfiguração face às mudanças e à fluidez organizacional; (e) a integração de sistemas, mediante a convergência de tecnologias específicas, ou seja, a microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica e computadores em um mesmo sistema (Castells, 2007, pp. 106-113).

Esta convergência entre os diferentes campos da tecnologia implica uma lógica de compartilhamento da informação.

As redes para Castells (2007) possibilitam a concentração e globalização do capital e o avanço da tecnologia da informação, o que é importante para a produtividade e competitividade. Organizações, entidades, empresas estabelecidas em rede, obscurece a distinção entre empresas e pequenos produtores ou prestadores de serviços em regime de subcontratação, conectando setores econômicos em diferentes locais. Em consequência, o processo de trabalho está cada vez mais individualizado e com o gerenciamento e o controle da produção globalizados. A nova divisão do trabalho que daí emerge está, nos termos de Castells (p. 567), mais baseada nos atributos dos trabalhadores e menos na organização das tarefas.

A noção de rede para Castells (2007) refere-se às conexões entre o capitalismo globalizado e seu impacto, nas formas de trabalho e nas transformações socioculturais. Nesse cenário, da mesma forma que Giddens (2002) e Touraine (2004), Castells em 2008 ressalta a importância da construção de identidades sociais, baseadas em valores *societais*, capazes de se contrapor à fragmentação do trabalho e à homogeneização dos

² “Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta... são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho)” (Castells, 2007, p. 566).

padrões de conduta ditados pela globalização e pelo progresso técnico. Assim, Castells (2008) argumenta que a conformação do sujeito, enquanto identidade social, não mais se baseia na sociedade civil, cujo eixo seria o trabalho e com base em movimentos trabalhistas. Ao contrário, os sujeitos estão sendo construídos a partir de princípios *comunais*, em oposição à homogeneização produzida pelo capital, e constituem, enquanto indivíduos e grupos de resistência, as sementes de transformação social.

Gorz (2005) examina os efeitos da difusão do conhecimento técnico sobre o trabalho, concluindo que a revolução tecnológica: (1) permitiu produzir mais em menor tempo e com menos trabalhadores; e (2) em contraposição, valorizou o conhecimento adquirido no cotidiano dos indivíduos, denominado *capital humano imaterial*. O trabalho *imaterial* refere-se aos saberes e atributos pessoais que não podem ser mensuráveis, como no trabalho de produção material, cujo controle é feito em unidades de produto e tempo. O conhecimento torna-se a principal fonte de produção, a nova *mercadoria* imaterial. Por outro lado, a produção é rebaixada e com ela o trabalho na forma que assumiu na produção- *o emprego*. Novas necessidades são criadas que não as relacionadas à reprodução dos trabalhadores, como comer e vestir, com o intuito de criar consumidores. Assim, a moda, as marcas, os produtos personalizados, o culto ao corpo servem à criação de novos consumidores.

A crise do trabalho, cujo debate tem como cenário as sociedades na era da informação, inclui visões das mais catastróficas até as mais otimistas em relação ao futuro do trabalho como eixo estruturador da vida social. Para Gorz (2005), a crise do trabalho é na verdade a crise de um determinado tipo de trabalho-vínculo, o emprego. Esta forma particular de trabalho, o emprego, é uma “invenção” da sociedade capitalista industrial e com ela se identifica. Rifkin (1995) da mesma forma que Gorz, define os novos tempos pela crescente transformação de toda experiência humana em mercadoria.

Em seu livro *O fim dos empregos* (1995), Rifkin apresenta uma visão quase apoteótica sobre o futuro do emprego. Enquanto que alguns novos trabalhos serão criados pelas novas tecnologias, Rifkin afirma que essas novas oportunidades não serão suficientes para empregar o crescimento vegetativo da população, muito menos aqueles que perderam seus trabalhos devido às próprias tecnologias. O centro da preocupação de Rifkin se refere ao desemprego estrutural, ou seja, aquele que, independentemente da conjuntura econômica e da performance do nível de atividades, decorre da substituição da mão-de-obra pela tecnologia e do enxugamento dos recursos humanos como fator de competitividade. O entendimento com desvinculação entre trabalho e emprego é fundamental para o entendimento do crescente espaço que o trabalho informal vem assumindo.

Antunes (2004) apresenta alternativa que refuta as teses que defendem o fim do trabalho, ou seja, a perda da centralidade da categoria “trabalho” e de sua relevância como eixo estruturador da sociedade. Para este autor, o que ocorre são modificações introduzidas pela reestruturação produtiva, modelando novas formas de trabalho não regulamentado.

As modificações evidenciadas por Antunes (2004) são:

- ✓ Redução do proletariado industrial urbano estável e especializado da era taylorista e fordista, reduzindo os empregos estáveis a favor de contratos atípicos como os terceirizados e temporários;
- ✓ Aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que está, em grande parte, desregulamentado e precarizado;
- ✓ Crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, constantemente, estão em trabalhos precários ou desempregados;

- ✓ Exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” do mercado de trabalho, com poucas chances de retorno e que vão para o trabalho informal ou ficam desempregados;
- ✓ Crescimento do chamado Terceiro Setor como forma alternativa de ocupação, abarcando atividades predominantemente de caráter assistencial, perfil mais comunitários, e utilizando o trabalho voluntário, sem fins lucrativos, e que, portanto, se desenvolvem à margem do mercado de bens e serviços; e
- ✓ A configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional, novas regiões industriais aparecem e outras desaparecem, inseridas cada vez mais no mercado mundial, como o caso da indústria automobilística. Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional à esfera internacional.
- ✓ A noção de classe trabalhadora é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda constitua seu núcleo fundamental. Extrapola o conceito de emprego para abarcar todas as formas de trabalho, embora considere que o trabalhador diretamente ligado ao núcleo produtivo é quem constitui o cerne da classe trabalhadora. O trabalho nas suas diferentes formas evidencia uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea e complexa da classe trabalhadora, abrangendo desde o salariado, típico empregado, até as formas precárias de trabalho e, inclusive, os trabalhadores desempregados (Antunes, 2004).

Embora o autor supracitado faça críticas às teses do fim dos empregos, sua posição apresenta convergência com os autores mencionados no sentido da importância do trabalho como eixo da vida social. Antunes se refere às modificações introduzidas nesta etapa do capitalismo global, as quais alteram a noção de emprego, como um contrato

regulado que possibilita a cobertura da proteção social. Portanto, a centralidade, ou o fim do emprego e não do trabalho, é que é contestada. Com isso estamos dizendo que o eixo da economia está mudando e que outras vinculações da atividade produtiva devem ser consideradas, pois as relações de trabalho e emprego estão mudando.

O fim do emprego e a fragmentação da classe trabalhadora como efeito das alterações na economia e na sociedade também constituem o centro da preocupação de Robert Castel (2008) expressa em seu livro *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Castel evidencia a importância da sociedade baseada no emprego assalariado e sua consequente estruturação devido à necessidade humana de manter a coesão dos sistemas sociais. Essa coesão implica evitar os riscos sociais, como o desemprego e a instabilidade das condições de trabalho, instrumentos típicos das sociedades urbanas industriais. Esses riscos são característicos da sociedade salarial como benefícios decorrentes da relação de emprego tais como a aposentadoria e os seguros: acidente de trabalho, seguro desemprego, dentre outros. Da mesma forma, Castel analisa que a ruptura do modelo de sociedade salarial traz como consequência a individualização do trabalhador e seu isolamento e consequentemente a ruptura da solidariedade coletiva que sustenta o sistema de proteção social, decorrente da relação de emprego. Em que pese sua análise tomar como contexto, a Europa encontra grandes similitudes com países da América Latina, como o Brasil, onde o sistema de proteção social avançou, caracterizando uma sociedade salarial. De fato, no caso brasileiro, o seguro desemprego, aposentadoria, seguro contra acidentes de trabalho, licença-maternidade, férias, descanso semanal, dentre outros, são benefícios que identificam uma sociedade baseada em valores das sociedades urbano industriais. Em que pese estes avanços persiste o desemprego de larga parcela de trabalhadores e as atividades

informais ocupam um percentual crescente de trabalhadores em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive o Brasil.

R. Castel (2009) qualifica a vulnerabilidade social ou insegurança social, derivada da ruptura da sociedade, fundamentando-se no emprego assalariado e não só pela ausência da cobertura dos trabalhadores pela seguridade social. Esta desproteção também se caracteriza pela ausência da representação do coletivo pelos sindicatos e pela regulação dos direitos do trabalho. O Estado, fonte de alocação desses benefícios, tem o papel de suavizar os conflitos entre os atores sociais, em nome da coesão social, o que implica sinergia com as organizações do trabalho e a progressão das leis de proteção e extensão dos direitos sociais. A sustentação da solidariedade coletiva constitui, neste cenário, o principal desafio do Estado como regulador dos mecanismos de proteção social e das relações de trabalho.

Na perspectiva de R. Castel (2009) outra consequência da crise do emprego é a fragmentação da classe trabalhadora. Da mesma forma que Antunes (2004), Castel relaciona essa fragmentação à tendência ao trabalho mais isolado que se configura nas formas atípicas de contratos como o trabalho temporário, tercerizado, e outras formas de trabalho individualizado que possam se contrapor à ideia de um coletivo homogêneo de trabalhadores. Além de afetar a base de financiamento do sistema de proteção social pelo crescimento de contratos atípicos, ocorre uma degradação do *status* social dos trabalhadores. Castel também destacou o aumento de trabalhadores pobres que não têm condições de satisfazer suas necessidades básicas para si e sua família, num quadro de ruptura do sistema de proteção social. A saída encontrada pelos países tem sido a proliferação de programas de renda mínima como medidas contra a exclusão social.

Entendemos que a emergência do sujeito social autônomo perpassa as análises centradas no período recente da sociedade do trabalho em suas múltiplas manifestações.

Vista por este ângulo, a centralidade do trabalho é contestada enquanto *homogenizadora* dos trabalhadores, no sentido de supressão da autonomia e de busca da satisfação na atividade laboral por parte dos trabalhadores. Isto ocorre porque o trabalho está perdendo espaço na vida e na consciência das pessoas. Outras esferas da vida passam a ser mais importantes e valorosas, fazendo com que o trabalho seja descentrado.

Nesse cenário de desmantelamento da classe de trabalhadores regidos pelo estatuto do emprego, Offe (1982, 1991) ressalta a importância das atividades autônomas que permitem maior realização pessoal por parte dos indivíduos, na medida em que seriam livremente escolhidas. São atividades remuneradas de formas diferentes daquelas do contrato de trabalho e que podem ser livremente escolhidas ou como emprego principal ou como trabalho por conta própria. Neste sentido, o que vem perdendo espaço é o *emprego* na sua forma clássica, ou, mais especificamente, o emprego na indústria, onde se estipula um local de trabalho e o trabalhador comparece de forma regular, recebendo a retribuição em forma de salário. O celular, a internet e as demais formas de comunicação rápida, em grande medida, estão substituindo o local de trabalho. Conforme mencionado por Giddens (2002), as noções de tempo e espaço passaram a ser indeterminadas no mundo globalizado.

As características da modernidade, identificadas anteriormente, ao mesmo tempo em que acentuam a autonomia do indivíduo também contribuem para uma sociedade cada vez mais pluralista em termos de valores e interesses individuais. Conforme Xavier (1996), o predomínio do capitalismo industrial moldou o trabalho e a iniciativa individual como fonte de riqueza, por um lado e, por outro, devido a pressões da classe operária, gerou direitos positivos para os trabalhadores. Consequentemente, legitimou os deveres e a atuação do Estado como reguladores da vida social centrada no trabalho.

Com a crescente globalização da economia e fragmentação da classe trabalhadora, Xavier (1996) argumenta que os paradigmas anteriores, a partir do mercado de trabalho, não mais dão sentido às ações humanas. A homogeneização conferida à classe trabalhadora pelo partilhamento de objetivos e valores comuns está cedendo lugar aos interesses individuais e grupais que extrapolam os limites locais de convivência. O promissor são os indícios de uma consciência de solidariedade que se contrapõe ao individualismo exacerbado, conforme Xavier, e que se expressa nas mais diversas questões relacionadas à vida humana e ao planeta em que vivemos. São questões já mencionadas anteriormente, por Touraine (2004) e Giddens (2002), como os temas ambientais e a solidariedade ativa em relação a grupos desfavorecidos e discriminados. Nesta perspectiva, concordamos com a argumentação de Xavier de que há indícios de uma nova forma de coesão em torno de valores universais não homogeneizantes. Touraine (2004), Giddens (2002) e Offe (1989) postulam que essa nova forma de coesão se daria pelos movimentos sociais e pela ação social de indivíduos no contexto pós-industrial.

Os estudos citados convergem, em boa medida, com referência às constatações sobre os efeitos da globalização da economia e do progresso técnico. As divergências ficam por conta do futuro do trabalho. Entretanto, esse futuro ainda permanece como uma questão em aberto. A crítica comum se refere à racionalidade econômica que domina o capitalismo na busca do sucesso econômico, decorrendo daí a necessidade de novas categorias de análise para compreensão do *trabalho* nas sociedades contemporâneas, onde boa parte dos trabalhadores passou a conferir mais importância ao lazer, ao tempo com a família, às relações interpessoais. Os estilos de vida estão se baseando não só na satisfação das necessidades básicas, mas, também nas outras necessidades da esfera pessoal. A atenção das pessoas se desloca da fábrica, do

escritório, para outras dimensões da vida, onde o trabalho não seria só sinônimo de sofrimento mas, também, fonte de prazer. Ademais, conforme propõe Gorz (2005, p. 9), “na era da informação estão sendo revalorizadas as formas de saber não substituíveis e formalizáveis, ou seja, o saber vivo advindo da experiência, do discernimento e da capacidade de comunicação adquiridas na cultura do cotidiano.”

A perspectiva que adotamos no presente estudo parte do pressuposto de que a compreensão do trabalho enquanto não regulado, caracterizado como trabalho informal, torna-se uma categoria vazia de significado se não for compreendida a partir do trabalho no seu sentido original. Neste sentido, assumimos que a ruptura de uma sociedade baseada no emprego nos modelos tradicionais não significa o fim do trabalho. Mais uma vez *o trabalho* deve ser repensado. Desvinculá-lo da sua forma de emprego e olhá-lo no seu sentido original, independente do momento histórico particular: dupla relação de transformação homem-natureza de forma consciente e planejada, que pressupõe uma finalidade essencial (Marx, 1971). Marx nunca foi tão atual em suas colocações.

CAPÍTULO 2 - O TRABALHO INFORMAL

O trabalho informal como referência a uma forma específica de participar do mercado de trabalho é uma invenção moderna e que não encontrou, ainda, uma definição de consenso entre os estudiosos do tema. Portanto, tratamos neste capítulo de apresentar os principais marcos interpretativos do mercado de trabalho, com relação ao surgimento e às perspectivas de análise do trabalho informal.

Dois momentos históricos foram referências da análise: a formação e o desenvolvimento das sociedades *urbano-industriais*, onde o trabalho assumia o eixo da vida social e a transformação em curso das sociedades *pós-industriais*, baseadas no progresso técnico e nas interações econômicas globais.

2.1 O trabalho informal – em busca de um conceito

A noção de um setor *formal*, no sentido de estruturado e regulado, surgiu com o advento do modo capitalista de produção e pela constituição de um ente abstrato- o *mercado de trabalho*- onde o recrutamento de trabalhadores passou a ser institucionalizado na forma de *emprego*, como produto ou mercadoria a ser comercializada. Nos moldes *weberianos*, emprego é definido como um contrato “formalmente livre acordado entre empregadores e trabalhadores, mediante um salário de retribuição” (Boudon e Bourricaud, 2007). A regulação desse mercado de trabalho se dá por intermédio das instituições do Estado, investido do “poder legal”.

No caso brasileiro, a introdução da carteira de trabalho para qualificar a condição de *empregado* produziu também um *estereótipo* negativo em relação ao desempregado. Criada no período nascente da industrialização, por Getúlio Vargas (Brasil, 1932), a carteira de trabalho tinha duas finalidades: identificação do trabalhador

para efeito de comprovação de vínculos empregatícios, nos casos de conflitos trabalhistas, e como documento equivalente à carteira de identidade, com o agravante de prever anotações, por autoridades policiais, de condutas desabonadoras. Assim, mais que identificação do trabalhador empregado, a carteira de trabalho também associava o desempregado com *vadiagem* no sentido de *quem não tem ocupação, trabalho, ou nada faz* (Houaiss, 2003).

O modelo de um mercado regulado implica no contraponto de atividades não reguladas ou não cobertas por normas que regem o mercado de trabalho. As denominações das atividades não reguladas variam conforme o enfoque teórico dos estudos: setor não protegido, setor informal, processo de informalidade. Assim, a institucionalização dos termos formal-informal parece indicar uma classificação em situações reguladas e não reguladas de trabalho. Neste sentido, o modo informal de trabalho é explicado pela oposição ao modo formal de trabalhar.

Estudiosos concordam que não existe consenso sobre o conceito de informalidade que possa abranger a gama de atividades que estão fora do modelo *trabalho-emprego*. Entretanto, há consenso sobre a relação entre a informalidade no mercado de trabalho, crescimento econômico, crise dos setores formais de produção e desigualdade de acesso aos benefícios sociais por parte dos trabalhadores.

Os propósitos dos estudos sobre o tema variam conforme os interesses que os move, determinando a abrangência e dimensão do mundo da informalidade. As análises voltadas para a aplicação em políticas de emprego e estudos sobre os aspectos econômicos relacionados ao desenvolvimento tendem a focalizar o segmento informal pelas *atividades informais de produção*. As abordagens nesta dimensão sugerem o pressuposto de que essas atividades representam oportunidades de obtenção de renda, de forma significativa, na luta contra a pobreza e as desigualdades sociais.

Os estudos que analisam a dimensão das normas de regulação pelo Estado, referentes à organização do mercado de trabalho, partem do pressuposto de que o *setor informal* pode ser regulado nos termos do formal. Subjaz a ideia de que as distorções no mercado de trabalho se referem à existência de um setor que atua fora da lógica econômica normatizada e aceita. A ampliação da proteção social ao conjunto dos trabalhadores implica a lógica de justiça social e, conseqüentemente, da preservação da base de financiamento das políticas de seguridade.

A dimensão do sujeito *trabalhador informal*, na maioria das abordagens, se dilui nas análises econômico-sociais e normativas que buscam explicar as causas da informalidade. O protagonismo dos trabalhadores, seus interesses e percepções sobre esse segmento de trabalho é uma dimensão pouco estudada, pelo menos de forma direta (Malaguti, 2000).

Recentemente, estudos empíricos conduzem a novas interrogações acerca da contingência da informalidade pela escassez de empregos. Alguns autores, a partir de pesquisas empíricas, embora sem um marco interpretativo que as sustente, argumentam que para algumas categorias de trabalhadores o trabalho informal pode ser uma escolha decorrente de características e atributos individuais. Esta é uma questão em aberto, mas sugere respostas que podem ser encontradas na dimensão individual, afetada pelas transformações da economia e da sociedade onde o trabalho adquire novos significados.

Na presente revisão teórica adotamos alguns cortes em relação à vasta literatura sobre a informalidade no mercado de trabalho. A fundamentação está centrada nos estudos que se referem à América Latina, considerando os autores mais identificados aos marcos interpretativos abordados, bem como no referencial do mundo do trabalho nas sociedades capitalistas.

O estudo sobre a informalidade no mercado de trabalho passa pela compreensão das origens da marginalidade urbana na América Latina, abordada nas análises sobre subdesenvolvimento e desenvolvimento (Kovarik, 1975; Bielschowsky, 2000). A noção de marginalidade, utilizada para identificar indivíduos e grupos à margem de determinado contexto social, está presente na noção de informalidade pelo sentido de exclusão que encerra. Aqui uma realidade perversa se estabelece. A marginalidade ao ser relacionada à natureza informal do trabalho sugere, além do sentido de exclusão, uma associação pejorativa e negativa com criminalidade, auferindo um *status* de baixo prestígio do trabalhador informal.

O termo trabalho informal, para Hugon (1997), não é um termo apropriado, pois designa uma realidade negativa e supõe uma ausência de estrutura ou forma. Esta visão negativa ou pejorativa do trabalho informal como atividade marginal, sem estrutura ou forma, acaba construindo a percepção da sociedade sobre esses trabalhadores, como veremos adiante.

A conjunção formal-informal que norteou a presente revisão teórica foi a busca de um marco interpretativo que pudesse orientar a análise, a partir da dimensão do *indivíduo* ou do sujeito *trabalhador*. Neste sentido, é representativa a busca do *sujeito* em Touraine (2004) ao exprimir a importância de análises que levem em conta a ação social dos indivíduos nas sociedades humanas. Touraine aponta para a incessante capacidade que temos de *agir sobre nós mesmos e sobre nosso ambiente*. O *individualismo*, marca deste tempo, possibilita a ampliação da nossa margem de escolhas e a busca pelo prazer em todas as dimensões de nossas vidas (p. 12). Eixos importantes nos estudos do trabalho informal.

A globalização e o progresso técnico têm tornado crescente o protagonismo dos indivíduos, expresso em escolhas individuais que levam em conta a busca do bem-estar.

Neste cenário, *o trabalho-emprego* não constitui mais o único eixo estruturador do cotidiano dos trabalhadores.

Entendemos que nas sociedades pós-industriais o trabalho em sua expressão de *emprego*, ou forma regulada de trabalho, baseada no salário, está perdendo sua centralidade como eixo de estruturação na vida social (Castel, 2008). Neste sentido, a noção dicotômica de *formal-informal* como categoria de análise perde força.

2.2 Gênese da informalidade

O crescimento urbano e o desenvolvimento da indústria mecânica, nos Estados Unidos da década de 20, moldaram o cenário, onde Robert Park (1948) desenvolveu os primeiros estudos sobre o processo de mudança cultural. As referências foram as teses evolucionistas³ que concebiam as civilizações e sociedades como resultados de processos evolutivos. Nesta perspectiva de análise, as migrações, ao propiciarem o encontro entre culturas diferenciadas que se interpenetram e se fundem, gerariam uma contínua e renovada mudança cultural (Park, 1948).

A análise de Park teve como foco as consequências individuais do processo de adaptação dos migrantes ao meio urbano. O pressuposto analítico baseou-se em dois pólos: as sociedades tradicionais, caracterizadas por relações familiares, de um lado, e, de outro, as sociedades, onde os *costumes*⁴ e as normas se tornam mais codificados e institucionalizados, caracterizadas como sociedades modernas.

O resultado do conflito entre dois mundos, o tradicional e o moderno, ocasionaria o que Park (1948) denominou de *homem marginal*, construído através de

³ Teoria que considera o estado presente do mundo o resultado cumulativo de longa e ordenada série de estágios na evolução e no desenvolvimento da espécie. Os fundamentos biológicos foram estabelecidos por Charles Darwin em 1859 (Dicionário Técnico de Psicologia, 2006).

⁴ Meios informais de saber e agir formalizados ou codificados em “verdades” (Chriss, 2007).

um processo de *aculturação*.⁵ O resultado seria um *self*⁶ dividido entre dois mundos com os quais ele não mais se identifica totalmente.

A noção de marginalidade cunhada no homem marginal de Park apresenta dois determinantes. Em primeiro lugar como resultado do processo cultural que engendra conflitos de adaptação individual. Em segundo lugar, sofre os efeitos da dominação econômica, política e cultural de algumas sociedades, cujo desenvolvimento se dá às custas de culturas anteriores (Park, 1948, p. 31).

Dos estudos pioneiros de Park (1948) derivou também o conceito de “áreas marginais”, locais de concentração de migrantes em espaços urbanos e que se expandiam do centro para as periferias, como reflexo físico do processo de integração na cultura dominante por parte dos grupos sociais.

Park (1948) deu a direção da *modernidade*, ao tomar como referência a nascente sociedade urbano industrial, norteadora de novos modos de vida, valores e comportamentos sociais. A dicotomia entre o velho e o novo se instala no âmbito individual e é, ao mesmo tempo, fator de exclusão e de mudança cultural. O homem marginal representa, no enfoque cultural proposto, a emancipação do indivíduo dos costumes e tradições, resultando num processo de *individualização* no sentido da autonomia para criar novas formas de convivência social.

A noção de marginalidade iniciada no âmbito da explicação psicológica ganhou força ao extrapolar para o campo da situação social. Tornou-se potencialmente explicativa não só para os fenômenos culturais, mas, principalmente, para as análises

⁵ Designa as modificações culturais que se produzem em consequência de relações entre duas culturas (Dicionário Breve de Sociologia, 1997).

⁶ No sentido do *eu social* envolve assumir a visão do outro em relação a si mesmo como objeto social (Bourricaud e Bourdon, 2007).

sobre os efeitos geradores da exclusão social e pobreza nos países onde a industrialização ocorreu de forma mais lenta.

Na América Latina a noção de marginalidade foi aplicada nos estudos sobre a passagem de uma sociedade agrária para a industrial urbana. Kovarik (1975) aponta duas vertentes de pensamento a partir dessa noção. A teoria da modernização, a qual pressupõe estágios de desenvolvimento das sociedades rumo à modernidade e cujas referências eram os países ocidentais industrializados. O processo de mudança social implica, neste modelo teórico, a passagem das sociedades tradicionais, no sentido de anterioridade, para as sociedades modernas, entendidas como as urbano-industriais.

Noutra vertente teórica, Kovarik (1975) destaca as teses que tomavam como pressuposto que a marginalidade advém das formas de inserção da economia na divisão social do trabalho. A categoria explicativa principal é a dinâmica da acumulação capitalista. Incluem-se neste grupo os teóricos do desenvolvimento na América Latina.

Para Gino Germani (1971), teórico expoente da modernização, a marginalidade teria origem nos desequilíbrios ou assincronias entre as partes da *estrutura social*, entendida como mundo sociocultural, com as seguintes dimensões de análise:

- ✓ A dimensão imaterial, composta por valores, normas e conhecimento, entendida como a cultura;
- ✓ A morfologia social composta pelos grupos sociais, o que daria a face do sistema social;
- ✓ Os conteúdos psíquicos, cuja dimensão refere-se aos elementos que compõem a *personalidade*.

A marginalidade, nesta perspectiva teórica, seria causada pela persistência do arcaico em relação ao moderno, considerando a coexistência de instituições, normas e valores, grupos sociais e personalidades, em diferentes graus de desenvolvimento. A

ideia de ajustes e de integração para reduzir os ritmos diferenciados das partes que compõem a estrutura social implicaria equilíbrio e mudanças nas três dimensões definidas.

O processo de internalização da cultura pela personalidade representa, nesta abordagem, o elemento central para a manutenção da integração em uma estrutura social. Neste sentido, Germani (1971) retoma a noção de personalidade marginal de Park, associada à mudança social. Para Germani, personalidade se refere aos comportamentos, valores e normas, e a interação entre a ação individual e a estrutura social é compreendida em dimensões do mundo social, onde deve ocorrer a mudança social, quais sejam, a cultura, a sociedade e a dimensão da personalidade.

O eixo central da teoria da modernização está expresso na *mudança da ação humana*⁷ ou seja, a passagem de prescrições características das sociedades tradicionais para ações típicas das sociedades modernas. Subjaz a noção de *ação eletiva*⁸ por parte dos grupos e indivíduos, no sentido de maior autonomia para a eleição ou escolhas dos indivíduos, frente às exigências do mundo urbano industrial. Neste cenário, um maior protagonismo dos indivíduos seria condizente com o desempenho de novos *papéis sociais*.⁹

A institucionalização da mudança constitui, também, condição para a passagem da sociedade baseada nos padrões arcaicos ou tradicionais para uma sociedade onde a mudança é esperada e aceita como regra. Outra condição se refere à diferenciação das esferas normativas e à especialização crescente das instituições o que, ilustrando com o

⁷ A teoria da ação está ancorada na tipologia da ação de Max Weber, concebida a partir do método do tipo ideal ou puro, como instrumento para análise de situações históricas concretas (Timashef, 1971, pp. 224-225).

⁸ Ação eletiva pressupõe ação deliberada de eleger, escolher, em contraposição à submissão às prescrições normativas rígidas (Germani, 1971).

⁹ O conceito de papel social se desdobra em dois sentidos: papel orientado para a “realização” e.g. na relação familiar e papel orientado para a “atribuição” e.g. nas relações patrão/empregado. Esta tipologia permite tornar precisa a oposição sociedades tradicionais/modernas (Bourricaud & Bourdon, 2007).

caso das instituições econômicas, implica um marco normativo que afeta os valores e atitudes individuais frente à economia. Tais especializações e a crescente complexidade são típicas das sociedades do emprego, caracterizadas por Germani (1971) como as sociedades industrializadas. Nestas, predomina o princípio da racionalização instrumental, o qual implica a escolha de alternativas eficientes, voltadas para a produção na economia de mercado.

Nessa perspectiva, a tese da modernidade, no período de estruturação e desenvolvimento do capitalismo, exigiu a construção do indivíduo de Max Weber – o tipo racional – que sintetizava a conformidade aos valores e padrões de comportamento típicos das sociedades capitalistas urbano-industriais.

A noção de *ação eletiva*, que retomaremos posteriormente, tornou-se chave nos estudos da modernidade. No período recente de globalização do capitalismo, teóricos como Alan Touraine (2004) enfatizam o protagonismo dos indivíduos nas transformações em curso da sociedade e do mundo do trabalho.

Noutra vertente explicativa da marginalidade, as interpretações de cunho marxista apontam como causa do crescente contingente de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho as contradições do capitalismo no decorrer do processo histórico, vistos a partir da dinâmica das relações de classes (Kovarik, 1975, p. 17). Neste quadro interpretativo, a marginalidade seria explicada conforme os diferentes contextos econômicos e o modo de inserção dos trabalhadores nas estruturas de produção. Os movimentos de retração–expansão da economia determinariam a capacidade de absorção de mão de obra, ou seja, a exclusão do mercado de trabalho advém dos movimentos ou ciclos de crescimento da economia. Os trabalhadores que não conseguissem vender sua força de trabalho se estabeleceriam por conta própria, o que significava uma inserção *marginal* no sistema produtivo (Kovarik, 1975).

Os estudos sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina, particularmente os empreendidos pela CEPAL¹⁰, a partir dos anos 50, originaram a chamada teoria da dependência como modelo explicativo do desenvolvimento-subdesenvolvimento dos países latino americanos. Os fatores-chave nesse marco interpretativo foram as condições históricas onde ocorreu esse processo, bem como as relações das classes e grupos sociais (Bielschowsky,2000).

Na perspectiva da teoria da dependência, a forma de inserção das economias na divisão internacional do trabalho explicaria o caráter estrutural da marginalidade, resultado do avanço do capitalismo em sua forma de expansão nos países e regiões.

O enfoque cepalino privilegiou a noção de desenvolvimento como um processo global, cuja análise consistiria em verificar as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política, no contexto histórico dos países da América Latina. A ênfase dessa interpretação se deu nas relações de dominação e formas de controle da produção e do consumo, a partir das influências dos países mais desenvolvidos, denominados de *centrais* em relação aos países menos desenvolvidos, denominados de *periféricos* (Cardoso & Falleto, 2000, pp. 506-510).

Na teoria da dependência, a noção de marginalidade ganha duplo sentido. Tanto implícita na relação dicotômica entre países *centrais* e *periféricos*, quanto na dicotomia interna entre grupos sociais e atividades econômicas modernas e atrasadas (Sunkel, 2000).

A polarização ou marginalidade seria identificada, fundamentalmente, a partir dos setores e grupos sociais privados do acesso à renda. As discriminações relativas à

¹⁰ A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL – pode ser identificada como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais dos países latino americanos (Bielschowsky,R.,Org., 2000).

raça, cultura e participação política seriam importantes, mas, como fator de limitação do acesso aos meios de produção (Sunkel, 2000, pp. 539-540).

O sentido e a magnitude desta marginalidade se acentuariam pelo caráter dependente das economias da América Latina aos países desenvolvidos ou centrais, conferindo àquelas uma natureza excludente. Como decorrência, a marginalidade se daria no âmbito da força de trabalho assalariada não absorvida pelo sistema produtivo. Nos termos de Kovarik (1975), a magnitude da marginalidade depende do tamanho da população excedente não incorporada diretamente ao processo produtivo na condição de assalariados. Neste enfoque teórico, a marginalidade no mercado de trabalho se refere à formação de um excedente estrutural que não encontra emprego no setor produtivo. Nesses termos fica fácil vislumbrar a associação de marginalidade ao trabalho informal.

O termo *informal* foi utilizado pela primeira vez por Keith Hart em 1971 (1973), em estudo antropológico, realizado durante o período 1965-1968, com migrantes originários do norte para as áreas urbanas de Gana. A par de um contexto de alta de preços e salários baixos em relação ao custo de vida, havia um crescente número de trabalhadores desempregados, em sua maioria imigrantes, analfabetos e sem qualificação.

Ao analisar as atividades exercidas pelos migrantes, Hart (1973) observou que estes ocupavam, para moradia, os espaços em torno do centro das cidades, caracterizando o que, ainda hoje, é denominado de periferia. Na dimensão econômica, percebeu que estes migrantes se articulavam com a economia local de forma a criar ocupações para obtenção de renda. As pessoas identificadas como desempregadas pelos registros oficiais exerciam atividades, cuja dimensão e heterogeneidade fugiam, no entender de Hart (1973), dos modelos clássicos de análise econômica baseados na ideia de pleno emprego nos moldes europeus. Dada a impossibilidade de enquadrar essas

situações nas explicações correntes, Hart as denominou de *atividades informais*. Assim, a partir da análise de desemprego de larga parcela da população, Hart observou que os imigrantes criavam oportunidades de obtenção de renda no meio urbano, mediante formas de trabalho não protegidas por normas legais, estabelecidas pelo Estado.

Para Hart (1973), a distinção entre oportunidades de renda formal e informal baseava-se em dois pólos: (1) a renda proveniente do trabalho assalariado, protegido por normas legais estabelecidas pelo Estado; e (2) o autoemprego, no sentido do trabalho para obtenção de renda e sem subordinação a um empregador. Este segundo grupo era formado por trabalhadores com baixa escolaridade, em atividades de baixa produtividade, voltadas para a sobrevivência, em um contexto de escassez de empregos. Hoje, percebemos mudanças neste quadro em que se insere o trabalho informal, principalmente no que se refere à renda e escolaridade.

Outra distinção feita por Hart (1973) se refere à natureza das atividades informais frente às normas legais. Esta classificação que persiste até hoje divide as atividades informais em legítimas e ilegítimas, sendo as ilegítimas aquelas relacionadas ao crime, como o roubo, interceptação de objetos roubados, jogo, prostituição, contrabando, tóxico, dentre outras.

Hart (1973) também procurou classificar as atividades informais, exercidas de forma contínua ou ocasional, conforme os setores da economia. Desta forma, as agrupou em atividades voltadas para o setor primário e secundário em pequena escala de produção como fazendeiros, artesãos, construção civil, manufaturas, alimentos. Já como atividades do setor terciário ou de serviços como músicos, lavadeiras, engraxates, fotógrafos, reparadores de veículos, serviços de ritual, mágicos e os que exerciam a medicina tradicional. Da mesma forma, Hart caracterizou como informal a

transferência privada de pagamentos, como os presentes, e similar fluxo de dinheiro e bens entre pessoas, empréstimo pessoal, dentre outras.

Contudo, ainda como importante contribuição de Hart (1973, p. 88) foi a identificação de características que serviram para delimitar o campo de abrangência das atividades informais como sendo a forma de inserção das economias na divisão internacional do trabalho explicaria o caráter estrutural da marginalidade, resultado do avanço do capitalismo em sua forma de expansão nos países e regiões.

O estudo desenvolvido por Hart em Gana sobre o desemprego e subemprego acabou por revelar não uma situação de *desocupação*¹¹, mas, o fato de que parte da renda daquela estrutura era derivada de atividades não formalmente reconhecidas como geradoras de renda. A riqueza produzida pela atividade informal não era contabilizada nas contas nacionais e os trabalhadores não eram reconhecidos como trabalhadores ativos pelas estatísticas oficiais. Hart (1973) chama atenção para a atração dos centros urbanos sobre os migrantes, cujo objetivo racional poderia ser buscar acumular renda, na economia informal urbana, com ou sem empregos.

Vale ressaltar o tardio reconhecimento dos trabalhadores informais como trabalhadores ativos nas estatísticas oficiais. Recentemente, o IBGE organizou suplementos especiais sobre o setor informal para os anos de 1997 e 2003, tomando como referência os critérios discutidos no âmbito da OIT, em 1993, na 15^a Conferência de Estatísticos do Trabalho. Entretanto, as definições operacionais em pesquisas empíricas sobre o setor informal ainda geram polêmicas. Arabsheibani, Carneiro e Henley (2006) investigaram o grau de congruência entre três definições operacionais: (1) informalidade baseada no contrato de trabalho; (2) na contribuição previdenciária; e (3) nas características dos trabalhadores e empregadores com base nas pesquisas de

¹¹ Conforme o IBGE (2003) pessoas desocupadas são as que não realizaram nenhum trabalho nem procuraram trabalho na última semana de referência.

domicílio no Brasil de 1992 a 2001. Os resultados da análise empreendida por Arabsheibani et.al. (2006) revelaram diferenças significativas quanto ao percentual de trabalhadores da População Economicamente Ativa (PEA) em atividades informais, dependendo do critério adotado. Para esses autores, tais evidências apontam para um alto grau de heterogeneidade no interior do setor informal, ocasionada por mudanças na composição da força de trabalho quanto a gênero, escolaridade e qualificação, bem como entre setores de atividades e grupos ocupacionais. Tal aspecto reforça as críticas sobre a fragilidade do conceito de informalidade que, conforme mencionado, tenta abarcar uma gama de situações e trabalhadores sob uma mesma denominação. A polêmica sobre o conceito e as causas da informalidade ainda permanece entre os institutos de pesquisa e estudiosos (Cacciamali, 2000; Ulysea, 2006; Ramos, 2007).

2.3 Modelos explicativos

Após os estudos de Hart novas pesquisas sobre a informalidade no mercado de trabalho foram empreendidas pela OIT, tendo em vista colher subsídios para o Programa Mundial de Emprego, bem como para a elaboração de normas do trabalho.

A informalidade foi definida, no âmbito do Programa da OIT, como uma *atividade*, caracterizada nos moldes do modelo de Hart (1973), cujas características são: (a) facilidade de entrada; (b) utilização de recursos próprios; (c) desenvolvimento de atividades muitas vezes no âmbito familiar; (d) pequena escala de operações; (e) emprego de mão de obra intensiva e uso de tecnologia adaptada; (f) habilidades adquiridas fora do sistema educacional; (g) geração de mercados competitivos e não regulamentados. “Em contraposição, o setor formal foi caracterizado por: (a) dificuldade de acesso; (b) uso de recursos externos; (c) larga escala de operação; (d) capital intensivo e uso frequente de tecnologia importada; (e) proteção do mercado mediante tarifas, cotas e licenças comerciais” (OIT/ILO, 1972, p. 25).

Subjacente a isso se observa a lógica do dualismo nos mercados de trabalho, onde o setor formal seria a regra pré-estabelecida e o informal, um recurso ou estratégia de sobrevivência dos trabalhadores que não conseguiam ter acesso ao setor mais dinâmico da economia.

O período 1970-1990 foi marcado por debates e polêmicas sobre a informalidade no mercado de trabalho. O cenário de fundo foram as transformações da economia mundial na década de 70, quando se reduziram as taxas de crescimento e a formação de capital dos países industrializados, resultando em desemprego crescente da força de trabalho. Neste período, de grande impacto no nível de emprego dos países, foi colocada novamente em pauta de discussão as empresas e o trabalho autônomo, dada a participação crescente dessas atividades em termos de trabalho e no Produto Interno

Bruto Nacional (Charmes, 1997).

O Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe – PREALC – incorporou e disseminou esta noção da existência de dualismo no mercado de trabalho, implicando no pressuposto de escassez de vagas no setor formal. Os trabalhadores que não conseguissem bons empregos no setor formal procurariam atividades de baixa produtividade, baixos salários para produzir ou trocar por coisas que lhes proveem sobrevivência (Tokman, 2007). A lógica por trás desse argumento era de que os trabalhadores gostariam de ter um emprego, seu deslocamento para o setor informal se daria por necessidade de sobrevivência ou para complementação de renda (Ramos, 2007).

A partir desta concepção sobre o trabalho informal como oportunidade de renda para sobrevivência, os programas de emprego tinham o viés de combate à pobreza. Por outro, surgiram análises que viam no setor informal, principalmente os trabalhadores por conta própria, sementeira de empreendedores cujo potencial poderia ser impulsionado pelas políticas de emprego.

A partir do estudo de Hart (1973) e do Relatório do Kênia (ILO, 1972) para o Programa Mundial de Emprego do Bureau Internacional do Trabalho – BIT – foi dado grande incentivo às pesquisas centradas na renda, na pobreza e nas atividades informais, até então vistas como marginais e secundárias no âmbito das sociedades urbanizadas. Conforme Tokman (2007), a partir do pressuposto da viabilidade do setor informal como gerador de renda e ocupação, surgiram numerosos programas com suporte de organismos internacionais como a OIT (2006) e o Banco Mundial nos diversos contextos nacionais.

Da mesma forma, os estudos e debates sobre a informalidade partiram de diferentes pressupostos sobre o papel do setor informal no contexto da economia

capitalista. Para o caso brasileiro, destacamos duas correntes de pensamento, em torno da qual se agrupam a maioria dos estudos: a perspectiva econômica, onde os trabalhadores constituem excedente estrutural, e as distorções do arcabouço jurídico de regulação do trabalho como responsáveis pelo crescimento do trabalho informal. Assinalamos que ambas as posições teóricas não são excludentes, ao contrário, se complementam, as diferenças ficam por conta das distintas visões acerca das causas da informalidade.

Na primeira perspectiva de análise, a explicação para a informalidade no mercado de trabalho está relacionada ao processo de *acumulação capitalista* na sua expansão em nível mundial. Subjaz a proposta de que o crescimento econômico seria o remédio para a redução do trabalho informal. As mudanças requeridas na organização da produção, do emprego e das instituições do mercado de trabalho afetam a criação e a expansão do trabalho de natureza informal. Diante da contingência da escassez de empregos condizentes com as características dos trabalhadores, estes produzem bens e serviços com o propósito de obtenção de renda para seu sustento e de sua família. A baixa escolaridade e qualificação dos trabalhadores são fatores individuais, impeditivos da mobilidade desses trabalhadores no segmento formal do mercado de trabalho (Cacciamali, 1983).

A relação *formal-informal* é que explica a natureza da informalidade e se reveste de subordinação entre as modalidades de autoemprego ou informal e o núcleo dinâmico da economia, denominado setor formal. Os *autoempregos* são trabalhos e atividades que ocupam espaços na produção de bens e oferta de serviços não ocupados pelas empresas capitalistas, cuja conformação depende da demanda por serviços e bens em determinado contexto social (Cacciamali, 1983). Nesta perspectiva, a redução dos empregos assalariados é de caráter estrutural e afeta também o acesso, por parte dos trabalhadores

informais, aos benefícios advindos da relação de emprego. A prevalência de trabalhadores mais pobres em atividades informais também é apontada por Cacciamali (2000) como fator que provoca tensões e desigualdades sociais, face o vácuo de regras legais na informalidade. Incluem-se neste grupo, além dos assalariados sem contrato ou carteira de trabalho assinada, os trabalhadores sem vínculo com a previdência social.

Paralelamente, Cacciamali (2000) reconhece também que os trabalhadores por conta própria, mesmo em trabalhos com baixa produtividade, em virtude de suas habilidades, da clientela e seu nível de renda, podem obter rendimentos maiores do que se estivessem na condição de empregados. São exemplos os ambulantes, prestadores de serviço, microempresários informais, assalariados sem carteira de trabalho, dentre outros. As possibilidades de ganhos superiores em relação ao trabalho formal constituiriam atrativos da atividade informal (Cacciamali, 2000).

Ramos (2007) evidencia a falta de correspondência entre as teses desenvolvimentistas (difundidas principalmente pelo PREALC) e as evidências empíricas sobre o crescimento da atividade econômica nos anos 90 com a expansão das atividades informais. Tais evidências se mostraram contrárias à explicação clássica que parte do pressuposto do informal como receptor de excedente de mão-de-obra do setor formal onde nos períodos de queda na atividade econômica, os trabalhadores buscariam sua sobrevivência no trabalho informal. Já em períodos de crescimento do nível de emprego, as atividades informais tenderiam a reduzir. A diminuição do diferencial de salários entre trabalhadores formais/empregados e trabalhadores informais, para o mesmo período, aprofunda, conforme Ramos, a crítica às explicações clássicas sobre a informalidade no mercado de trabalho.

A partir de pesquisa da PNAD 1989/1990, uma outra realidade é apontada por Ramos e, a nosso ver, privilegia a possibilidade de escolha dos trabalhadores entre a

permanência no trabalho informal e o emprego com carteira de trabalho assinada. A opção pela permanência na informalidade de quase 50% dos trabalhadores que responderam coloca em questão a informalidade como uma contingência pela escassez de empregos (Ramos, 2007).

Noutra vertente explicativa, a informalidade é decorrente da legislação que regula o trabalho. A suposição por trás dessa perspectiva de análise é a de que a informalidade seria resultado da legislação inadequada, tributação e burocracia excessiva. O enfoque é centrado nas distorções da regulação do mercado, a cargo do Estado, promotor do ajustamento da legislação tributária, trabalhista e previdenciária à forma que vai se estruturando a economia.

O argumento do excesso ou distorções da legislação privilegia a proposta de modernização das relações do trabalho e a redução da desproteção do trabalho, caracterizadas pela proliferação de trabalhadores contratados à margem da legislação trabalhista. Pelo lado do empregador destacam-se os custos onerosos de contratação de empregados que resultam, principalmente, em evasão contributiva, conforme cresce o informal. Neste contexto, ênfase é dada às dificuldades, particularmente das micro e pequenas empresas, de arcar com as exigências legais de contratação e superar a burocracia daí decorrente, considerando a importância dessas empresas na geração de empregos.

O livro *A Economia Subterrânea* de De Soto (1986) discute a questão do trabalho informal a partir da relação entre o crescimento da informalidade e o marco legal de regulação do mercado de trabalho. Segundo De Soto, ao Estado mercantilista e voltado para os interesses das elites, se contrapõem os trabalhadores informais que criaram novas regras de adaptação à cidade e à economia. Para este autor, os trabalhadores migrantes informais desempenharam um papel de vanguarda, tanto na

geração de renda como na expansão do comércio, da habitação e transportes, em face da ausência de estatutos oficiais ou da inoperância da legislação:

A informalidade acontece quando o direito impõe regras que excedem o limite nominativo socialmente aceito, não ampara expectativas, escolhas e preferências de quem não pode cumprir tais regras e o Estado não tem capacidade coercitiva suficiente (De Soto, 1986, p. 45).

Num balanço das perdas econômicas decorrentes da informalidade De Soto (1986) argumenta que há um custo tanto para se manter na legalidade, assim como há um custo para manter-se na informalidade e ambos acarretam enormes perdas para a economia. Para os trabalhadores informais, o desamparo legal dificulta a produção e limita o uso de tecnologia de ponta, afetando o conjunto da economia, bem como a formulação da política macroeconômica.

Mediante os resultados do balanço em termos de custos da formalidade-informalidade, De Soto (1986) argumenta que a escolha das pessoas pela informalidade seria um *exercício racional* entre custos e benefícios de exercer uma atividade informal ou formal. Na atividade formal os gastos com transporte, previdência social, gasto com regularização da moradia, pagamento de tributos afetariam os ganhos reais dos trabalhadores. Na atividade informal existiria espaço para reduzir os custos com moradia, transporte e proteção social, permitindo ganhos reais mais elevados.

No caso brasileiro, a legislação do trabalho, segundo Pastore (2005), tem se revelado onerosa e complexa, além de restrita ao trabalhador assalariado com carteira assinada. O fato de a regulação se restringir apenas ao emprego resultaria em desproteção do trabalho dos informais, bem como no impacto à base de financiamento da previdência social dado o crescimento do trabalho informal. A maior regulação do mercado de trabalho implica, nesta perspectiva, em flexibilizar as regras inscritas nos estatutos do trabalho, tendo em vista estender a regulação para as atividades informais.

Pastore (2004) destaca a regulação rígida do mercado de trabalho, também no sentido de restringir as negociações entre trabalhadores e empregadores, gerando insegurança jurídica para ambas as partes. Subjacente, permanece a ideia de que os trabalhadores querem prioritariamente um emprego com carteira de trabalho assinada, na medida em que se sentiriam mais protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária. A mudança nas leis de regulação do mercado de trabalho seria a forma de ampliar a geração de empregos, desde que se considere a diversificação do mercado de trabalho, bem como as especificidades das relações de trabalho do setor informal.

Pastore (2004, p. 2) distingue dois grupos de trabalhadores informais: (1) os empregados sem registro em carteira, sem remuneração e trabalhadores domésticos; e (2) trabalhadores por conta própria e empregadores informais como categorias distintas que exigem um tratamento diferenciado, quanto às normas de relações do trabalho. Para o primeiro grupo, a prescrição seria um maior rigor no cumprimento da legislação trabalhista, principalmente quanto aos empregadores que não cumprem com as obrigações trabalhistas e mudanças na legislação trabalhista e previdenciária, de forma a melhor ajustá-la às características das empresas e dos trabalhadores com mais ênfase à negociação entre as partes.

Quanto aos trabalhadores por conta própria, Pastore (2005) atribui seu crescimento a uma nova forma de trabalho, distante do mundo do emprego e condizente ao aumento da escolaridade dos trabalhadores e ao avanço tecnológico, dados os requerimentos de mão-de-obra mais qualificada. O reconhecimento desta forma crescente de trabalho implicaria um aparato institucional diferenciado e um regime próprio de previdência que pudesse atrair os trabalhadores ao regime previdenciário. Nesta perspectiva analítica, verifica-se que importa mais uma legislação adequada à realidade do mercado de trabalho e às consequências sociais da informalidade e menos

às causas econômicas do dualismo formal/informal ou demais tipologias baseadas nas teorias da modernização como sociedades tradicionais/modernas.

A interpretação dada a um setor denominado informal, em que a dualidade do mercado de trabalho é expressa em informal em oposição a um setor formal, de fato privilegia o enfoque da sobrevivência por parte dos mais pobres, num contexto de escassez de empregos.

Para Castells e Portes (1991), a definição de informalidade, ainda prematura, não consegue abarcar todas as situações definidas como informais, de forma a delimitar as fronteiras socioeconômicas entre atividades formais e informais. A noção de dualidade no mercado de trabalho não possibilitaria um padrão comparável entre esses dois grupos de atividades formais e informais, dado o pouco conhecimento da última, não abarcada pela regulação pré-existente, do sistema de produção e das características dos indivíduos.

Ainda conforme Castells e Portes (1991), a crise estrutural dos anos 70 implicou em alternativas de reorganização da produção e o trabalho informal seria uma delas no entendimento desses autores; outras incluiriam a transferência de fábricas para locais com salários baixos e com experimentos de reorganização da produção que possibilitem trabalhadores com grande autonomia.

Estudos comparativos entre os países desenvolvidos da Europa e também os Estados Unidos e países selecionados da América Latina indicaram a grande heterogeneidade e complexidade do setor informal, inclusive com relação às altas remunerações conforme a atividade (Castells & Portes, 1991). Para esses autores, a economia informal não seria um eufemismo para o pobre e a definição de informal, considerada restrita, frente todas as dimensões que pode para abarcar estas atividades. Argumentam, ainda, que *a economia informal* não é uma condição individual, mas um

processo de geração de renda com uma característica básica: não regulado pelas instituições da sociedade, num ambiente social onde atividades similares são reguladas (Castells & Portes, 1991). Ademais, os autores evidenciam a importância do contexto histórico na definição do que seja atividade informal, considerando que os padrões culturais influenciam as normas legais, no sentido do que é legítimo ou ilegítimo.

Castells e Portes (1991) destacam algumas características da *economia informal* ou pressupostos na análise dessas atividades, no processo de globalização e mudanças tecnológicas nos países em desenvolvimento. A relação formal-informal se dá em forma de redes, com a descentralização de atividades de distribuição, onde as atividades informais se articulam com a economia formal. As características dos trabalhadores envolvidos na economia informal são específicas - mulheres, jovens e os que preferem tempo parcial. Hoje já se constata um quadro diferente, como veremos mais adiante.

O Estado, na perspectiva dos autores supracitados, tem um papel fundamental na definição das atividades que compõem a economia informal. Suas fronteiras são delimitadas não pelas características intrínsecas das atividades, mas, a partir da definição social da intervenção do Estado que varia a depender dos diferentes contextos e circunstâncias históricas dos países. Neste sentido, a regulação institucional afeta em diferentes níveis o trabalho informal: (1) define o *status* inferior da ocupação como o trabalho não declarado ou os “bicos”; (2) limita às atividades formais a proteção trabalhista e as condições de trabalho relacionadas à higiene, aos riscos do trabalho e à saúde; e (3) afeta o gerenciamento dos negócios pela fiscalização e pelo controle da expansão das atividades não reguladas.

2.4 O trabalho informal como escolha

Estudos empíricos na América Latina contestam as teses que veem a informalidade como consequência da redução de empregos, mediante o elevado custo da mão de obra para as empresas, as quais acabam por optar pela contratação indireta de trabalhadores para escaparem da vinculação contratual. O Banco Mundial tem também desenvolvido estudos sobre a heterogeneidade do setor informal que buscam, de um lado, os fatores que determinam a evolução da informalidade, principalmente nos países da América Latina e, por outro, exploram a dimensão dos indivíduos e grupos, investigando as razões subjacentes que os induzem à informalidade (Maloney, 1999).

Maloney (1999), utilizando um modelo macroeconômico, baseado no comportamento dos trabalhadores, pesquisou o autoemprego na América Latina e nos países da OCDE. Conforme este autor, cerca de 70% dos trabalhadores estão na informalidade por razões de independência ou por rendimentos mais altos em relação aos empregos.

Seus achados são sugestivos no sentido de que o autoemprego pode ser uma meta desejável para muitos trabalhadores, num quadro institucional onde a rigidez da regulação e os custos de mão de obra forçam as empresas a promoverem o desemprego e o *turn over* de mão de obra.

Alguns achados posteriores na América Latina evidenciam que os trabalhadores entram no setor informal como forma de acumular capital. Já em 2003, Maloney verificou que 2/3 dos trabalhadores que mudam de emprego vão para o informal por desejo de serem independentes ou atraídos por rendimentos mais altos. Verificou também que o trabalho por conta própria é desejável principalmente pelos jovens que entram no setor formal, que após acumular conhecimento, capital e contatos partem para

seu próprio negócio. Para os trabalhadores mais velhos, o setor informal também aparece como opção importante uma vez que não oferece restrições de idade, valorizando o *saber-fazer*.

Este enfoque sugere que a atividade informal tem sido livremente escolhida por gama significativa de trabalhadores e que a proteção social implícita no trabalho formalizado não é percebida por essas pessoas como eixo central de escolha.

Em outros termos, os indivíduos podem ser atraídos para o trabalho informal tanto pela perspectiva de rendimento mais alto no informal quanto pela satisfação pessoal ou ainda pela liberdade de horário e localização, interesse dado o “espírito empresarial” ou ainda, o trabalho informal como treino ou transição para seu próprio “negócio” formalizado ou não.

Da mesma forma, Maloney (2003) admite que também possa ser uma questão de escolha a inserção em atividades informais consideradas ilegais. Estes indivíduos poderão perceber a relação de benefícios diretos ou indiretos da atividade, de forma a compensar o risco de serem descobertos numa atividade ilegal.

Arabsheibani, Carneiro e Henley (2006), em estudo sobre a informalidade no Brasil, concluíram que certas características dos trabalhadores como escolaridade, idade, qualificação e atividade podem ser fator de influencia para o ingresso ou preferência pela informalidade. De qualquer forma, as taxas de informalidade estão aumentando rapidamente entre os mais qualificados, caracterizando um aumento de importância para um grupo, assim como entre os "mais velhos", empregados nos setores industrial e de construção civil, e caindo em algumas ocupações de serviços, como de empregadas domésticas, apontando para uma outra realidade deste mercado de trabalho.

A questão que permanece em aberto refere-se às razões pelas quais as pessoas com elevados níveis de escolaridade estão trabalhando sem registro ou contrato social

ou na atividade informal. As tendências atuais indicam a escolha como um dos fatores mais prováveis. Vasques-Menezes (2000) ao analisar o trabalho e o processo de escolha do trabalhador, como já dito anteriormente, indica que o trabalhador de agora estabelece o seu valor de mercado, o *valor* de sua força de trabalho, principalmente em determinadas área do mercado de trabalho. Através da transformação de sua *competência* em seu *capital econômico* busca qualificação específica e desenvolvimento profissional para satisfação de suas necessidades que podem ir além de sua subsistência. Contudo, no contexto do trabalho informal, uma das questões que mais intriga os estudiosos do assunto é o distanciamento da proteção social e do Estado.

Buscando entender a importância da proteção social para os trabalhadores, são apresentadas algumas razões pelas quais os trabalhadores tornam-se, voluntariamente, *desprotegidos*: (1) desvalorização dos benefícios por não se submeterem aos impostos e tributos a que ela está arraigada eles vão procurar trabalho informal, onde a remuneração é inteiramente monetária; (2) existência de pai ou cônjuge que tenha emprego pode garantir proteção para os demais membros da família; (3) o excesso de regulação ao provocar rigidez no mercado de trabalho, estimular a rotatividade e encorajar os trabalhadores a deixarem seus empregos (p.7). A partir destas razões, Maloney conclui que a opção pela informalidade seria resultado de um questionamento implícito acerca da incapacidade do Estado como provedor e normatizador, exigindo do próprio trabalhador garantir a sua “*proteção*” (Maloney, 2003).

O estudo de Arias, Chanduvi, Farjnzyber, Mason e Maloney (2007) reforça essa perspectiva. A proteção social fragmentada e a regulação, por vezes, rígida, provocam um tipo de exclusão de parcela significativa de trabalhadores e empresas dos benefícios do trabalho organizado. Os autores sugerem que as duas perspectivas “exclusão” e “opção/escolha” pela informalidade seriam faces de uma mesma moeda ou enfoques

complementares. Fatores como as diferenças históricas, culturais e normativas entre os países, bem como o grau de heterogeneidade do setor informal podem resultar em respostas diferenciadas por parte de empresas e trabalhadores.

Nesse estudo Arias et.al. (2007) identificaram duas realidades. A pesquisa junto a trabalhadores informais por *conta própria e a pequenos proprietários* conclui que o acesso e a permanência na informalidade não ocorrem por exclusão do setor informal, mas por opção ou escolha, relacionada a níveis elevados de satisfação e possibilidade de maior autonomia, bem como maior flexibilidade, em termos de tempo. Outro aspecto importante que estes autores apontaram é que o fator proteção social pareceu não pesar muito nesta decisão. Para eles proteção social é vista como em função de três aspectos comuns entre os trabalhadores informais: (1) desconhecimento dos mecanismos de proteção social; (2) arranjos familiares para suprir a proteção social; e (3) acesso aos programas universais como é o caso da saúde.

Para o outro grupo pesquisado, composto de *trabalhadores domésticos e empregados de microempresas*, Arias et.al. (2007), encontrou diferenças em termos de motivações quanto ao emprego ou trabalho informal. Para esse grupo de trabalhadores informais os baixos rendimentos explicariam, em parte, a não adesão aos planos de seguro social, além da desinformação sobre os mecanismos de funcionamento desses programas.

No caso específico dos trabalhadores em microempresas, cuja contribuição é compulsória, a informalidade dessas empresas constitui a causa da exclusão de grande parcela dos trabalhadores do sistema de proteção social (Arias et al, 2007).

Na mesma direção de Maloney, estudo sobre o perfil psicossocial de trabalhadores informais, desenvolvido por Bonfim, Feitosa, Gondim, Sá e Santos

(2006), também ressalta a escolha como fator importante no ingresso e na permanência na informalidade apesar dos riscos da desproteção e apontam os seguintes aspectos:

- ✓ as pessoas que optam pelo trabalho informal para complementação de renda o fazem conciliando sua atividade com o trabalho principal o que as leva a considerar a flexibilidade de horário como a principal vantagem da atividade informal;
- ✓ pessoas que optam pelo trabalho informal, por influência de experiências pessoais da família e também com cursos de qualificação, destacam a satisfação relacionada ao prazer e a dedicação na execução das atividades;
- ✓ os motivos relacionados à escolha pela atividade informal em detrimento do emprego formalizado referem-se à possibilidade de independência financeira e à realização profissional;
- ✓ as dificuldades encontradas no exercício da atividade referem-se à intermitência da renda, concorrência, desconfiança da clientela, pressão para legalização, falta de acesso ao crédito, custos dos impostos, ausência de infraestrutura em função da escassez de recursos para investimento.

Observa-se que nas diferentes análises sobre a informalidade no mercado de trabalho, embora com divergências sobre causas atribuídas para o ingresso e permanência no trabalho informal, há consenso sobre a necessidade de proteção social que garanta os benefícios da legislação do trabalho e da previdência social para o conjunto de trabalhadores. Essa preocupação se amplia, à medida que as perspectivas sobre a redução dos empregos e, conseqüentemente, da base de financiamento do sistema de proteção social ameaçam a ruptura da política de solidariedade coletiva, montada no período da industrialização. Contudo, também concluímos pelos estudos já

realizados, que esta não é a preocupação central do trabalhador informal embora a desproteção lhe incomode.

Por outro lado, estudos empíricos que deram origem ao enfoque da informalidade como escolha, em que pese a falta de um marco interpretativo, levantam o protagonismo dos trabalhadores e a concepção do trabalho na atualidade. De fato, desde o “homem marginal” de Park (1948), passando pelas mudanças da sociedade agrária para a industrial, até o capitalismo pós-industrial, a dimensão dos indivíduos e grupos foi minimizada em detrimento das abordagens econômicas e das análises políticas de relações de poder. Mais do que isso, a divisão analítica em empregados e empregadores, pertencentes ao setor moderno ou tradicional, protegidos e não protegidos, formal e informal, esconde a pluralidade de situações e grupos sociais diferenciados, convivendo num mesmo espaço social.

Assim, podemos concordar que Rifkin (1995) acertou. A obra "O fim dos empregos" causou uma enorme polêmica ao descrever um cenário sombrio para o futuro do mercado de trabalho. Atualmente o desemprego é uma ameaça real em todo o mundo. Os Estados Unidos, baluarte da economia capitalista, sofreram nos últimos anos uma crise só vista com a queda da Bolsa no início do século passado. Grande parte do continente europeu e dos países em desenvolvimento está na mesma situação. A globalização, conforme Giddens (2002), torna homogênea a comunidade humana quanto ao enfrentamento de riscos e incertezas como o desemprego. Em contrapartida, novas oportunidades estão se abrindo, ampliando o leque de escolhas, entre as quais o trabalho. Neste cenário, a escolha por um trabalho independente, conforme os estilos de vida adotados, pode ser uma tendência e não um desvio em relação ao padrão vigente em uma sociedade baseada no emprego assalariado.

Nesta perspectiva é que percebemos o trabalho informal ou, mais precisamente, o segmento de *trabalhadores por conta própria*. O crescimento do trabalho informal no Brasil deixa de ser um conjunto uniforme de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, pobres e de baixa escolaridade. A heterogeneidade e a complexidade existentes no interior deste segmento do trabalho informal têm originado propostas diferenciadas de políticas públicas. O reconhecimento de pequenos empreendedores informais como uma sementeira de novas empresas é um indicativo da importância dessas atividades para a economia e a sociedade. De fato, o IBGE ao elaborar os Suplementos Especiais¹² sobre os empreendedores individuais teve como finalidade subsidiar o planejamento e o desenvolvimento econômico e social do País (IBGE, 2003).

Pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) para os anos 2003 e 2007 apresentamos algumas características da população abrangida pelos trabalhadores por conta própria. Conforme o IBGE (2003), constituem o chamado *setor informal* os trabalhadores empregados sem carteira de trabalho, os empregadores com até 5 empregados e os trabalhadores por conta própria. Se considerarmos a proporção de trabalhadores nesta condição, este segmento representa mais de 50% da População Economicamente Ativa (PEA). Entretanto, para efeito de acompanhamento estatístico da PNAD, o IBGE considera apenas o segmento composto por trabalhadores por conta própria e empregadores com até 5 empregados.

Em 2003 os empregadores deste segmento informal totalizaram perto de 3,3 milhões de pessoas, cerca de 5% da PEA ocupada. Já os trabalhadores por conta própria totalizaram 17,7 milhões de pessoas, cerca de 30% da PEA ocupada. Em 2007 cresceu a participação feminina tanto entre os trabalhadores empregados com carteira assinada

¹² Suplementos de 1997 e 2003 – também acompanhados pela Pesquisa Mensal de Emprego para as áreas metropolitanas. As tabelas referentes ao setor informal estão em anexo.

quanto entre os trabalhadores por conta própria, embora ainda predomine a participação masculina.

As atividades preponderantes na absorção dos trabalhadores informais conforme os dados de 2003 e 2007 foram nos ramos de Comércio e Reparação (33%), Construção Civil (17%) e Indústria de Transformação (15%).

A escolaridade dos trabalhadores por conta própria vem aumentando significativamente. Em 2003 aproximadamente 9% tinham menos de 1 ano de estudo e cerca de 37% de 8 a 14 anos de estudo. Em 2007 verifica-se tendência de aumento dos anos de estudo desse segmento, com o crescimento negativo dos trabalhadores com até 4 anos de estudo (8%) e aumento significativo dos trabalhadores com 8 até 14 anos de estudo passando dos 37% para mais de 43%.

Os *contribuintes* para Previdência Social, em 2003, considerando apenas os trabalhadores por conta própria, representavam apenas 4%, enquanto os *não contribuintes*, cerca de 18% do total de trabalhadores informais. Entre 2003 e 2007 houve um ligeiro acréscimo na participação dos *contribuintes* trabalhadores por conta própria (0.141); os *não contribuintes* também cresceram, embora haja taxas menores nesse período (0.111), passando a representar cerca de 20% dos trabalhadores por conta própria em 2007.

Por fim, aproximadamente 59% dos trabalhadores por conta própria, em 2007, apresentaram, em média, mais de 9 anos no trabalho informal, superior à média da população total ocupada que se situou em cerca de 41%, para mais de 6 anos de trabalho.

Pelos dados acima, podemos concluir que, além dos problemas discutidos por Rifkin (1995) e Giddens (2002), as rígidas leis trabalhistas no Brasil são um convite para fortalecer a informalidade, tanto pelo empregador que precisa pagar muito caro

para contratar quanto para o trabalhador desempregado que começa a trabalhar por conta própria.

Esta realidade leva de um lado, à diminuição de empregos com carteira assinada e ao aumento da informalidade com mais da metade dos trabalhadores brasileiros à margem dos direitos trabalhistas; e de outro, a uma reestruturação do mercado de trabalho com o estabelecimento de um processo de desaparecimento de algumas atividades/profissões e o surgimento e ressurgimento de outras, acompanhando as necessidades e exigências de um mercado complexo, envolvendo principalmente a área de serviços. Os dados levantados por nossa pesquisa mostram um trabalhador informal por conta própria satisfeito e integrado na sua atividade e sem interesse de retorno ou ingresso na atividade formal ou no emprego assalariado, como veremos nos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO III MÉTODO

O trabalhador informal, embora uma realidade em praticamente todos os países, ainda é uma incógnita sob vários aspectos. Estudiosos e estatísticos concordam que não há consenso sobre uma definição que possa abranger o amplo espectro de atividades denominadas informais. As diferenças em termos de magnitude e características desse segmento variam no interior de cada país e entre países, conforme o nível de desenvolvimento econômico. Esta falta de clareza e consenso sobre o conceito resulta que os critérios para as pesquisas, quase sempre, não possuem uma base conceitual comum, o que limita comparações históricas entre diferentes países e regiões. Os estudos empíricos variam, conforme diferentes propósitos e orientações teóricas.

Embasado nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1993), o IBGE, em 1997 desenvolveu a primeira pesquisa oficial sobre o setor informal e o definiu tomando como unidade de análise a atividade econômica: “são unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias”. Os trabalhadores por conta própria, segmento que é abarcado pelo conjunto de trabalhadores informais, o nosso objeto de pesquisa. Até hoje, para efeito de pesquisa, o IBGE não considera as atividades agrícolas, mesmo as relacionadas à prestação de serviços e pequena indústria no meio rural, tanto em função de custos da pesquisa quanto por reconhecer maior concentração das atividades informais nos centros urbanos. Também não são consideradas as atividades da “população de rua”, os empregados domésticos já considerados nas Pesquisas por

amostra de Domicílios (PNAD), bem como as atividades consideradas ilegais ou não “socialmente aceitas”.

A pesquisa de campo tomou como base a experiência subjetiva dos trabalhadores, considerando suas características em termos de escolaridade, qualificação e gênero, com foco na sua relação com o trabalho informal.

3.1 Seleção e acesso aos participantes da pesquisa

Dada a grande variedade das atividades informais e composição dos trabalhadores, optamos por estudar os *trabalhadores por conta própria*. Neste segmento focamos os trabalhadores que atuavam no Plano Piloto de Brasília-DF, entre as superquadras¹³ ou nos setores comerciais, independentemente de seu local de moradia ou atividade desenvolvida.

Limitamos o estudo de campo aos trabalhadores com escolaridade mínima de 1º grau incompleto, de ambos os gêneros e com mais de três anos na atividade, acumulando ou não a atividade informal com um emprego de carteira assinada ou público.

A estratégia para ter acesso aos *trabalhadores por conta própria* foi a indicação de pessoas de diferentes grupos que conheçam trabalhadores nessas atividades. Foram utilizadas duas fontes diferentes de indicação: grupos diferentes de amigos ou conhecidos que indicaram nove trabalhadores informais e a pesquisadora que buscou três trabalhadores em locais públicos diferenciados no Plano Piloto. Para a fonte de indicação *grupo de amigos* solicitamos que as pessoas indicadas deveriam estar nas seguintes condições: estar há mais de três anos na atividade informal e ter pelo menos o

¹³ Organização de moradia nas asas sul e norte do Plano Piloto de Brasília-DF.

1º grau incompleto, bem como independência com relação a gênero. A escolha de fontes diferentes de amigos não relacionados entre si foi uma tentativa de evitar o viés proveniente de um único grupo de relações da pesquisadora e também minimizar a possibilidade de sujeitos conhecidos entre si. A ideia foi evitar escolher trabalhadores conhecidos e possíveis interferências de valorações por parte da pesquisadora. O uso de grupo de amigos para a indicação buscou evitar um viés da amostra com sujeitos conhecidos entre si.

3.2 Os entrevistados

Foram ouvidos doze trabalhadores informais, sendo três mulheres e nove homens. A idade dos entrevistados variou entre 30 e 56 anos, sendo que das mulheres, uma estava com 36 anos e duas tinham 49 e 50 anos, respectivamente. Do total de homens cinco estavam na faixa entre 30 a 35 anos e quatro na faixa entre 41 a 56 anos.

Quanto ao estado civil das mulheres uma era separada e duas casadas; sete dos homens eram casados e dois eram separados. Dos entrevistados todos tinham filhos em idades variadas sendo:

- 6 (seis) com apenas um filho;
- 3 (três) com 2 (dois) filhos;
- 1 (um) com 3(três) filhos;
- 1 (um) com 5 (cinco) filhos; e
- 1 (um) com 6 (seis) filhos.

A distribuição dos entrevistados com referência ao nível de escolaridade foi a seguinte:

- 6 (seis) com o 1º grau incompleto;

- 3 (três) com o 2º grau incompleto; e
- 3 (três) com o 2º grau completo.

O tempo de trabalho na atividade variou entre 3 a 34 anos, sendo que dez tinham mais de dez anos na atividade informal de maneira contínua. Dentre estes, um entrevistado alternou de períodos em atividade formal e informal e um outro exerce concomitantemente atividade com vínculo empregatício e atividade informal nos finais de semana e à noite. Dois entrevistados tinham respectivamente três e cinco anos na atividade informal somente.

É interessante ressaltar que dentre os entrevistados, onze declararam como renda principal da família aquela vinda da atividade informal. Mesmo o trabalhador que acumula um emprego em empresa de prestação de serviços declarou que a renda maior vem da atividade informal. Apenas uma entrevistada declarou como renda complementar da família, sendo a renda principal a do marido, funcionário público. As rendas declaradas, relativas aos ganhos auferidos exclusivamente na atividade informal, variaram de dois e meio a oito salários mínimos, em média. Ressaltamos que nenhum entrevistado declarou a renda exata, dada a natureza do trabalho com grande oscilação dos rendimentos. Ademais, alguns se mostraram reticentes em declarar o valor mensal dos ganhos na atividade.

Quanto à situação de contribuinte ou não da previdência social como autônomo, a metade dos entrevistados declarou que contribui, sendo que um é pela empresa como empregado, e a outra metade dos entrevistados não contribui como autônoma.

3.3 A escolha do instrumento

A entrevista foi o instrumento escolhido para a pesquisa de campo. As entrevistas orientadas por tópicos podem dar mais espaço para que as falas dos

trabalhadores informais pudessem fluir mais espontaneamente de forma a facilitar o relato das experiências subjetivas do trabalho. Para atender ao propósito da pesquisa, o roteiro da entrevista explorou o modo como o trabalho informal é percebido e exercido por estes trabalhadores, os sentimentos experimentados e como as escolhas do trabalhador são feitas, além de aspectos da sua história de trabalho/vida e dados demográficos. Os tópicos abordados em todas as entrevistas, roteiro da entrevista, embora nem sempre desenvolvidos na mesma ordem ou profundidade, foram os seguintes:

1. Relato da trajetória de trabalho/vida;
2. Entrada na atividade informal e articulação/saída do trabalho formal;
3. Importância atribuída à qualificação;
4. Condições de trabalho na atividade informal;
5. Rendimentos na atividade informal – aspecto subjetivo e objetivo dos ganhos; e
6. Legalização do trabalho e previdência social.

3.4 A realização das entrevistas

A maioria das entrevistas foi realizada nos locais de trabalho localizados nas vias públicas e, em alguns casos, nas residências do entrevistado/entrevistador. As entrevistas transcorreram com a colaboração de todos os entrevistados.

Inicialmente, foi fornecida explicação mais detalhada para informar os entrevistados sobre os interesses da pesquisa e a total isenção na divulgação e no sigilo das informações. O fato de ser uma pesquisa acadêmica e a assinatura conjunta do Termo de Compromisso contribuíram de forma significativa para que os entrevistados se sentissem mais seguros em expor suas experiências como trabalhador informal e sua história de vida. O receio de boa parte dos participantes estava relacionado à

fiscalização por parte do governo local que no momento está se empenhando em regulamentar os pontos de trabalho dos trabalhadores por conta própria que atuam nas ruas. As questões mais sensíveis foram as referentes ao montante de renda percebido na informalidade e às questões relativas à contribuição para a seguridade social.

O fato de as entrevistas terem sido feitas nos locais de trabalho, ou seja, nas vias públicas, ocasionou, em algumas, problemas como interferência do ruído dos carros que trafegavam próximo ao local da entrevista, principalmente se esta ocorria nas mediações de vias de intenso movimento e quando ocorriam em horário de almoço. Normalmente, o horário do almoço constituiu o período propício para o trabalhador participar da pesquisa, pois é o seu horário de descanso e não atrapalha no desenvolvimento do seu trabalho. Duas transcrições foram prejudicadas, o que ocasionou retorno aos entrevistados para confirmar algumas falas pouco audíveis.

O tempo das entrevistas variou em função das características pessoais, no sentido de que houve trabalhadores mais ou menos *econômicos* na sua fala. Também variou por conta da extensão da trajetória de trabalho tanto nos empregos quanto na atividade informal. O tempo médio das entrevistas foi de 50 minutos.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo de forma não rígida os tópicos guia para possibilitar ao máximo a manifestação dos entrevistados. A pergunta inicial era sempre sobre sua história de trabalho/vida, como começou a trabalhar e em que atividade, não limitando o tempo nem a idade em que começou a trabalhar. As demais perguntas iam sendo introduzidas de acordo com as falas do entrevistado.

Quando necessário foram introduzidas perguntas para estimular o entrevistado na continuidade do relato e também para obter maior detalhamento sobre as experiências vivenciadas pelo trabalhador. Percebemos que as questões levantadas ressurgiam em vários momentos, possibilitando revisões sobre temas; um exemplo neste

sentido é a participação da renda no orçamento familiar e as relações com a seguridade social.

O número de entrevistas, doze no total, não foi definido *à priori*. Utilizamos o critério de saturação. Quando as entrevistas se tornaram repetitivas e consideramos pela quantidade e qualidade de material que já tínhamos para uma primeira caracterização do perfil do trabalhador informal, decidimos pela finalização das entrevistas e análise do material, já que se tratava de um estudo exploratório.

As entrevistas foram gravadas e transcritas de forma a podermos utilizar todo o material relatado, sem risco de distorções e desperdícios. As anotações que fizemos durante as entrevistas possibilitaram retornar aos pontos de interesse indicados nos tópicos quando restavam dúvidas ou necessidade de maior detalhamento.

Julgamos pequena a participação de mulheres, apenas três contra nove homens, mas, conforme as estatísticas, para cada mulher na atividade informal têm 3 homens, o que não compromete o levantamento dos dados, mesmo porque não estávamos nos propondo a um estudo de gênero.

3.5 Método para análise do *corpus*

O método definido para a análise foi o construtivo-interpretativo que segue, em um primeiro momento, os procedimentos da análise de conteúdo clássica ao organizar o material a partir de categorias analíticas (Bardin,1979). Contudo, se diferencia desta abordagem por não submeter as unidades categorizadas ao processo de contagem de sua frequência.

Os procedimentos adotados levaram em conta a noção de *corpus*, dada por Bauer e Aarts (2005, p.54), planejado para o fim determinado na pesquisa, consistindo em transcrições literais das doze entrevistas realizadas. O foco no objeto da pesquisa

nos permitiu selecionar temas específicos das narrações. O tema constitui uma unidade de significação, expressa numa frase ou mais, conforme discutido por Soratto (2006).

3.6 Procedimentos da análise

Primeiramente, foi realizada uma leitura vertical das entrevistas. Entendemos por leitura vertical a leitura das entrevistas uma a uma do começo ao fim sem preocupação de análise, mas sim, de apreendimento do conteúdo. Recorremos à gravação para nos certificarmos ou esclarecer falas confusas ao longo do texto. Fizemos algumas correções às transcrições no sentido de dar maior fidedignidade possível às falas dos entrevistados.

Fizemos nova leitura de cada entrevista, desta vez marcando os temas relacionados ao objeto da pesquisa. A leitura exaustiva de cada entrevista nos permitiu realçar categorias mais evidentes que deram origem a uma primeira classificação para cada entrevista.

Agrupamos as categorias identificadas em cada entrevista, formando um conjunto organizado em temas, para efeito de comparação, quanto às semelhanças e variações. Identificamos inicialmente cinco temas em torno de categorias gerais: 1) trajetória de trabalho e vida; 2) condições de trabalho; 3) estratégias de trabalho e renda; 4) relações com a previdência social; 5) razões para escolha ou permanência na atividade informal.

Da organização das entrevistas num só conjunto, foram ressaltadas as semelhanças e variações. Verificamos a necessidade de rever as categorias, o que permitiu visualizar estruturação com desdobramentos, junções e renomeação de categorias. Este processo repetiu-se várias vezes e, a cada categorização, novas questões eram levantadas, suscitando alterações. Buscamos com isto atender aos critérios de

qualidade das categorias, sugeridos por Bardin (1979), ou seja, que as categorias devem ser mutuamente exclusivas, homogêneas, pertinentes e produtivas. Embora considerados esses critérios, a complexidade e a ambiguidade das falas, ao contrário de constituírem problema para análise, foram enriquecedoras de aspectos novos que permitiram criar categorias próximas do conteúdo das falas.

As categorias identificadas ao final deste processo de análise das entrevistas foram:

1. Experiência e aprendizagem;
2. Escolha e permanência;
3. Condições de trabalho;
4. Possibilidades de renda;
5. Seguridade social;
6. Discriminação e Marginalidade.

A análise privilegiou o relato dos entrevistados, tendo como principal referência o objeto de pesquisa. Desta forma, também privilegiamos falas referentes à trajetória de vida/trabalho, nas quais pudessem emergir as opções de trabalho e escolhas do trabalhador. Levamos em consideração a proposta metodológica de Malaguti (2000, p.19), segundo a qual à trajetória *ocupacional* deve ser integrada a *trajetória de vida*, de forma a extrair as *experiências de trabalho* anteriores das quais deriva o *status* atual do trabalhador informal.

Este trabalho nos permitiu aprofundar no universo do *trabalhador informal*, na dimensão do indivíduo e na sua relação com o trabalho. Ressalta-se a importância do cotejamento dos estudos empíricos referenciados, na análise do material extraído das entrevistas.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos através das entrevistas com os *trabalhadores informais por conta própria*. Percorreremos as categorias definidas pela análise de conteúdo e traçaremos alguns comentários a título de articulação de conteúdos significativos e/ou relevantes para o objeto de estudo.

4.1 Experiência e aprendizagem

A narrativa da trajetória de trabalho desses trabalhadores remete a situações consideradas determinantes para o exercício de seu trabalho atual. Experiências e aprendizagens informais relatadas sugerem a existência do desenvolvimento de uma “carreira” que vai se definindo no percurso das experiências de vida, constituindo o perfil profissional destes trabalhadores e as suas inserções no mercado de trabalho.

A procedência destes trabalhadores foi o primeiro aspecto que sobressaiu nesta trajetória de trabalho. Do total de entrevistados, cinco vieram de movimentos migratórios entre os períodos 1974-1996 em busca de trabalho na construção civil em Brasília. Quatro outros entrevistados que nasceram em Brasília são filhos de imigrantes que vieram para o Distrito Federal em busca de uma vida melhor no início de Brasília.

Os fluxos migratórios, constituídos em sua maioria por famílias inteiras, provenientes principalmente da região nordeste, se intensificaram nas décadas de 60 e 70, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) rumo ao centro-oeste, motivados pela construção de Brasília e ampliação das fronteiras agrícolas. As informações das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2003 e 2007 indicam que a construção civil tem sido um setor expressivo na absorção de *trabalhadores por conta própria*, cerca de 3 milhões de trabalhadores em 2007 (IBGE). Portanto, não estranha que a maior parte dos entrevistados tenha

começado a trabalhar como operários ou trabalhadores informais na construção civil e que estes trabalhadores tenham aprendido seu ofício com seus pais ou parentes.

A situação de migrantes em busca de trabalho, tanto dos entrevistados como dos pais de alguns, evidenciou uma trajetória de famílias que vieram em busca de uma vida melhor, de trabalhar para ganhar dinheiro e, ainda, para um recomeço após a tragédia da seca ou de outros infortúnios. Indica um perfil onde desafio, desbravamento e recomeço fazem parte da história. Isso pode ser visto nas falas abaixo.

Vim eu, meu marido e seis filhos. E graças a Deus a saúde, a força e a coragem pra trabalhar. (H)
...aí de lá vim pra cá, meu pais tavam aqui, né? Só tinha eu e meu irmão lá, aí eu vim pra cá pra trabalhar aqui... (J).

Outro dado interessante é a importância do setor de construção civil na trajetória de trabalho destes trabalhadores e suas famílias. O trabalhador da construção civil, dada a ausência da indústria de transformação, foi o símbolo do operariado de Brasília.

Na sua adaptação à cidade, também a modificou física e culturalmente. Boa parte dos entrevistados é a segunda geração de trabalhadores, filhos de operários da construção civil. Conforme Bicalho (1995), as características culturais desses trabalhadores da construção civil foram fundamentais para a formação de uma identidade operária, cujo eixo era a família, referenciada por um paradigma de *moralidade* e um modelo de autoridade centrado na *ética do provedor*.

O trabalho *honesto* e um *código moral de reciprocidade* que pudesse manter a família unida, também foram, conforme Bicalho (1995), a forma de preservar a família da *miséria e da delinquência*. A inserção dos entrevistados, nesse setor, se deu tanto na atividade formal, via emprego nas empresas construtoras de maior porte como aprendiz, quanto nas atividades informais junto ao pai ou familiares e conhecidos da família,

preponderantemente, na construção de moradias de particulares, pequenas obras de reparo e manutenção de residências, conforme a seguir:

*...trabalhava com meu pai em construção... (G.)
 Comecei a trabalhar em 92, como ajudante de pintor... (D.)
 ...trabalhei fichado aqui, né?...Trabalhava que nem
 eletricista...mas era aprendiz...(J.)
 ...quando acabava a casa, saía e pegava outra casa, era assim...
 Que eu fazia.... Não era fichado não.... (J.)*

O aprendizado informal passa por esta compreensão de como se deu o processo de preparação para o trabalho a partir da família, como primeira instância do processo de socialização para o trabalho. A característica básica dessa transmissão informal de conhecimentos é o “aprender fazendo, ajudando, olhando”. Ademais, prepara não só para o exercício da profissão, mas também funciona como veículo de transmissão de valores éticos e de como se relacionar no mundo competitivo do trabalho, mais além da satisfação das necessidades básicas, também, como galgar na carreira *escolhida*. Esse tipo de aprendizado marca em definitivo a trajetória do trabalhador.

*...trabalhava com meu pai ... desde pequeno fui... meu pai mexia
 com tudo...quando fui para o serviço militar comecei a
 trabalhar nessa área...(J)
 ...trabalhei em construção civil, com meu pai, né? ...trabalhei
 ajudando ele, esse período... só não aprendi essa parte de
 carpintaria e acabamento, porque eu não gostava...mas elétrica
 eu já comecei a gostar desde cedo, então, foi essa área que eu
 comecei...(W)
 Comecei com o meu pai, que também é eletricista... (G.)*

Situação semelhante ocorreu com relação à área de eletroeletrônica, dada a expansão das tecnologias da informação na área da construção civil. A procura por mão de obra especializada é percebida pelo entrevistado que de eletricista na construção civil migra para a área de segurança eletrônica e se orgulha disso:

...é uma área ligada à parte de construção civil... À parte de incêndio...hoje tem tudo, hidrante, alarme de incêndio, tem que ter sistema de alarme de incêndio endereçado...fiz três orçamento pro Parking Shopping, que tem até concorrente de São Paulo (G.).

A área de prestação de serviços é o setor que mais vem crescendo e tem relação direta com o crescimento do *trabalhador por conta própria*. Conforme o IBGE (PNAD, 2007)¹⁴, o setor de serviços concentrava, em 2007, cerca de 67% dos trabalhadores por conta própria. Na pesquisa sobre o setor informal do IBGE (PME, 2008) para as regiões metropolitanas, em 2008, pudemos verificar o expressivo número de vendedores ambulantes e camelôs - somavam 624 mil para as áreas metropolitanas, dos quais 532 mil são trabalhadores por conta própria, os demais, 92 mil (14,8%), são empregados com ou sem carteira de trabalho assinada, empregadores e não remunerados.

O avanço tecnológico, diferentemente do que possa ser pensado, a princípio, também ampliou as possibilidades de inserção do *trabalhador por conta própria* no mercado de trabalho, diversificando as possibilidades de escolhas da profissão, mas referenciando também a busca de cursos de aperfeiçoamento e atualização. Assim, ocupações que envolvem aprendizado técnico, como a elétrica, mecânica de autos e bombeiro hidráulico, exigem especialização e atualização constante, o que implica na busca de qualificação formal/informal destes trabalhadores em programas de capacitação. Vários desses programas são de livre acesso aos trabalhadores independente de sua vinculação formal pelo sistema “S”, tanto pelas indústrias como pelos fornecedores (SESC, SENAI, Deca, Bosh). Outras formas de treinamento são possibilitadas no período de prestação do serviço militar, onde se aprende e trabalha, ou ainda como ajudantes de trabalhadores por conta própria.

¹⁴ Tabelas em anexo.

... Aí quando eu fui pro serviço militar trabalhei nessa área, eu já entendia um pouco, lá dentro tive oportunidade de aprender mais, né? (G.)

Eu saí do SENAI e fui trabalhar com a Bosh... O Fiat Estilo criou uma rede que se chama Rede Cam... E eu fiz esse curso... (G.)

...Eu fui buscar aperfeiçoamento lá em São Paulo, na fábrica da Deca (C.)

As narrativas mostradas até o momento evidenciaram que a *escolha* da profissão exercida ocorre mesmo antes da decisão de buscar o aperfeiçoamento técnico, por meio da prática do serviço muitas vezes ainda em casa, sem a preocupação formal de uma área de atuação profissional. Contudo, como pode ser visto, esta experiência aguça a vontade de um treinamento formal e leva o trabalhador a buscar maior qualificação.

...fiz um concurso para entrar no curso do Senai e entrei. Lá tinha mecânica geral, eletricitista e tudo, e eu optei por mecânica geral (W).

Técnico em sistema de segurança eletrônica... Eu tinha certificado das autorizadas, né?(G.).

Quando o trabalho é aprendido no seio do grupo familiar, estreitamente relacionado ao sustento do conjunto dos membros da família, toma o sentido de dar continuidade ao trabalho da família, como é o caso de tradição familiar de “receitas” que depois vira negócio.

...É a receita do brigadeiro da minha mãe, então tem todo um processo em casa antes, né?... A gente só trabalha em família. (Ch.).

...minha família, meus filho, meu pai, meus irmão, arre Maria, a gente é muito unido, a gente foi criado muito unido (H.).

O grupo familiar tem papel importante não só no aprendizado, mas na configuração de empreendimento/empresa baseada nas habilidades pessoais de diferentes membros da família, cada um assume uma tarefa. A aprendizagem pode se dar fora do âmbito familiar e neste caso tem características de *estágio* no sentido de *aprender*

mediante trabalho orientado por outro trabalhador ou na empresa formalizada como trabalhador informal ou não.

...se eu tiver trabalhando aqui eu faço o pão, quando ele que ta trabalhando, é ele que faz. A gente revesa... E a batata envolve a minha irmã, o meu cunhado, um monte de gente, é uma “empresa” familiar...(Ch.).

Trabalhava pra uma pessoa lá na feira ajudando a vender roupa numa banca...trabalhei mais ou menos uns cinco anos antes de partir para o meu...(Z)

... Comecei como ajudante de eletricista, aí passei a meio oficial... de meio oficial fui classificado com a carteira...sai depois...(J.)

A empresa também é um canal importante de aprendizado, onde o trabalhador começa inicialmente como ajudante, um “faz tudo” e, à medida que vai aprendendo vai adquirindo autoconfiança em arriscar a trabalhar por conta própria. O fato de assumir várias tarefas na empresa pode propiciar também um aprendizado gerencial.

...na minha carteira de trabalho tava como vendedor, mais eu fazia tudo... Eu vendia, instalava, negociava com o cliente, fazia tudo (G.).

É importante ressaltar que esse período de *estágio* antecipa uma tomada de decisão de ter seu próprio negócio. Primeiro, há uma *experimentação* por intermédio do trabalho do outro, quando se aprende como fazer e como se articular no mercado em termos de materiais, infraestrutura, formação de clientela, acesso aos fornecedores e, sobretudo, o cálculo dos custos e ganhos com a atividade.

...eu já trabalhava para um cara, ganhando dez conto por dia... Aí eu aprendi,..., eu falei: Não, vou deixar você e vou trabalhar pra mim (Jo).

O aprendizado derivado das experiências profissionais é importante porque possibilita avaliar oportunidades e dimensões do mercado para os produtos ou serviços

a partir de uma “visão empresarial”. Permite, também, ao trabalhador mais qualificado avaliar o quanto o mercado paga pelo seu serviço, principalmente em períodos de aumento da demanda.

...na área de incêndio tem poucas pessoas qualificadas nessa área, então no meu ponto de vista, a oportunidade que eu tô tendo é nessa área, por que tá tendo muita construção em Brasília, entendeu? (G.)

A participação da mulher no mercado de trabalho trouxe também novos hábitos de consumo e uma gama de serviços voltados para a estética e bem estar. Abriu novos nichos de mercado mais adaptáveis à rotina feminina. A narrativa de **Z**, massagista, nos faz perceber não só a exploração de um nicho importante de trabalho centrado em dois aspectos que levam as pessoas a fazerem massagem: 1. Imagem idealizada por um corpo perfeito; 2. Nível de stress e tensão acumulado nos dias atuais. Contudo, a *trabalhadora por conta própria* deste setor é obrigada a adaptar seu tempo ao da cliente, coadunando suas exigências a estes horários. A adaptação à rotina da clientela configura uma exigência do trabalho, um modelo de atendimento personalizado e domiciliar para competir com concorrência das clínicas especializadas.

Eu trabalhei um ano na clínica e todas as que faziam pacote não terminavam... Pagavam o pacote de dez massagens e sempre ficavam três ou quatro sessões daquele pacote por fazer.... Indo em casa as pessoas não param... Para elas é bom também... (Z.)

A prestação de serviços na área de vendas de produtos exige constantes atualizações. O trabalhador desta área deve estar atento para perceber as mudanças e adaptar-se a elas para sobreviver na atividade. A manutenção da clientela ao longo do

tempo propicia também novas demandas e novas oportunidades de diversificação. Isso pode ser percebido nas entrevistas realizadas. Vide a fala a seguir:

Se estiver precisando de um creme e eu estou indo na casa dela, por que eu não levaria o creme? Se não for ela teria que sair e pedir pra outra pessoa, ou no Boticário? (Z.)
... Quando entrou prata as pessoas pararam até de comprar ouro, entrou semijoia - depois, agora tem o quê? Tive que diversificar... Eu já mexo com Natura também. (N.)

Os cursos de qualificação e aperfeiçoamento bem como a atualização constante são importantes fatores que pesam na opção pela atividade informal. O *status de profissional* é dado pelo reconhecimento da clientela, inclusive a clientela constituída por empresas.

Desde que eu cheguei em Brasília eu trabalho por conta própria ...muitos já me conhecem aqui, eu tenho cliente aqui de mais de vinte anos que eu trabalho com ele. (C)
...eu sempre tive vontade de ter meu próprio negócio, de tê independência... Eu nunca gostei de ser limitado... E chega um ponto que tem que ir sozinho, tem que arriscar... (G)
Por indicação de loja... Muitas vezes não tá bem na área da loja, e ela me indica. Autopeça me indica também. (W)

As etapas percorridas pelo trabalhador ao longo de sua vida profissional se mostraram um importante dado no que se refere ao desenvolvimento de carreira e ascensão profissional. O maior tempo na atividade, maior experiência e melhor qualificação aparecem como garantia de maior domínio do trabalho e são coroados pelo reconhecimento do cliente mediante a execução do serviço, o que leva o trabalhador a buscar cada vez mais essa condição utilizando para isso diferentes formas de aperfeiçoamento.

Faço pesquisa na internet... Corro atrás de informações, porque é isso aí. Somos dependentes de informação de atualização para atender bem o cliente... (W)

E quando eu voltei pra massagem eu fiz o curso de drenagem... Só a massagem modeladora não dava mais... (Z)

O reconhecimento por parte da clientela envolve não só um trabalho bem feito, mas, também, características do trabalhador que vão além da qualidade do serviço em si, desta forma, aspectos como cumprimento de prazo, respeitabilidade e confiança no trabalhador dão a medida de sua aceitação e posição no mercado.

.... É preciso ser aceito e reconhecido na praça... (W)

...fui ficando conhecido também pelo interesse que eu tinha de resolver as coisas. E o pessoal foi falando, falando, até que conquistei o meu espaço... (W)

...Foram as pessoas conhecidas que vivem no Plano, em Brasília que me classificaram como pintor... (D.).

É oportuno ressaltar que este reconhecimento pela clientela, qualificação e o tempo dedicado à atividade informal interferem diretamente no próprio reconhecimento do trabalhador informal como profissional. Os entrevistados se referem ao trabalhador informal de duas maneiras: 1. “bico”, quando o trabalho executado é esporádico, esta na fase de aprendizagem ou, mesmo já qualificados para o trabalho, quando executam serviços pequenos; 2. “por conta própria ou autônomo” quando o trabalho é executado de forma constante, reconhecido pela clientela e qualificado adequadamente.

...pegava muito serviço, né? É um biquim aqui, um biquim ali, trabalhava a noite, então, tinha vez que dava uns oitocentos, uns mês que dava uns novecentos... Sou profissional autônomo... (G.)

...É quando é servicinho pequeno, né? Eles dizem, é um biquinho lá de dois dia prá fazer... (J.)

4.2 Escolha e permanência

Escolher refere-se ao ato ou efeito de manifestar preferência; preferir alguma coisa que se encontra entre outras; selecionar; optar entre duas ou mais coisas. Na trajetória de trabalho dos entrevistados, as escolhas ou opções por uma atividade ou área de atuação constituem um processo contínuo, ao longo de sua vida. Muitas vezes não executadas de forma consciente, mas sempre estruturadas em função de habilidades, experiências e interesses.

Assim, a escolha nesses casos pode ser vista como uma decisão que envolve a experiência acumulada, qualificação e o conhecimento que os trabalhadores vão adquirindo no mercado de trabalho acerca das oportunidades e interesses. Neste sentido, é diferenciada e inclui não só os aspectos objetivos de obtenção de renda para a sobrevivência, mas, também, aspectos relacionados ao seu histórico de vida e trabalho e características pessoais como pode ser observado nas falas a seguir:

Sempre quis trabalhar com carro. Tenho interesse, tenho curiosidade, tenho prazer, né? Em fazer... Descobrir, acompanhar os lançamentos, as tendências, o que vai acontecer no futuro (W)
... a eletrônica foi chegando, foi ficando, e eu fui me atualizando em cima disso aí...nem sei se existe só eletricista hoje em dia, não me lembro mais de alguém (G.)

De Soto (1986) ao analisar o processo de escolha do trabalhador informal advoga a existência de dois momentos em que o trabalhador avalia a atividade informal: Primeiro, quando tem acesso a essa atividade e depois quando pretende permanecer nela. Entendemos que esta avaliação implica a opção pela atividade informal, configurando uma decisão inicial que pode estar relacionada tanto à contingência de escassez de empregos como à pretensão de maiores ganhos. Também envolve aspectos não mensuráveis tão diretamente como interesse, gosto, habilidade e até mesmo

percepção de si e personalidade numa conjugação de necessidade, emergência, impulso e desejo. A possibilidade de obter renda que garanta a sua sobrevivência e auferir maiores ganhos associados à preferência pela atividade, aliando sobrevivência e prazer no trabalho. Estes aspectos puderam ser percebidos junto aos entrevistados.

... Trabalhei numa oficina chamada G... onde fiquei muito tempo...mas eu queria mais, lá eles cobravam pelos cursos ... vim pelo anúncio trabalhar no estacionamento trabalhar por conta própria... (W.)

...chega um certo ponto que tem que arriscar né? Como diz o meu pai: se você num tenta enquanto você é novo... Depois que cê fica velho que nem o seu pai, ó... (G.)

..eu gosto dessa área....eletroeletrônica é minha paixão... então juntei os dois, coisinha boa de fazer e com isso dá para sobreviver. (G.)

...meu Deus como é que eu vou fazer ... com esse menino, tenho que ajudar meu marido, aí deu a ideia pra ele, vamos compra uma combi velha pra nós colocar na rua, eu vô trabalhar na costura que eu gosto...(E.)

À medida que o trabalhador vai se adaptando no mercado de trabalho, ao longo de sua trajetória, vai adquirindo conhecimento e formando clientela, consolidando a sua permanência na atividade informal, como uma escolha justificada vai também consolidando sua permanência neste mercado.

... foram surgindo oportunidade, as pessoa começaram a acreditar em mim - você ta fazendo um bom serviço! ... as pessoa que foram acreditando em mim...(D)

Nas entrevistas foi possível perceber a importância conferida à autonomia e à liberdade quando da escolha pelo trabalho informal. Na comparação em relação aos empregos formais, onde são exigidos horários rígidos, cumprimento de normas e regulamentos internos e hierarquias, os trabalhadores informais por conta própria reconhecem como vantagem a autonomia e a liberdade de ação permitida em seu trabalho. Assume importância aspectos como ser seu próprio patrão, ter (ou não)

reconhecimento imediato sobre o trabalho executado, administrar seu tempo segundo suas necessidades e responsabilidades e ter seu próprio negócio “formalizado” nos seus padrões. Tudo não os abdica de responsabilidade, muito pelo contrário, pois fica claro nas suas falas que a sobrevivência do trabalhador enquanto informal depende do seu reconhecimento como profissional capacitado, sério, cumpridor de prazos e serviços de qualidade.

*...já fui chamado, várias vezes, muita gente que montou lojas aí em shopping querendo que eu fosse gerenciar a loja pra eles... não é viável, porque você trabalhar pra você não tem comparação você trabalhar com os outros...(Ch)
O trabalho por minha conta é importante pra minha independência. É importante também pra renda familiar, mas não é o essencial....(Z)*

Alguns argumentos comumente atribuídos, como razão de permanência num emprego formal como salários, são questionados pelos trabalhadores informais como verdadeiros. Isso porque de um lado sua renda é maior no trabalho informal e, segundo, porque sua segurança é por ele administrada mediante o reconhecimento do seu trabalho, como vemos a seguir:

*Os meus antigos patrões agora são os meus clientes. Minha cliente sabe quanto eu faço um serviço bem feito, né? só assim posso permanecer....(F)
...emprego tem... Têm de manobrista, mil e duzentos reais por mês. Estão me chamando direto, mas... o trabalho é puxado, qualquer coisa te mandam embora... (F)*

A escolaridade e idade são vistas como limitantes para conseguir emprego com rendimentos iguais aos auferidos na atividade informal, fazendo com que esse fator seja tenha peso na permanência na informalidade.

...na idade que eu tenho não arranjo emprego mais, aí eu voltei pra fruta e to continuando até hoje... ganho melhor e não corro risco de ser mandado embora...(Jo)

...eu estudei pouco... achei um serviço que rendia mais pra mim de que fichado, num é?(J.)

A permanência na atividade informal parece ser uma escolha definitiva e mesmo quando o trabalhador se emprega, os trabalhos eventuais na atividade informal permanecem e de certa forma são indicados como atividade principal ou de escolha.

Eu voltei para a massagem. Mas na verdade eu nunca parei totalmente. Mesmo trabalhando na Secretaria... eu continuei atendendo à noite e finais de semana.(Z)

Quando tem tempo do serviço aqui. Surge alguma pintura, né? Por exemplo, no sábado, domingo.”(D.)

...gostei foi trabalhar em posto de gasolina, sabe?...só trabalha meio expediente... eu ia fazer outras coisas...Trabalhando em outras coisas...(Jo)

Os aspectos relativos ao gosto pela atividade exercida foram expressos de forma muito veemente quando se referiam à atividade informal. Isso ficava claro nas expressões de satisfação, como fazer o que gosta, desafio, sentir-se solto, ter liberdade e autonomia, sentir-se capaz e reconhecido pelo trabalho bem feito.

Gosto. Tem dias que eu fico até duas horas da manhã... Uma coisa que me desestressa. Foge da realidade isso aqui (F)

Eu trabalho por amor, eu não gosto de fazer o mesmo serviço duas, três, quatro, cinco vezes o mesmo serviço. Se o serviço é pra demorar uma hora, eu demoro duas (C)

...se alguém chega e fala que não ficou legal, eu fico à noite pensando, caçando uma maneira de fazer aquele serviço pra agradar a pessoa. (D.)

... sinto mais solto, muito mais vivo, né? No trabalho, ninguém me manda, eu chego no meu horário certo, saio no meu horário certo, entendeu?(J)

A liberdade, a autonomia. Porque eu tenho a autonomia de fazer o que eu quiser, na hora que eu quiser. Apesar de ter um compromisso, né?(W)

No caso dos trabalhadores da área da construção civil, a principal justificativa de sair para manter-se na atividade informal é o fato de que o emprego não compensa, tendo em vista a natureza penosa do trabalho e a baixa remuneração. Os entrevistados

mostram que trabalhar por conta própria, mesmo nesta área de construção civil, se torna menos penoso pelo fato de poder administrar o próprio serviço como pode ser visto a seguir:

...trabalhar por minha conta... aí eu vou ganhar mil, dois mil... eu num vou ficar lá nesse negócio de tá fichado, encarregado mandando e gritando comigo...

A segurança, a experiência e a qualificação aliadas à percepção de oportunidades no mercado formal podem levar o trabalhador informal a querer não só permanecer no trabalho por conta própria, mas vir a constituir uma empresa na sua área de atuação. A questão que muitas vezes se coloca diz respeito às formalidades legais. Para muitos vista como burocrática e de alto custo, inviabilizando a iniciativa.

..eu penso em dar esse passo e abrir empresa... Fichar os funcionário, fechar contrato com uma construtora, aí você tem nota fiscal... mas....(G)

...o serviço de eletricitista tem sempre se você é um profissional... Sempre vou ter serviço... (J.)

Não penso. Não tenho vontade (formalizar). A minha mulher tem um autocentro, aí eu vejo os problemas que ela tem... Pagamento, impostos. Os impostos estão muito altos e o aluguel também... Problema também de você manter um empregado. É muito caro, muito alto o preço. Pegar o do lucro mesmo... (W)

Os resultados relacionados à escolha pela atividade informal são compatíveis com estudo sobre o efeito das características observadas (renda, escolaridade, idade) e as não observadas (atributos individuais) na escolha pela atividade informal.¹⁵ No estudo mencionado, considerando a situação dos trabalhadores por conta própria, o fato de estes valorizarem a flexibilidade de horário, não terem chefe e até mesmo a busca de maiores ganhos são aspectos que podem ser associados à *escolha* pela atividade informal.

¹⁵ Estudo sobre a evolução do diferencial de rendimentos entre o setor formal e informal que permite avaliar como se comportam os determinantes do rendimento.

As saídas dos empregos tiveram dois tipos de justificativas: a demissão ou a saída voluntária do trabalhador. As demissões, na maioria absoluta dos casos, ocorrem devido a cortes de pessoal ou fechamento da empresa. Os pedidos de demissão por parte do trabalhador tiveram como causa a percepção da baixa qualidade dos postos formais de trabalho, no caso da construção civil, salário baixo e possibilidade de melhor rendimento na atividade informal e, sentimento de insegurança ou de exploração do seu trabalho. Este sentimento muitas vezes vem associado à percepção de que não teriam possibilidade de ascensão profissional, relatada pelos trabalhadores como a falta de investimento da empresa nos seus trabalhadores.

...eu era o funcionário mais novo... ele falou “gostei do teu trabalho, mas mesmo assim eu vou ter que dispensar...os outros funcionário já tão a mais tempo comigo...”(G.)

O que acontece é que eu queria fazer um curso de aperfeiçoamento e essas empresas aqui, essas lojas pequenas não bancam isso aí...(W)

...num bate mais o cartão se você começa a trabalhar por sua conta... na semana, ganhei mil e duzentos reais, aí, as vez na obra (empresa), cê recebe duzentos e cinquenta, duzentos...(J)

A percepção da estabilidade na faixa de mercado que atuam transmite ao trabalhador mais ou menos segurança em relação à sua estabilidade no emprego. A fala destes trabalhadores coloca em dúvida a segurança nos empregos *vis a vis* a atividade informal.

...tá empregado fichado ele tem mais garantia do que eu?... enquanto ele tá ali trabalhando tem garantia, só que ele não é garantido pelo patrão dele...

As possibilidades de crescimento, como já dito, são também fatores percebidos pelo trabalhador, que o fazem questionar a sua permanência na empresa. As limitações para progredir na carreira dentro da empresa pelo desempenho do trabalhador bem como a falta de perspectiva de qualificação são fatores que podem concorrer para sua

saída voluntária da empresa. A trajetória de G. em diferentes empregos ilustra esse aspecto.

*...tinha muito serviço, tava tudo na minhas costa... o patrão não queria contratar outra pessoa e não melhorava para mim porque ele também tava apertado né?... nessa situação saí...(G)
 ...trabalhei de carteira fichada...eu entrava nove horas, saia dez horas da noite... falei quero ir embora...eu to trabalhando aqui tem três ano e não muda nada, não consigo, melhorar...(G.)
 ...muitas vezes eu queria até fazer curso, ia na internet, entrava em contato com o fornecedor... Falei não, agora que ninguém tá querendo investir em mim, vô segurar sozinho...(G.)*

A avaliação da empresa pelo trabalhador se dá a partir da comparação entre o trabalho informal e o emprego assalariado, pesando as vantagens e desvantagens de cada uma. A remuneração, o trabalho mais flexível e a oportunidade de crescer profissionalmente são aspectos que se sobressaíram nos relatos dos que optaram pelo trabalho informal.

Contudo, um medo que parece assombrar os trabalhadores informais é como seria o trabalho com idade mais avançada e a aposentadoria. Os trabalhadores com mais idade e menor escolaridade se queixam de renda intermitente e se sentem inseguros na atividade informal, principalmente em relação a sua capacidade de trabalho no futuro e à aposentadoria. É interessante que esta é uma preocupação comum dos trabalhadores, mesmo entre aqueles que contribuem para a previdência social como autônomos.

*...agora já estou bem mais velha... se eu tivesse um emprego fixo... todo o mês você saber que você tem aquele dinheiro, seja muito, ou seja...(N.)
 ...se aproximando de aposentar... Aí sim eu vou... só atender poucas clientes, ficar mais em casa...(N)*

Ao finalizar este item, outro aspecto interessante a ser ressaltado é que para estes trabalhadores vinculados às atividades informais a sobrevivência no mercado de trabalho, segundo eles próprios, depende só deles mesmos e da sua respeitabilidade no mercado de trabalho. A *formação de um nome* que inspire confiança e respeito junto à clientela. Na falta da garantia formal, expressa num contrato de serviço, o trabalhador usa como credencial para a clientela a sua credibilidade no mercado, a garantia moral do trabalho realizado com qualidade. A propaganda do trabalho, geralmente, é feita pelo *boca a boca*, no sentido de que é por indicação de clientes para outros, formando uma rede de pessoas que vão recomendando os serviços ou produtos do trabalhador informal. Esta forma de comunicação depende sobremaneira dos atributos que o trabalhador consegue transmitir para os clientes tais como honestidade, confiança, interesse e disponibilidade.

...para o autônomo o bem maior que ele tem é conhecimento... ele tem que ter responsabilidade, né?(J)
...trabalhar certo, porque, se num trabalhar certo num dura muito tempo né? (J)
...é preciso cuidar do nome... a pessoa vem aqui gosta e já indica uma cunhada, já indica pra outra, um irmão...(H)
...a honestidade... Nunca gostei de trabalhar errado... Acho que hoje em dia as pessoas dão muito valor no que é honesto. Ninguém quer gastar à toa. (W)

4.3 Condições de trabalho

As condições analisadas no trabalho informal envolveram basicamente jornada e carga de trabalho, materiais e equipamentos disponibilizados para a execução das tarefas, segurança, acesso ao trabalho (moradia e transporte).

Foram comuns os relatos comparando as condições de trabalho em empregos formais ao atual trabalho informal, abordando carga de trabalho, jornada, material de trabalho e chefia. Muitas vezes esta associação vinha entremeada com aspectos como

reconhecimento e possibilidade de rendimento ou salário, contudo, possibilidades de renda é tema de uma categoria de análise a ser abordada mais a frente.

*...trabalhei de carteira fichada... fiquei três anos e cansei, era explorado né? ...chegava no horário e num tenho um horário de sair, então, pra conseguir uma folga era muito difícil, porque só tinha eu na loja...(G)
O meu negócio não é ficar naquele ambiente burocrático, ficar só mexendo com papel. O meu problema é o ambiente. Ficar só naquele ambiente eu não consigo. (Z).*

A jornada de trabalho na atividade informal, como já foi dito anteriormente, permite flexibilidade de horário. Este aspecto é percebido pelos entrevistados como uma possibilidade de compatibilizar demandas como, por exemplo, criação de filhos menores, atividades de lazer e trabalho, necessidades momentâneas ou mesmo, trabalhos formais.

Tendo como deixar meus filhos, não tem o menor problema de sair a qualquer hora do dia. Mesmo que for às dez horas da noite. (Z.)

Eu trabalho aqui das oito horas... Meio dia eu paro pro almoço... Saio às seis horas. (terceirizado em órgão público) No final de semana eu trabalho pra mim mesmo. Eu chego oito horas no local de trabalho e saio umas sete horas. (D)

Trabalho no final de semana... Outros dias da semana eu trabalho só à noite. Porque meu marido... Ele chega à noite pra ficar com as crianças e eu saio. (Z)

À tarde eu faço outras coisas também. Faço o curso de computação, tem os dias que eu vou ao dentista. Então, é o dia que eu, à tarde, tenho os meus compromissos pessoais. (Z)

Quanto à carga de trabalho, as entrevistas mostraram que deve ser compreendida sob dois aspectos: quantidade de serviços agendados ou tarefas a serem executadas. Quando há pico de demanda por um ou outro aspecto, é comum o trabalhador administrar a necessidade criando alternativas para minimizar o problema como aumentar o número de ajudantes ou ampliar a jornada de trabalho, nem sempre vistos como problema, mas sim como sinal de reconhecimento.

...quando necessário trago um outro, meu irmão que também trabalha com eletricidade, e eu fico pagando pra ele, boto uma outra pessoa também dentro do serviço que já foi contratado... (C.)

...Se eu to com pressa porque eu tenho outros serviços então eu já tenho que ficar adiantando, ficando até mais tarde um pouco... não pode é perder (J)

...se eu faço o prazo de entregar num mês... você vai me dá tanto por semana, eu de acordo, eu vou trabalhar com x pessoa...(J.)

Um dos problemas recorrentes ao trabalhador em geral que compromete as condições de trabalho é a distância entre o local de trabalho e a moradia. Esse problema também é enfrentado pelos trabalhadores informais. A costureira H. narra como é a jornada diária de quem vive no entorno de Brasília:

...Eu nunca matei um dia de serviço... Levanto todo dia cinco horas da manhã, e a gente vem pra cá cinco e meia, chega aqui antes das sete... e fecho às 17h. (H)

Por outro lado, outro entrevistado nos mostra que a flexibilidade possibilitada pelo trabalho por conta própria faz com que busque serviço preferencialmente na sua região de moradia, onde a locomoção é facilitada. Isso embora limite seu leque de clientes, por outro o fideliza à determinada região fazendo-o mais conhecido e mais solicitado. Isso tem sido uma alternativa comum aqui em Brasília principalmente para as profissões ligadas a reparos, consertos, pequenas construções.

Não tenho carro... Então procuro trabalhar perto de casa, com condução mais fácil... Perco menos tempo... (J)

Outro aspecto relatado diz respeito à segurança pessoal e dos equipamentos. O trabalho na rua muitas vezes envolve aspectos relacionados à segurança pessoal e guarda dos materiais de trabalho e mercadorias.

Tem um risco. Em todo local tem o risco, até loja, se você vai aqui, esses dias assaltaram a farmácia, bem aqui ó... No carnaval a gente fecha meia hora mais cedo (Ch).

O bom relacionamento com a vizinhança e com a clientela próxima ao ponto de trabalho é apontado pelos entrevistados como formas de apoio e de proteção, além de ótimas formas de divulgação de seu trabalho. As bancas de revista constituem ponto de contato entre a clientela e o prestador de serviços e muitas vezes também de guarda das ferramentas de trabalho, assim como os porteiros e vigias dos blocos e ainda chamam o profissional em caso de necessidade de serviços de reparo na quadra e no bloco.

Tem proteção, tem o vigia do bloco que olha, tem tudo... Só deixo o carrinho, né? A gente leva tudo. (Ch)
...quem trabalha em..., banquinha, na rua, o horário, ainda mais residencial, mais tardar é 11 horas pra respeitar o morador da quadra... Por isso que o pessoal da quadra gosta da gente, também. (Ch)

Para quem trabalha na rua o transporte de materiais é fundamental não só para o trabalho, mas, também, constitui uma possibilidade de ser *dono do negócio*. O carro é o diferencial para buscar as mercadorias e colocar no *ponto de venda*.

Eu percebi, eu não tenho carro pra carregar a mercadoria, aí ele tem, as mercadoria são muito pesada. Deixo nessa bolsa aqui...(Jo)
...carrego na Kombi do cara ali. Ele traz pra mim, de frete... eu pago pra ele. Agora é dezoito reais. Eu guardo dentro do automóvel dele... ele vive só da fruta também.(Js)

No caso do trabalho em estacionamentos, como os mecânicos, guardar as ferramentas de trabalho e mesmo trabalhar em períodos de chuva são inconvenientes que afetam o ritmo de trabalho.

No caso, o meu material é pouco, e eu guardo dentro do carro. E a questão de chover, o pessoal ali usa uma lona às vezes dá uma parada no serviço. Eu não uso... Quando tá chovendo mesmo, tem que parar. Não tem como, fica parado. (W)

A proximidade dos trabalhadores informais, que se agrupam em *pontos* comuns da cidade, estimula a ajuda e solidariedade do grupo, gerando um sistema de cooperação e uma ideia de organização em prol de interesses comuns, mas não os livra da discriminação.

Tem uma cooperação... Ajudar os amigos que também estão com problema lá, ou pedir a ajuda deles também. Pra todo mundo aprender. É isso que eu gosto. (W)
...É porque cada cabra tem seu ponto, né? Um vem pra lá e outro vem pra cá... nós somos uma concorrência só...mas muitas vezes as pessoas nos olham com medo...(Jo)

A ideia de associação para defesa de interesses surge nos relatos sobre a manutenção da atividade nos moldes em que se estrutura na rua.

Certa vez inventaram até de fazer uma associação, mas não deu muito certo...Era dos autônomos. Foi no tempo em que a fiscalização começou a mexer com o pessoal. E juntou não foi só daqui, foram os autônomos do Distrito Federal.(W.)
Nenhum dos governo, passado e presente, nunca veio nenhum deles aqui pra sentar na mesa pra conversar isso, pra chamar a gente(C.)

O enfrentamento dos órgãos de fiscalização traz o temor da apreensão do material de trabalho ou de mercadorias daqueles que trabalham na rua. O relato do artesão *Jo* evidencia a fragilidade de quem trabalha na rua e as alternativas adotadas para diminuir o prejuízo:

Se a fiscalização chegar e pegar, não leva todas. Porque se colocar o que tem na minha casa posso fechar o meu estabelecimento. (Jo)

É interessante que muitos destes ambulantes, conscientes da irregularidade e do risco decorrentes, têm intenções de regulamentação, mas reclamam da burocracia e dos altos custos.

...eu vou tentar tirar a carteirinha de artesão e vou ver se eu consigo ter a autorização pra eu trabalhar no meio da rua. Se não a fiscalização vem me interromper. Mas sai caro...(F)

Saiu uma lei agora, né? Que regularizaram trailer, quiosque e similares... Vamos supor, a gente está em similar, tá regularizado os três, aí agora estamos esperando eles só padronizar...(Ch)

A legislação também foi apontada como empecilho para o trabalho dos prestadores que anunciam seus serviços por intermédio de placas nas entrequadras residenciais. O relato de C. electricista e bombeiro dá ideia de como reagem os prestadores de serviços à proibição de placas de anúncio e à atuação da fiscalização.

...eu deixo a placa pra identificação do trabalho na entrada da quadra... eles levaram... o governo diz pra nós que causa poluição visual as nossas placa de identificação...

Os riscos de acidente de trabalho são outra grande preocupação dos trabalhadores. A utilização de equipamentos de segurança foi considerada importante principalmente por aqueles cujas atividades estão relacionadas à eletricidade e serralheria. A preocupação neste caso vai além do acidente em si. Como muitos não contribuem para o INSS, o afastamento do trabalho implica em perda de renda.

Eu tava trabalhando...aí nisso liguei um fio errado e queimou um pouco a minha mão... fui no hospital, enfaixaram, eu trabalhava por minha conta mesmo...fiquei sem trabalhar uns dias, né?(J)
Quando não trabalho não ganho... (G)

Contudo, dizem acostumados ao risco. As normas de segurança nem sempre são respeitadas nas empresas. O relato de J. e G. sobre suas experiências de trabalho, em diferentes atividades, ilustra a falta de cuidados da empresa e do trabalhador na prevenção de acidentes:

...toda empresa que eu passei por ela nenhuma tinha ferramenta adequada... se eu quisesse trabalhar de óculos eu tinha que comprar com meu dinheiro...se eu quisesse uma luva então...(G)
...é muito difícil você vê um profissional, trabalhar de luva.... facilita mais o trabalho com a mão... a firma exige a segurança e ele quer trabalhá sem luva. É igualmente o serralheiro...ele tá cortano ferro e tá sem o óculos.(J.)
...fui duas vez numa doutora e ela disse mesmo assim: olha você vai perder sua vista... por isso eu deixei de trabalhá em serralheria...(J)

...a empresa não esquentar a cabeça com isso... tava numa obra ali o cara tava trabalhando de chinelo ... se cai um ferro no pé vai ficar aleijado...funcionário trabalha descalço, trabalha sem luva de proteção, se ele tá lixando um negocio e voa fagulha no olho dele, o que vai acontecer? ...(G.)

Outro risco do trabalho informal é da contratação do próprio serviço. Quando o serviço é grande e implica maior remuneração da mão de obra pode ser feito contrato, o que não desonera o trabalhador dos compromissos morais e de responsabilidade, mas garante o compromisso assumido por ambas as partes. O não cumprimento por parte do trabalhador informal implica quebrar a rede de contatos e indicações. O não cumprimento por parte do empregador gera dor de cabeça e prejuízo. No caso de pequenos reparos ou serviços, a garantia é expressa verbalmente, mas também implica em compromisso moral, responsabilidade e consciência que ali está também a possibilidade de reconhecimento e clientela futura.

...Mas quando exige um serviço maior, a gente passa tudo especificando tudinho direitinho, com garantia, tudo... dependendo do tamanho da obra... em obra pequena não...

Os acordos tácitos também são respeitados como é o caso da questão do parcelamento do pagamento, que deve ser combinado antes, pois decisões posteriores afetam o orçamento previsto pelo trabalhador.

Às vezes o cliente quer que parcela o serviço pra depois de executado a pessoa querer parcelar... porque a gente já gastou o dinheiro dentro disso... Aí não tem como parcelar às vezes, mas quando ele me fala antes, eu parcelo... (C.)

Pelos relatos percebemos que o estresse e as dores no corpo são as queixas comuns entre os trabalhadores entrevistados. A relação desses males com o trabalho nem sempre é percebida pelos trabalhadores. Por parte do Estado, as medidas de segurança e saúde no trabalho estão direcionadas aos empregados de empresas. O

Ministério da Saúde (2001) reconhece que é restrito o conhecimento sobre as doenças relacionadas ao trabalho, entre os trabalhadores informais.

O relato de H., costureira, ilustra como o uso da máquina de costura manual, pela falta de energia no local de trabalho, pode provocar dores nos pés.

...porque aqui não é motor é no pedal porque a gente não tem energia, aí quando é no pé..fica doendo...

O pintor D. sente estresse pelo excesso de trabalho, provavelmente, devido à jornada de trabalho, inclusive nos finais de semana, para coadunar o emprego e a atividade informal.

... Chegava em casa, trabalhava muito e me alimentava mal... e percebo quando a cabeça fica meio estressada.

Muitas vezes a falta de infraestrutura para o trabalho informal gera demanda para outro trabalho informal. Um bom exemplo é o problema de alimentação. A necessidade de alimentação gera outro tipo de atividade informal em pontos de concentração de trabalhadores com o fornecimento de *quentinhas*. A venda de alimentos nas vias públicas facilita o acesso ao alimento, embora esteja sempre na mira da saúde pública.

...forneço marmitas...teve um quiosque aqui que eles derrubaram né? Muitos sai cedo de casa e não têm como trazer a marmita ...né?

Em termos de condições de trabalho percebemos que variam muito de trabalho para trabalho, de trabalhador para trabalhador, contudo em nenhum momento foi dito que eram condições ruins ou que gostariam de mudar esse trabalho por outro de carteira assinada e com estabilidade. Isso nos faz pensar...

4.4 Possibilidades de Renda

Foi comum a todos os trabalhadores entrevistados a declaração de que obtêm rendimentos mais altos na atividade informal do que na mesma atividade com carteira assinada. Estudo econométrico considerando aspectos como histórico familiar, escolaridade, tempo de trabalho e experiência profissional apontam estes aspectos como importantes na explicação dos diferenciais de rendimentos entre os setores formal e informal (Antigo, Oliveira & Machado, 2008). Para estes autores as diferenças de rendimentos entre os trabalhadores formais e informais se mostram mais significativas entre os menos escolarizados e em atividades nos níveis de menor renda. É interessante dizer que isto foi observado entre os sujeitos entrevistados.

...na construção civil só ganha um salário mínimo... Eu trabalhei de servente e ajudante, era a dureza... Um serviço muito horrível... e ninguém reconhecia o seu trabalho (Js)

Contudo, esta realidade não se limita aos menos escolarizados. A busca por melhor formação, como já discutida no item “*Experiência e aprendizagem*” deste capítulo, também aparece como fator significativo para obtenção de melhores rendimentos. O interesse na busca de qualificação, por parte do trabalhador informal, é decisivo para a obtenção de maiores rendimentos em comparação aos ganhos como trabalhador formal.

Eu tenho uma formação... O que eu ganho é mais do que na Caesb... O que eu ganho numa semana, no mês aqui, eu não vou ganhar lá. (C.)

...na minha área, sendo autônomo eu ganho melhor... Um eletricista hoje da minha área está recebendo em torno de mil e trezentos, mil e quatrocentos reais... Isso bruto... Na empresa, mas, têm os descontos... Eu consigo fazer uma média de cem reais por dia (W.)

Aprendi, me desenvolvi da forma que eu trabalho... o que eu ganho aqui, eu não vou ganhar lá.” (C)

Um dos aspectos negativos de renda no trabalho informal diz respeito às oscilações do mercado de trabalho, principalmente no que se refere às variações da demanda. O trabalho e, conseqüentemente, a renda varia muitas vezes em função de períodos do ano ou da economia em geral. Num período de crise, não se pinta a casa ou se amplia a churrasqueira, por exemplo. O trabalhador informal busca diminuir este risco de duas formas: primeiro, melhorando seu valor de mercado através de melhor qualificação, como já foi dito; e segundo, aprendendo a lidar com a oscilação de renda através de fundos de reserva e poupança. Estimula a formação de uma mentalidade de “*poupador*” no sentido de manter uma *reserva* para eventualidades:

... a desvantagem, é essa... num tem segurança nenhuma, o autônomo hoje tem serviço e amanhã não...Chega lá num final de ano o serviço é pouco na minha área...se não tiver uma reserva, não tenho Natal...(J.)

... tinha mês que num tinha nada, não dava nada, então o que eu ganhava num mês eu tinha que segurar porque no outro mês eu não sabia se eu ia ter serviço... (G.)

A poupança visando à aquisição da casa própria também é comum entre os entrevistados. Essa preocupação pode estar relacionada à questão de pagamento de aluguel, ou seja, compromisso de pagamento mensal, incompatível com uma renda intermitente. A realidade destes trabalhadores que vivem na incerteza de renda e na necessidade de saúde para manterem-se ativos no mercado de trabalho faz com que a poupança e o investimento direto numa coisa sólida como um imóvel sejam fatores de segurança.

...por causa da poupança, e a gente num tem a nossa casa ainda né? ...a gente num mora de aluguel mas a casa num é nossa...(G.)

Por outro lado, as concentrações urbanas associadas ao nível de renda mais alto geram melhores oportunidades de trabalho. O crescimento da renda do funcionalismo público, como no caso de Brasília, impacta a renda dos trabalhadores informais, que

crece na medida dos ganhos da classe média, direta ou indiretamente, ligada ao Governo Federal, com mais e melhores trabalhos, permitindo melhores ganhos e melhores possibilidades de investimentos/segurança.

...sempre tem uma madame querendo nova pintura na casa...novembro e dezembro é ótimo...natal limpinho, né... eu ganho com isso...(J)

As áreas habitadas pelas classes de renda mais altas são identificadas como pontos estratégicos para obtenção de ganhos melhores, em comparação à maioria das cidades satélites onde vivem as classes de renda mais baixa. Isso, muitas vezes, leva à qualidade de serviços e valores diferenciados entre esses locais de renda mais alta e as cidades satélites.

*Brasília ela é boa pra quem trabalha de autônomo sabe por quê?... por causa do pessoal, da renda do pessoal público, né?(Ja)
...você coloca um preço no cachorro quente, vamos supor, você trabalha com a qualidade, né? O pessoal de lá (cidades satélites) não procura tanta qualidade como o daqui, entendeu? Então o pessoal daqui, você coloca qualidade, então eles paga pela qualidade". (CH)
... as pessoas aqui não ganham um salário baixo ... eu trabalho pra funcionário público... eu trabalho pra pessoas que ganham aqui em torno dos seus 6, 7, 8 mil, dependendo do posto de trabalho. (C)*

A formação dos preços praticados pelos trabalhadores informais pode ser diferenciada conforme percebem as diferenças de renda entre as áreas centrais e as cidades satélites, o que reflete a estratificação espacial da renda no Distrito Federal e que é percebida pelos trabalhadores. A partir desta visão eles aplicam os preços, como pode ser evidenciado na fala deste entrevistado:

*...geralmente cê cobra de acordo com o poder aquisitivo, né?
...eu vou trabalhar no Lago Sul e vou cobrar do preço que eu cobro no Gama, não tem nem condições...(Ja)*

Boa parte da renda dos trabalhadores informais é destinada ao sustento da família, quer como renda principal quer como renda complementar. Nesta lógica está

incluída a parte destinada à “poupança” já que esta, como já vimos, garante o sustento em tempos difíceis. Contudo, a família é muitas vezes reconhecida como família ampliada. Constituída não só pela parilha e filhos, mas, família de origem, genros ou noras e netos, mesmo que não morando juntos.

*...eu tenho minha mãe e meu pai lá no Piauí, eu ajudo ... E eu agora já tenho seis neto...as meninas casou, mas os maridos ganha muito pouco...a gente praticamente come junto, né? (H)
 ...sustentava sempre a família, a gente, os mais novos... então... tipo assim, reunir mais gente da família e só trabalhar. (Ch.)
 O meu trabalho é importante pra isso, pra não ficar dependendo dele.(marido) Porque se ele vai ter digamos 800 reais de gasto com a casa, por exemplo, vai ser 800 a menos pra família. Vai ficar apertado.(Z.)*

Na busca de maiores ganhos é comum a ampliação da jornada de trabalho tanto na jornada diária como na inclusão de trabalhos nos finais de semana e feriados. Outra alternativa comum é a execução de serviços em menor tempo e a busca de mais clientes.

*Só com a pintura fiz a casa...serviço que faço fora em dois finais de semana tiro o que ganho lá no emprego em um mês(D.)
 ...Eu era trabalhar aqui até a gente, construir a minha casinha.... num tava mais aguentano, durante todo dia trabalhar a semana toda e amanhecer o dia já costurando...(H.)*

A fonte de renda no âmbito da atividade informal não é só proveniente de pessoa física como clientela. É comum entre os trabalhadores informais a prestação de serviços para empresas ou oficinas. O que sugere que em torno de algumas atividades formais se estrutura uma rede de serviços e produção informal que se ramifica e se amplia de forma interdependente, tornando cada vez mais tênue a linha que separa trabalhadores formais e informais. Há uma reciprocidade entre as lojas e o trabalhador informal. A loja demanda serviços especializados e apoio ao trabalhador informal em termos de infraestrutura e, algumas vezes, de materiais de trabalho. O trabalhador informal entra nesta *sociedade tácita* com a sua especialidade e a força de seu trabalho. Embora seja

comum esse tipo de arranjo abrindo inclusive um nicho específico de trabalho, são as empresas as mais beneficiadas com a redução do custo da mão de obra e diversificação de serviço. Os relatos abaixo ilustram esta relação:

Eu trabalho de duas formas. Eu trabalho com os meus clientes que me procuram na rua mesmo, e eu trabalho também sendo terceirizado pelas lojas... no estacionamento é cem por cento... na loja tem um contrato de boca que é cinquenta por cento pelo preço de tabela... (W.)

Loja de decorações... bastante... presto serviço pra Embrapa, pro exército, gora pra Marinha...uma loja pede em uma semana uma, duas peças. Em casa não, eu pego seis, sete, oito, dez.(F.)

Essa inter-relação entre as atividades formais e informais foi observada por Malaguti (2000) em estudo sobre a informalidade, onde o autor reflete sobre a dificuldade de distinguir os limites precisos entre um setor formal e informal em virtude de tal nível de relacionamento em alguns casos. Nesse sentido, “A imbricação de atividades formais e informais constitui a regra geral e não uma exceção” (Malaguti, 2000, p. 165).

A venda de panos de prato e sacos de lixo ilustra como se forma uma rede organizada de vendas, entremeando empresas formais e informais na distribuição e venda desses produtos. Os vendedores que possuem capital, entendido como recurso para a compra de estoques e meio de locomoção para distribuir pelos *pontos de venda*, são os *donos do negócio*. Compram das empresas fornecedoras e controlam os *pontos* espalhados pela cidade, em semáforos, entradas de condomínios e portas de supermercados bem como em superquadras, preferencialmente comerciais. Os melhores pontos são os mais visíveis com grande fluxo de carros e pessoas. Os *vendedores* são trabalhadores *informais subordinados* a esses donos de *pontos* que são também informais, não aparecem, apenas entregam a mercadoria e a recolhem ao final do dia,

quando fazem o acerto com o vendedor. Os ganhos são em forma de porcentagem sobre o preço da unidade.

...eu vendo pro rapaz aí e ganho uma porcentagem, ele deixa a mercadoria aí, eu ganho a porcentagem de cada peça que eu vendo.”...” por mês eu tiro a base de uns setecentos e cinquenta reais.(Jo)

A informação é difundida rapidamente nessa *organização* de venda de sacos de lixo na rua pelos *donos de pontos*, que se atualizam sobre preços praticados, de forma a manter a capacidade competitiva em relação às lojas, mantendo a mesma margem de lucro. No caso relatado, a opção foi baixar as quantidades de sacos de lixo para manter o mesmo preço.

...Porque esse saco aqui aumenta na loja... tem muito comprador... aí não quis subir o preço, né?...o dono que sai procurando... eu tava vendendo quarenta saca aí outro lá chegou: Ó, o saco aumentou na loja, né?... Aí baixaram pra trinta e saco...(Jo)

Os preços praticados pelas empresas se tornam referência para a fixação de preços de venda dos produtos vendidos pelos trabalhadores informais, principalmente para alguns produtos que se mostram mais competitivos em relação a empresas do ramo.

... a gente conhece a clientela, né? Se não trazer coisa boa não vende. Do mercado eles pega muita coisa do caminhão, sabe? “... nós não, nós pega pouca coisa, que é escolhadinha...(Js) ...igual eu tenho aqui, é melhor que do mercado...O do mercado é saco de plástico e o meu é saco bom.(Jo).

As rendas oscilam. O trabalho é duro. A dedicação tem que ser alta tanto em termos de horas trabalhadas como em relação à aceitação das demandas do mercado, boas ou ruins. Contudo, todos afirmam que estão ganhando melhor do que estariam num emprego formal.

4.5 Seguridade social

No Brasil a contribuição previdenciária só é obrigatória quando há relação de emprego. Do vínculo empregatício decorrem os benefícios sociais como o seguro desemprego, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), os seguros contra acidente de trabalho e doenças. Baseada na solidariedade coletiva, a seguridade social tem como fonte principal as contribuições dos empregadores, constituindo obrigação trabalhista e previdenciária. A criação de empregos, portanto, é desejável como garantia de base para a proteção social dos trabalhadores e de suas famílias.

No caso dos trabalhadores informais não há obrigatoriedade de contribuição sendo esta individual e voluntária, embora exista a contribuição de autônomo e, agora, o super simples. A noção de que da relação de emprego decorrem os benefícios sociais é percebida e valorizada como tal pelos trabalhadores informais. Entretanto, a maioria dos entrevistados não demonstra dar igual importância à contribuição individual para garantir seu bem estar presente e futuro. O modelo de contribuição que os referencia, no sentido de ser mais *confiável*, é o advindo da relação de emprego, mesmo para os contribuintes individuais. Isso ocorre tanto por desconfiança do próprio sistema previdenciário quanto por desconhecimento ou dificuldade de entender os trâmites para a contribuição autônoma ou individual.

...tudo é muito difícil pelo INSS... pra conseguir algum auxílio doença é uma coisa que tem que ter não sei quantas prescrições médicas pra um autônomo conseguir. Quem trabalha de carteira assinada já é mais fácil.(Z.)

Eu acho que isso é muito importante. A gente fica mais seguro se acontecer alguma coisa...Acidente, doença...mas como faz?(D.)

Eu prefiro ter umas casinhas para garantir a aposentadoria do quer acreditar no INSS...não dizem que ta falido...(G)

Os trabalhadores com menor escolaridade evidenciaram dificuldades em entender as regras do sistema previdenciário. A informação sobre a contribuição individual não parece clara. Porém são os que mais reconhecem a importância da contribuição que a associam ao emprego com carteira de trabalho assinada.

...é uma confusão, uns diz que você paga pra três salário mínimo, mas quando ficha, você só recebe de um...num vale, num pode se pago se você só vai receber aquele tanto...(J.)
... aos vinte e cinco anos contribuí, que eu era fichado, né? ...achava melhor, se eu der as conta eu já contribuí... (Js)
Eu mantenho meu empreguinho...Deus o livre cê morre, né? Sua família fica recebendo pensão, o autônomo ele num tem como, né? E as vantagem... tem o fundo de garantia, tem uma fêria, tem o décimo terceiro...(Ja)

A desconfiança em relação ao sistema previdenciário pautou a maioria das entrevistas. Os trabalhadores demonstraram pouca disposição para despendar parte dos ganhos com o pagamento de contribuições. Os entrevistados argumentaram sobre o pequeno retorno em forma de benefícios sociais, bem como sobre a dificuldade de acessar os benefícios tanto a aposentadoria quanto o seguro acidente e auxílio doença, principalmente para o contribuinte individual.

...trabalhar de carteira fichada em empresa privada não compensa pensar em aposentadoria não...quatrocentos e quinze reais... o que vou fazer com quatoceus e quinze reais, moça?(G.)
...não pago a Previdência... eu acho complicado... Coloco o dinheiro em outras coisas.(W)
...não quero depender da previdência pra me aposentar... quando eu tiver numa certa idade quero já ter alguma coisa pra conseguir me manter, eu não quero confiar nisso aí não...(G.)
...a gente fica assim as pessoas pagam... quando necessita quando tá mais necessitando corre atrás, vai lá e num consegue, aí eu...(H)

Tal desconfiança gera alternativas de proteção no âmbito familiar ou, para os trabalhadores com maior renda, a previdência privada. A compra de imóveis para gerar renda de aluguel foi a alternativa mais corrente. Os entrevistados de maior renda e escolaridade almejam manter o padrão de rendimentos que têm hoje, o que seria, na sua percepção, improvável, dado o valor da contribuição, considerado alto, *vis a vis* o retorno em forma de renda da aposentadoria.

...se fizer uma poupança e comprar uma casa, eu acho que é mais vantagem...não vai depender do governo. ...mas não descarto a possibilidade também de um dia fazer uma previdência privada, mas a previdência social não (W)
...a previdência é muito pouca...você é acostumado a trabalhar com aquilo ali, então você tem uma qualidade de vida... tem que aplicar seu dinheiro em imóvel...tem o aluguel e a valorização do dinheiro...(Ch)
Quando eu não puder trabalhar... eu falo assim com meus menino: cada um de vocês vai me sustentar...(H)

O esforço de regulação das atividades de prestação de serviços e vendas nas ruas, por parte do governo local, inclusive com intensificação da fiscalização, tem passado a ideia de *obrigatoriedade* também para a filiação à Previdência Social, como forma de trabalhar na “legalidade”. Esta confusão fica clara nas falas abaixo:

Eu vou começar agora, porque eu vou tirar a carterinha de artesão e vou ver se eu consigo ter a autorização pra eu trabalhar no meio da rua.(F).
... cada vez que a gente via uma pessoa aqui, um fiscal a gente ficava assustada... agora vou ter que pagar INSS porque senão depois como é que eu consigo aposentadoria... (H)

Assumir o compromisso da contribuição mensal para a seguridade esbarra na incerteza da renda, inclusive pela interrupção desta por motivo de doença ou acidente de trabalho.

Eu pago INPS... sempre paguei. Ai teve um período que eu deixei de pagar porque tive um problema de saúde, ficou faltando o principal, que foi o dinheiro.(C.)

O trabalho aqui não deu porque minha mãe é meio doente, e eu trabalho pra ajudar ela e pra mim mesmo, aí não deu.(Js)

A saúde assume importância crucial para os trabalhadores informais pela natureza da atividade que exercem. A possibilidade de ficar sem renda e a insegurança quanto ao acesso aos benefícios sociais, decorrentes da contribuição à seguridade social, são fatores não previsíveis com os quais convivem diariamente. A fé em Deus ajuda a afastar o temor do futuro sem trabalho. Também ocorreram justificativas não baseadas em parecer médico para as dores e estresses decorrentes do trabalho.

...tô com quarenta e sete anos... é lógico que mais tarde eu confio em Deus...Deus vai me abençoar de eu trabalhar até... (H)

Até o dia que Deus, assim, me permitir... até o dia que Ele me der saúde e disponibilidade e coragem pra trabalhar...(C.)

Eu tinha dor nos pés. Mas eu acho que as energias dela que eram muito negativas... Que não era nem dores, era um mal estar, uma coisa assim mais de energia mesmo.(Z)

...começo a trabalhar e percebo quando a cabeça fica meio estressada... a minha esposa diz...ela suspeita que eu tenha apneia... E eu comecei a dieta... Não fui ao médico...(D.)

No tocante à assistência à saúde, o SUS, pela cobertura universal transmite a sensação de segurança e principalmente iguala, na visão dos trabalhadores, os de menor renda, empregados ou não. Entretanto, os serviços de saúde pública não são bem avaliados pelos trabalhadores informais. As queixas se referem à morosidade e à impessoalidade do atendimento.

Você procura um hospital e sai de lá e não é atendido. E o particular eu não tenho condições... cheguei lá e fiz uma consulta. Você acredita que o médico não olhou na minha cara?(D.)

A comparação com os planos de saúde oferecidos pelas empresas é que parece diferenciar os trabalhadores que dependem da assistência de saúde pública:

...quem tem plano, trabalha pra Skol, no correio...o plano de saúde é bom... Mas quem trabalha fichado e qualquer outra coisa saúde é o mesmo custo...a saúde pública, é a mesma que é pra eles é pra mim...(J.)

Parece que a questão de seguridade social é o grande problema do trabalhador informal. A falta de seguridade pode ser entendida tanto pelo dispêndio financeiro quanto, e talvez principalmente, pelo entendimento do sistema previdenciário e de formas de se chegar até ele.

4.6 Discriminação e Marginalidade

O último aspecto a ser abordado, mas não menos importante que os anteriores, é a percepção da discriminação que envolve o trabalhador informal. Esse sentimento é expresso pela sensação de estar à margem, de não ser visto como “trabalhador” ou de não ter o trabalho reconhecido como digno e importante para a comunidade. É comum as pessoas se referirem ao trabalhador informal como aquele que “caiu” na informalidade, ou seja, que está abaixo de um suposto padrão onde estão aqueles que não caíram e têm um trabalho formal.

O trabalhador sente-se relegado em favor da paisagem urbana e, com isso, o seu trabalho que não é visto, não é reconhecido, e pelo Estado é visto como ilegal. Trabalhar na rua gera desconfiança por parte da clientela e do governo, essa foi uma fala comum entre os entrevistados. O trabalhador se vê na contingência de inspirar não só desconfiança, mas, também, tem que estar sempre num constante convencimento da clientela sobre as próprias qualidades. A falta de um espaço privado, de um endereço comercial, os coloca no eixo da ilegalidade ou da marginalidade, tal como discutido por

Park (1948) ou segundo o senso comum nos tempos atuais. Para esse entrevistado a solução é tranquilizar a clientela.

O pessoal às vezes fala: “Aonde é a sua loja? E você fala: Não, eu trabalho na rua... vem um impacto e você sente que tem uma insegurança. Quando eu vejo que a pessoa tá insegura eu tento tranquilizar...”

Outra alternativa é provar sua condição de trabalhador honesto e sério pelo tempo em que trabalha naquele local. O tempo no *ponto* também é fator importante para se tornar conhecido e respeitado para formar a clientela e inspirar confiança. A fala do vendedor de frutas evidencia este aspecto:

*Nessa quadra aqui tem oito ano... eu não vivo num ponto só, sabe? ... eu fico nim outros. É um dia sim outro não. ... todo dia ali, esperando eu chegar (a clientela) (Js)
...vendi mexerica aí umas duas safras aqui, onde ta aquele adubo e daquele outro lado ali... Têm uns cinco ano que eu trabalho aqui.(Jo)*

A sensação de discriminação por parte do trabalhador é mais forte quando é visto pelo governo com desconfiança, no sentido não só de ilegal, mas, também como marginal, no sentido criminoso. Reminiscências da época em que a carteira de trabalho era reconhecida como carteira de identidade e aqueles que não a possuíam poderiam ser presos por vadiagem.

*...estou servindo as pessoas com dignidade....trabalhando... às vezes o governo não vê esse lado. Eles acham porque nós estamos no meio duma entrequadra, nós estamos fazendo algum outro tipo de coisa...e não trabalhando...(C.)
O nosso negócio é aqui é porque nós trabalha muito bem, aqui vem muita polícia...as fregueses nos defende (Ch)*

A associação de trabalhador informal como marginal chega ao limite extremo no caso dos ambulantes. Com eles a associação com a ilegalidade é tênue e as questões sociais se complicam. A apreensão de mercadorias, ganha pão destes informais, por

parte da fiscalização, assume para os trabalhadores o caráter de penalidade por infringir a lei, de atividade ilegal. Sem muita orientação como se “legalizar” criam alternativas de sobrevivência.

...na época do ... nós foi pegado umas três vez... chega, encosta o caminhão... (Jo)

Essa semana mesmo eu quase perdi as minhas coisas... E tinha muita cadeira de cliente. Carregam tudo...(F.)

Eu até queria me legalizar, mas dizem que é muito caro....(Js)

O *status social*, entendido como a valorização social do trabalhador informal, é afetado pelas desconfianças e pela repressão legal conforme abordamos anteriormente. Entretanto, o fato de ser um trabalho pouco valorizado socialmente parece não afetar a valoração do trabalho e o orgulho da profissão, aspectos que foram comuns nas narrativas. O trabalho é considerado um valor em si mesmo, no caso dos entrevistados, grandemente influenciados pelos valores adquiridos na família. Para alguns, representa algo mais que só ganhar dinheiro, uma forma de realização pessoal.

...Quem quiser trabalhar ganha dinheiro... seja ele pra qualquer tipo de serviço: pra catar latinha, catar papelão, o que for... eu aprendi a trabalhar desde cedo, comecei a trabalhar eu tinha sete anos de idade.(C.)

Muito bom trabalhar... A gente não trabalha só pra ganhar dinheiro, você tem que trabalhar pra se sentir bem, fazer o que gosta...(Ch)

...nós profissionais autônomo, tamos nas entrequadras servindo aos moradores das Asa Sul, Asa Norte, trabalhando! (C)

...eu penso assim... a oportunidade tá aberta a todo mundo, a escola técnica ta aberta ... tem curso... se você for uma pessoa interessada você não fica parado. se você souber plantar uma grama, plantar uma planta você não fica parado.(G.)

CAPÍTULO V - DISCUSSÃO

A proposta deste estudo sobre o trabalhador informal por conta própria foi conhecer o seu perfil na atualidade, tomando como base a fala destes trabalhadores e diferentes abordagens teóricas sobre o trabalho informal. Privilegiamos os estudos que enfocaram a problemática do trabalho informal na América Latina tendo como cenário o progresso tecnológico, a reestruturação produtiva e as transformações sociais. O relato das sucessivas experiências de trabalho, aprendizagens, interesses, busca de melhores condições e bem estar no trabalho, relação com a previdência e perspectivas de futuro foram surgindo nas falas dos trabalhadores, evidenciando uma visão positiva do trabalho informal. A tese de muitos autores de que a ida para o trabalho informal se dá pela exclusão do mercado formal de trabalho foi esmaecendo e surgindo a tese de ingresso e permanência no mercado informal por opção consciente, no caso dos trabalhadores por conta própria.

Adotamos a perspectiva do trabalhador para entender a lógica do trabalho informal e a relação do trabalhador com o seu trabalho, conforme propõe Malaguti (2000). Para entender a lógica do trabalho informal, este autor propõe romper com a visão estática e dual que isola e separa os dois tipos de trabalhadores – o formal e o informal – explicando o último pela lógica do primeiro. Nesta direção, assume importância as trajetórias de trabalho e de vida como forma de entender as condições objetivas e subjetivas que constituem o trabalhador.

O desenvolvimento desta discussão se dará em 5 eixos: Trabalhador informal na dimensão do sujeito e da sociedade; Marginalidade e atividade informal: uma associação ingrata; A escolha no trabalho informal; Relação com a Previdência Social; O “saber” e o “saber fazer”, para aí sim, concluir com o perfil do trabalhador informal e sua problemática.

5.1 Trabalhador informal na dimensão do sujeito e da sociedade

O estudo pioneiro de Hart (1973) apresentou uma tipologia da atividade informal disseminada pela OIT (1972) em estudos subsequentes e, ainda hoje, constitui parâmetro para definir o setor informal. Este seria constituído por unidades económicas com pequena escala de produção, dependência de demandas do setor formal, dificuldades de acesso ao crédito e, trabalhadores com qualificações fora do sistema educacional, pressupondo baixa escolaridade em relação aos trabalhadores formais. Outros consensos foram se formando a partir desses parâmetros para delimitar um setor informal. A falta de proteção das leis trabalhistas; a baixa escolaridade e os baixos rendimentos auferidos pelos trabalhadores informais em relação aos trabalhadores formais são os mais ilustrativos.

Os dados da PNAD/IBGE de 2003 e 2007 já apontam para outra realidade conforme discutido no final do Capítulo 2 – O Trabalho Informal. Verificou-se tendência de aumento à escolaridade, com o crescimento negativo em relação a 2003 dos trabalhadores com até 4 anos de estudo e aumento significativo dos trabalhadores com 8 até 14 anos de estudo passando dos 37% em 2003 para 43% em 2007. Os estudos de Antigo, Machado e Oliveira (2008) e Carneiro e Henley (2001) indicam que os trabalhadores por conta própria obtinham rendimentos mais altos que os trabalhadores empregados em função de atributos pessoais. Os resultados do presente estudo são condizentes com estas evidências.

O estudo de De Soto (1987), abordado anteriormente, tem como foco a regulação do mercado de trabalho e da vida na cidade ao se referir aos procedimentos e regras informais utilizadas pelos trabalhadores, tanto para trabalhar, como também nos meios de transporte e construção e aquisição da moradia. Neste sentido, subjaz a noção

de informalidade, caracterizada nas formas extralegais de adaptação do trabalhador nos centros urbanos. Da mesma forma, o sentido de informalidade está presente no estudo original de Park sobre o processo de formação das áreas periféricas, pelos trabalhadores denominados marginais.

Tanto na dimensão de grupos e indivíduos, como na dimensão da economia e da sociedade os termos informalidade ou setor informal têm como critério norteador a proteção legal típica do emprego assalariado, bem como as demais regulações da atividade econômica, previstas em lei. Entretanto, o que se pode concluir com relação aos trabalhadores estudados, no cenário do mercado de trabalho e na sociedade, não reflete uma compartimentação ou ainda uma delimitação clara entre os setores formal-informal. Ao contrário, as trajetórias de trabalho evidenciaram uma interdependência direta ou indireta entre trabalhadores informais e empresas constituídas legalmente. Alguns trabalhadores empregados com vínculo formal de trabalho, sujeitos de nossa pesquisa, informaram manter atividade informal nos finais de semana e nas folgas, tanto pela possibilidade de auferir maior renda quanto para desenvolver um trabalho onde sente mais prazer e reconhecimento. Na maioria dos casos a renda percebida nesses trabalhos de final de semana é maior que a recebida mensalmente no emprego formal. Pelo lado das empresas verificamos que estas também para atender a sua clientela fazem uso do trabalhador informal, sob a forma de prestação de serviço, principalmente, daqueles com qualificação mais especializada. Situação também encontrada junto aos nossos sujeitos. No caso dos vendedores ambulantes entrevistados, há uma cadeia de produção, distribuição e comercialização que envolve trabalhadores formais, informais e empresas.

Neste cenário, se tornam imprecisas e ambíguas as diferentes definições adotadas para delimitar espaços no mercado de trabalho de forma a classificar

trabalhadores conforme o grau de cobertura da legislação corrente. De fato, na perspectiva do trabalhador, o termo informal não é aplicado para identificar sua situação no mercado de trabalho. O termo mais utilizado é *autônomo* ou mesmo trabalhador por *conta própria*, indicando o caráter independente do trabalho que executa e, não necessariamente, expressando sua vinculação à Previdência Social ou ao pagamento de imposto sobre serviços.

Face às diferentes definições de informal, optamos por utilizar o termo trabalhador informal ou trabalhador informal por conta própria indicando um trabalhador numa atuação não formalizada, ou seja, um sujeito trabalhador com certo grau de informalidade, seja por não ser contribuinte da Previdência Social seja por não ter cumprido todas as exigências legais para o exercício de seu trabalho. Argumentamos que as diferentes denominações como informalidade, setor informal-formal são utilizadas indistintamente por especialistas. Ao optarmos pelo termo trabalhador informal, buscamos dar voz ao trabalhador, situando a análise na dimensão do indivíduo. Neste sentido nos abstraímos de utilizar definições como setor informal ou informalidade, considerando as dificuldades já mencionadas relativas a uma definição consensual sobre o termo. Malaguti (2000, pp.99-105) acrescenta a essa questão alguns questionamentos importantes para o debate, ao fazer a distinção entre setor informal e informalidade. O termo *informalidade* seria mais amplo que *setor informal*, assim caracterizado em oposição a um setor formal. O termo informalidade, conforme Malaguti, tem sentido mais amplo do que setor informal porque abrange todas as situações de trabalho que não podem ser delimitadas por um critério exclusivo. Assim, o funcionário público que durante o expediente vende roupas estaria vivenciando situações de informalidade. O questionamento de Malaguti (2000) encerra preocupações importantes para a compreensão da totalidade que envolve o mercado de trabalho e as

relações sociais decorrentes. Nessa perspectiva, entendemos que a distinção setorial esconde a diversidade de situações presentes no conjunto das atividades informais, bem como a relação de interdependência entre atividades formais e informais. Da mesma forma, a categorização dual formal/informal, se baseia em critérios que fundamentam as regras do trabalho na sua forma de emprego. Conforme vimos anteriormente, a noção de trabalho se distancia cada vez mais do modelo de mercado de trabalho baseado no emprego. A compreensão das novas formas de participar do mundo do trabalho, decorrente das transformações no mercado de trocas e do progresso técnico, passa pela compreensão do sujeito trabalhador e de como se dá sua inserção no mercado de trabalho, tendo em vista subsidiar a discussão de novas categorias para análise do trabalho.

5.2 Marginalidade e atividade informal: uma associação ingrata

Conforme já abordado neste estudo no Capítulo 2, a noção de informalidade foi sendo associada ao tema da marginalidade urbana, característica dos países da América Latina no período urbano industrial (Kovarik, 1975). O sentido de marginalidade de indivíduos e grupos à margem de determinado contexto social se reproduz no trabalho informal por não estar coberto pela regulação, o que o caracteriza como uma forma atípica de participação no mercado de trabalho. Contudo, essa associação leva a confusões, generalizações, estereótipos e preconceitos.

No Brasil, esta divisão entre o trabalho regulado e não regulado foi marcante com a instituição da carteira de trabalho que serviu como divisor de águas entre trabalhadores contratados e não trabalhadores, delimitando o legítimo e o ilegítimo. Mais do que isso, numa lógica subliminar, separou trabalhadores de marginais e vadios. A associação pejorativa com a marginalidade e vadiagem, que permeou a concepção originária da instituição da carteira de trabalho ainda permaneceu no senso comum com

relação ao trabalhador informal, contribuindo para a sua discriminação e baixo prestígio social e econômico por parte da sociedade como um todo, inclusive, entre os próprios trabalhadores informais.

Sentir-se discriminado ou à margem da lei ficou evidenciado nas situações pesquisadas. Duas questões se apresentaram nesse sentido, principalmente quando o trabalhador vende seus serviços ou produtos na rua num determinado ponto. A primeira, diz respeito à desconfiança quanto à idoneidade do trabalhador enquanto sujeito e quanto à garantia e efetividade do serviço ou produto vendido que não se apresenta atrás de um balcão de uma loja formalizada. Por ser alguém da rua, sem o aparato da loja, o cliente se sente inseguro em fazer contato com aquela pessoa e, em determinados casos, de levá-lo até a intimidade de sua casa para um determinado serviço. A segunda forma em que o problema se apresenta diz respeito aos órgãos de segurança pública e fiscalização. Para os serviços de segurança quem está sempre parado em determinado ponto é um desocupado ou um possível meliante e como tal deve ser abordado. As queixas sobre a repressão e discriminação pelos órgãos governamentais aparecem nas falas dos entrevistados tanto na abordagem do trabalho na rua quanto na apreensão das mercadorias ou material de trabalho reforçando o estereótipo de marginalidade e de ilegalidade do trabalhador.

O conteúdo discriminatório em relação à atividade informal pode ser entendido como rotulação do trabalho desenvolvido por estes trabalhadores como não legítimo. Fica minimizado o fato que este mesmo trabalho é um trabalho digno só não formalizado em termos de vínculo empregatício.

Moisés (2005) discute a confiança nas instituições democráticas nas sociedades modernas e refere-se às atitudes¹⁶ e percepções¹⁷, dos indivíduos a respeito de governos, serviços públicos como educação, saúde, previdência, dentre outros.

O fenômeno da confiança, conforme Moisés, tem como fonte a própria instituição na medida em que suas regras constitutivas remetem às normas legais, tomadas como referência pelos cidadãos. A confiança dos cidadãos nas instituições refere-se ao desempenho destas, tomando como base a avaliação da consistência e da coerência internas de suas normas. Neste sentido, as instituições constituem mecanismos de mediação, baseadas em valores relativos aos propósitos coletivos que se propõem realizar (Moisés, 2005). Geram confiança na medida em que são definidas por lei o que lhe dá legitimidade conferida pela sociedade e, em contrapartida, geram expectativas sociais quanto ao seu funcionamento. Portanto, a compreensão dos propósitos coletivos e o correspondente desempenho das instituições, no sentido de atendimento das expectativas geradas, constituem a base da confiança dos cidadãos.

Na relação do trabalhador com a clientela também se manifesta o fenômeno da confiança. O objeto a ser avaliado é o trabalhador e, a clientela, a que confia ou não neste objeto. A baixa fidedignidade atribuída à atividade informal percebida pelo trabalhador o impulsiona a criar formas de angariar a confiança da clientela. Os trabalhadores informais, como observado na fala dos entrevistados, buscam ser merecedores de confiança. Isso se reflete não só nas questões objetivas como a fixação de preços e prazos, mas, também, com relação aos aspectos pessoais subjetivos como responsabilidade, honestidade, capacidade, disponibilidade e presteza no trato com a

¹⁶ “Organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto.”(Assmar, Jablonski e Rodrigues,1999.p.98)

¹⁷ “Maneira como formamos impressões sobre outras pessoas, objetos e ideias e fazemos inferências sobre elas” - Aronson, 2002, p. 143)

clientela. Tais características pessoais possibilitam ao trabalhador dar garantias éticas e morais, já que não pode fornecer as garantias formais previstas nas normas legais ou formalizadas por uma loja ou empresas. Aos trabalhadores informais sabem que a permanência no mercado de trabalho informal vai depender da sua aceitação como trabalhador não marginalizado.

5.3 A escolha do trabalho informal

O sentido da escolha pelo trabalho informal, no presente projeto, não se limitou apenas ao aspecto estritamente econômico, advindo do cálculo racional que sustenta as teorias de escolha racional tal como discutido por Ferreira (2008). Partimos do pressuposto de que a modernidade, associada às grandes transformações da economia e da sociedade amplia a margem das escolhas individuais. A fragmentação do trabalho na sua forma de emprego estimula a adoção de novas formas de trabalho independentes e, conseqüentemente, novos padrões de interação social e de possibilidades de escolha.

No Capítulo 2 sobre o Trabalho Informal, discutiu-se a dimensão do indivíduo e suas escolhas no campo do trabalho. De Soto, no nosso entendimento, parece referir-se mais à noção de escolha racional, objetivando o sentido estritamente econômico, na medida em que evidencia a ideia de custos e benefícios da atividade informal *vis a vis* os ganhos e perdas econômicas nos mercados formal-informal. Já a noção de Gino Germani (1971) sobre a modernidade enfatiza o processo de mudança da ação humana, no sentido de maior autonomia para a eleição ou escolhas dos indivíduos frente às exigências impostas na atualidade. Da mesma forma, o período recente, com o desenvolvimento tecnológico e a globalização da economia, nos leva a considerar múltiplos cenários onde o trabalhador faz suas escolhas. Estes cenários revelam a perda crescente de centralidade do emprego assalariado, apregoada por R. Castel, em 2009, como forma típica de trabalho das sociedades urbano-industriais, fragilizando,

consequentemente, a noção de classe social sustentada pelo operariado urbano-industrial. Como decorrência, fragiliza também a base de financiamento dos sistemas de proteção social, fundada na idéia de solidariedade coletiva.

Em contrapartida, o isolamento do trabalhador e seu protagonismo, em cenários de empregos escassos, paradoxalmente ampliam sua margem de opções em função da necessidade imposta pela concorrência. É preciso ter o diferencial. Neste momento se faz necessária a escolha e a qualificação. O conceito trabalho-emprego muitas vezes restrito ao consumo e à sobrevivência é substituído para o conceito trabalho-renda e passa a ser referenciado pela busca de satisfação, bem estar e prazer, além de consumo e sobrevivência.

O estudo já citado de Maloney et al (2007) tem o mérito de associar aos aspectos estritamente econômicos da escolha do trabalho informal outros componentes como o histórico familiar, a experiência profissional e qualificação com flexibilidade da jornada de trabalho, independência e liberdade como fatores que influem nas opções de trabalho.

As trajetórias de trabalho e emprego tal como discutidas por Maloney et al. (2007) revelaram um processo de escolha guiado por oportunidades de trabalho, experiências, interesses e valores familiares, em diferentes momentos da vida dos trabalhadores.

Observamos junto aos entrevistados que a eleição da atividade informal, bem como a permanência nela, não é imediata nem automática face às situações de carência de empregos ou de renda. Está associada à seleção de interesses, acúmulo de experiência e avaliação comparativa entre o emprego e o trabalho informal.

O caminho percorrido até atingir o status de trabalhador autônomo, trabalhador informal por conta própria, começa na família, mediante o aprendizado social e

profissional, com forte influência de valores familiares. De fato, os trabalhadores entrevistados tinham aprendido, em sua maioria, o ofício com os familiares, num *status* profissional que se autodenominaram de ajudantes, num processo de aprender fazendo não só o ofício como, também, as regras de conduta.

A etapa posterior constitui uma espécie de estágio, mediante a execução de *bicos* ou tarefas eventuais, quase sempre sobre a supervisão de um trabalhador mais qualificado. É interessante ressaltar a diferença atribuída pelos entrevistados entre *bico* e trabalhador *autônomo* ou trabalhador por *conta própria*. O primeiro se refere a uma atividade esporádica. O segundo, atividade exercida como principal fonte de renda. Esta fase de transição implica uma espécie de experimentação do trabalhador, de sondagem do campo de trabalho, no sentido de levantar elementos para optar e se sentir qualificado para a função. A etapa de escolha pelo trabalho informal refere-se ao momento em que o trabalhador se estabelece no mercado de trabalho como autônomo, independente, de ter seu próprio negócio ou trabalhar com trabalhadores informais como no caso da construção civil. Para crescer nessa hierarquia e manter-se na atividade o trabalhador revela não só credenciais de experiência no ofício e aceitação de seu produto ou serviço pela clientela como, também, gosto e interesse pela atividade que executa.

Em alguns casos a concomitância entre empregos assalariado e atividade informal possibilita, conforme os entrevistados, a redução de custos com a seguridade social uma vez que a contribuição voluntária é mais onerosa. Em contrapartida, a contribuição compulsória, mediante a relação de emprego, se torna desejável em períodos de nascimento dos filhos e com o aumento da idade, pela perspectiva mais próxima da aposentadoria.

As experiências de trabalho são indistintamente relevantes tanto em empregos quanto em atividades informais para a formação e qualificação e para a preparação de escolha. Verificamos que mesmo estando empregados, os trabalhadores entrevistados revelaram que permaneciam na atividade informal, tanto pela oportunidade de ampliação da renda familiar como, também, de preservação da autonomia e do prazer de executar o seu ofício.

Estudos de Maloney (2003) para a América Latina apresentaram evidências empíricas de que o setor informal não era primariamente absorvedor de trabalhadores desempregados, face à contingência da escassez de empregos, em períodos de baixo crescimento da atividade produtiva, mas de escolha. Neste sentido, sugere que não se pode falar de uma passagem automática e unilateral da situação de desemprego estrutural para o trabalho informal.

A partir dessas considerações, entendemos que o sentido da escolha do trabalho informal parece não se limitar a uma contingência à situação de desemprego. Em primeiro lugar porque as fronteiras entre a formalidade e a informalidade se tornam cada vez mais tênues diante das novas formas de trabalho que surgem com o desenvolvimento do capitalismo globalizado. Segundo, porque as opções de escolha são ampliadas e distintas a depender das etapas de vida e experiência profissional, podendo variar conforme as características individuais, valores e contexto social em que o trabalhador está inserido.

Nas trajetórias de trabalho analisadas no presente estudo as saídas voluntárias e involuntárias de empregos para trabalhos informais foram comuns e dependentes de fatores mais relacionados com perspectiva de melhores ganhos, exercício de atividades que tinham maior interesse, possibilidade de crescimento e desenvolvimento pessoal ou

estilos de vida do que propriamente associados à exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho.

Neste sentido, podemos falar de tendências de diversificação das formas de participar do mercado de trabalho. A heterogeneidade e complexidade presentes no mundo do trabalho são consequências de modificações provocadas não só pela economia globalizada como também pelo sentido da modernidade presente, onde o trabalho está sendo condicionado a referências de autonomia e bem estar.

5.4 Relação com a Previdência Social

O fenômeno do notável crescimento das atividades informais, nas últimas décadas, levanta a necessidade de discutir a seguridade social enquanto sistema de proteção em relação aos riscos sociais e, em particular, como amparar estes trabalhadores sob a forma de proteção previdenciária. Nesse sentido, nos estudos sobre a informalidade no mercado de trabalho, a exclusão dos trabalhadores informais dos benefícios advindos da relação de emprego tem sido uma preocupação constante. De fato, é baixo o percentual de trabalhadores informais que são contribuintes voluntários da Previdência Social no Brasil. Para 2007, o IBGE apontou somente cerca de 4% de contribuintes entre esses trabalhadores por conta própria.

Essa realidade reflete as alterações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho, com o aumento dos contratos não estipulados na forma original do emprego, bem como pelo crescimento do trabalho informal. Para além dessas constatações, o desafio do momento é o desenho de políticas de proteção social no sentido de associar às orientações gerais da economia a dimensão da sociedade e dos indivíduos em suas preferências e interesses, expressas em diferentes formas de coesão social.

Essa discussão envolve alguns aspectos recorrentes nas falas dos trabalhadores entrevistados. No que diz respeito à Previdência Social, as manifestações de desconfiança foram expressas em termos de dúvidas quanto ao retorno do investimento em forma de auxílio em caso de doença ou de acidente de trabalho e aposentadoria.

A primeira observação refere-se à confiança dos trabalhadores no sistema previdenciário. Os trabalhadores entrevistados, embora reconheçam a importância desta proteção, não confiam no sistema previdenciário, no sentido do retorno das prestações pagas, em forma de auxílio doença, acidente e aposentadoria. Os trabalhadores pesquisados argumentaram sobre o custo alto das prestações e a baixa expectativa de retorno das contribuições pagas na aposentadoria. O segundo aspecto levantado diz respeito ao sistema burocrático e moroso na concessão dos benefícios. Esses resultados são condizentes com as discussões de Maloney (2003) sobre as decisões de contribuir ou não com os sistemas de Previdência Social na América Latina, inclusive Brasil. De acordo com Maloney (2003) os trabalhadores, empresas e famílias escolhem a forma de envolvimento com as instituições e normas, a partir de análises de custo benefício de se formalizarem. Ainda de acordo com Maloney, o baixo nível das contribuições voluntárias representa uma avaliação negativa do Estado, por parte da sociedade e das famílias. Neste sentido, entendemos que a resistência dos trabalhadores por conta própria refere-se à não conformidade com as regras vigentes de participação no mercado de trabalho e na previdência social.

A resistência em participar do sistema previdenciário de forma voluntária pode ser atribuída às características do trabalho por conta própria *vis a vis* o desenho do sistema previdenciário vigente. Podemos destacar três perfis. O primeiro que destacamos é o perfil dos contribuintes que ora estão em situação de empregados ora exercendo atividades informais, o que provoca mudanças e perdas ao longo do seu

histórico de contribuições. Essas entradas e saídas de empregos, no caso dos trabalhadores informais, e os momentos de maior ou menor estabilidade financeira ocasionam um fluxo irregular tanto das contribuições voluntárias como do valor contribuído, gerando com o passar do tempo desmotivação para contribuir. O segundo perfil também comum de ser visto é aquele contribuinte que não confia na previdência social e opta por uma previdência privada ou outros meios de renda para o futuro. Neste caso podem estar incluídos aqueles que já trabalharam em empregos assalariados por mais de cinco anos e já se percebem com uma previdência “garantida”. O último perfil, hoje ainda raro, é aquele que contribui e acredita no sistema de previdência social mesmo na situação de trabalhador informal.

Quanto ao desenho do sistema previdenciário este também se apresenta de forma ambígua, refletindo a dualidade do mercado de trabalho, com dois grupos de trabalhadores concorrentes entre si pelos recursos originados do conjunto das contribuições. Assim, de um lado, empregados com carteira de trabalho e, de outro, os trabalhadores que não têm vínculo formal, individualizados e com interesses difusos, em contraposição ao coletivo homogêneo de trabalhadores empregados. Na prática, resulta numa massa de trabalhadores informais que constituem, como pode ser visto, um perfil híbrido de contribuinte. A diferença aí reside na visibilidade política, enquanto grupo de pressão, entre um coletivo que conta com a mediação e contribuição das empresas, mediante o controle e a fiscalização do Estado e, de outro, contribuintes voluntários, dispersos e fragmentados. Dada a pouca visibilidade e consequente incapacidade de pressão, os trabalhadores informais escolhem escapar da previdência social, cuja lógica coletiva obrigatória se baseia na relação automática com o emprego e com os mecanismos de mercado. Ademais, o trabalhador informal percebe o sentido de obrigatoriedade subjacente às regras de legalização da atividade autônoma. Assim, nas

falas dos entrevistados, a contribuição voluntária esteve sempre associada à imposição de legalização da atividade via pagamento de taxas e tributos. Nessa perspectiva, a escolha pelo trabalho informal pode estar associada também à opção pela fuga do sistema de contribuições voluntárias da previdência social e cuja participação está restrita à decisão individual.

Os relatos deste estudo indicam duas situações ilustrativas dessa dificuldade de adaptar as regras previdenciárias à realidade dos trabalhadores informais pesquisados. A primeira se refere às limitações de manter a contribuição em períodos de dificuldade financeira ou de desemprego. A incapacidade de manter as contribuições leva o contribuinte a considerar suas prestações interrompidas como investimentos “perdidos”, provocando desestímulo de retornar ao regime previdenciário.

A segunda se refere à comparação que fazem os trabalhadores informais entre os rendimentos atuais e os benefícios futuros da aposentadoria. Estes são percebidos como desvantajosos em relação às possibilidades de ganhos no presente. Vários entrevistados afirmaram estar reservando o dinheiro que pagariam à Previdência Social para compra de imóveis de baixo custo que lhes garantiriam pelo aluguel aposentadoria e recursos em caso de incapacidade de trabalhar por doença ou acidente.

Assim, rendas de aluguel, ajuda recebida por filhos e familiares e previdência privada foram algumas opções apontadas como alternativas às situações de incapacidade de trabalho por doença ou acidente e à aposentadoria pública.

5.5 O “saber” e o “saber fazer”

Os estudos sobre o trabalho informal convergem para o consenso de que os trabalhadores nessas atividades têm pouca escolaridade e qualificação profissional e que estas constituem barreiras de acesso aos empregos com contrato de trabalho.

Entretanto, o cenário atual de modificações rápidas no sistema produtivo e, conseqüentemente, das relações de trabalho, aponta para modificações profundas do mundo do trabalho e na forma como o trabalhador se relaciona com seu trabalho.

A diversificação crescente e a maior complexidade de organização do sistema produtivo tem impacto sobre o mercado de trabalho formal e informal e demandam novo perfil dos trabalhadores. Esse novo perfil exige mais conhecimento, experiência, criatividade e autonomia por parte dos trabalhadores.

Nesse sentido, ressaltamos a importância dos estudos que privilegiam as características pessoais como o gosto pelo risco, busca de autonomia e a experiência profissional como fatores chaves para a entrada e permanência no mercado de trabalho e no mercado de trabalho informal (Ramos, 2007; Ulyssea, 2006).

O trabalhador informal hoje tem e valoriza a experiência profissional adquirida ao longo de sua trajetória de trabalho, seja em aprendizados formalizados ou adquiridos em serviço e com companheiros de atividade. Em termos de escolaridade, segundo dados do PNAD-IBGE, o percentual de trabalhadores com menos de um ano de estudo teve crescimento negativo de 2003 para 2007 e o percentual de trabalhadores com mais de 8 anos de estudo cresceu significativamente no mesmo período, passando de 37% em 2003 para mais de 43% em 2007.

Podemos afirmar, pelos dados levantados, que o trabalhador informal constitui hoje um tipo de profissional que privilegia o “saber” e “saber fazer”. Essa aprendizagem envolve não só o conhecimento técnico especializado da atividade que executa, como também, a busca permanente do saber, motivada pela necessidade de conhecer seu trabalho, bem como expressar no trabalho seus atributos pessoais. Apenas o saber formal de escolaridade ou obtido nos cursos de qualificação não os credencia para o trabalho independente, a vivência e a prática são fundamentais para estes trabalhadores.

5.6 Perfil do trabalhador informal e sua problemática

Como já foi dito, a noção de trabalho informal como uma forma específica de participação no mercado de trabalho é um conceito relativamente recente, complexo e ambíguo que não encontrou, ainda, uma definição de consenso entre os estudiosos do tema. Nossa proposta aqui é apresentar um perfil de trabalhador informal por conta própria extraído de nossa pesquisa de campo.

O trabalho informal por conta própria abarca uma gama de trabalhadores ligados por um denominador comum, qual seja a execução de atividades não regulamentadas no âmbito do mercado de trabalho. Em 2007 os trabalhadores por conta própria já representavam cerca de um terço da PEA ocupada e evidências significativas de permanência no mercado de trabalho, onde cerca de 58% tinham mais de 9 anos na atividade informal. Além da magnitude desse segmento informal o dado mais expressivo refere-se ao aumento da escolaridade desses trabalhadores no intervalo de 8 a 15 anos ou mais de estudos. Com isto, abre-se uma nova questão que envolve os trabalhadores com nível superior. Estariam eles também optando pelo trabalho por conta própria?

As evidências empíricas que originalmente levantaram a questão do trabalho informal como escolha apontaram para as vantagens do trabalho por conta própria em termos de renda e características individuais como possíveis fatores relacionados à opção pela informalidade (Maloney, 2003). O presente trabalho pretendeu explorar essa dimensão, a partir dos interesses e sentimentos dos trabalhadores em relação ao trabalho informal. Os resultados obtidos a partir dos relatos dos trabalhadores informais apontam para algumas características comuns em todos os entrevistados que nos permitem fazer uma aproximação sobre: (1) o que pensam os trabalhadores informais sobre o seu

trabalho; (2) o que os impulsiona a entrar e permanecer como trabalhador informal por conta própria; e (3) a relação com o sistema previdenciário.

A primeira consideração a ser feita se refere ao trabalho informal como oportunidade não só de obtenção de renda, mas, também, como forma de autonomia. Esta autonomia foi expressa no sentido de controle do tempo de execução do próprio trabalho, ausência de chefia, possibilidade de determinar suas próprias tarefas e ser dono do seu próprio negócio. A percepção de controle absoluto sobre o trabalho é estudada como um dos fatores que mais reforçam os sentimentos de satisfação no trabalho, sendo inclusive fator de proteção com relação a adoecimento no trabalho (Sato, 2002; Codo, 1993, 1998; Vasques-Menezes, 2005). Quando na realização de um trabalho é permitido o controle e a construção do sentido não há ruptura da subjetividade nem alienação. Nesse caso, o trabalho informal por conta própria torna-se inalienável, mostrando-se como um trabalho inteiro sem fragmentação entre planejamento e execução e com domínio dos meios de produção. Pode estar aí a diferença em fazer um trabalho gratificante, onde gosta da atividade executada e do produto decorrente de seu esforço, e um trabalho subjugado, preso às amarras de normas, horários, exigências e chefias (Codo, 1993, 1998; Vasques-Menezes, 2005). Assim, temos hoje que pensar que o velho perfil do trabalhador informal como o excluído do mercado de trabalho por baixa escolaridade se sujeitando a rendas insignificantes não é mais realidade. Este trabalhador tem escolaridade e qualificação, ou seja, tem o “saber” e o “saber fazer” que lhe garantem o ingresso e a permanência na atividade escolhida.

A segunda consideração refere-se ao sentido da opção pelo trabalho informal. A opção pelo trabalho informal, como já foi visto, vai sendo tomada ao longo da trajetória de trabalho e tem relação com as experiências passadas, histórias de vida, valores adquiridos no contexto familiar e social, bem como com as características individuais.

Certamente que as condições econômicas vigentes em cada contexto social constituem fatores restritivos ou favoráveis à liberdade de escolha. Contudo, a possibilidade de escolha existe e foi exercida em quase totalidade dos casos entrevistados. Após a escolha, ou concomitante a ela, vem o ingresso e a permanência no trabalho informal. Essa etapa nos pareceu construída pelo “saber” e “saber-fazer” do trabalhador, valorizando tanto a qualificação formal quanto aquela buscada informalmente pela internet ou com amigos, tecida com a experiência vivenciada no trabalho. O reconhecimento da preservação de valores éticos e morais como responsabilidade, honestidade, pontualidade no cumprimento de suas tarefas apareceram também como fundamentais na permanência no trabalho informal e na garantia da renda de todo dia. Para o trabalhador informal seu trabalho se constrói dia-a-dia. Por isso, a importância de cativar uma clientela e manter fundos para as ocasiões em que não está trabalhando. A poupança é um hábito comum entre esses trabalhadores e assume papel central quando se percebe que se tem que guardar do mês de trabalho abundante para suprir aqueles de trabalho escasso.

A terceira consideração deriva da forma como o trabalhador vê e se relaciona com a Previdência Social. A Previdência Social é percebida como um sistema onde a regra prevalecente é a contribuição compulsória pela empresa, face à legitimidade da relação de emprego conferida pelas normas legais. A contribuição voluntária é vista como uma obrigação associada à legitimação do seu trabalho e, que, por decorrência, pode implicar na obtenção de benefícios. Em outras palavras, a relação entre o trabalhador e a previdência não mediada pelas empresas como na relação de emprego, torna-se aos olhos do trabalhador informal como burocrática, arriscada e sem retorno segundo os nossos entrevistados. Portanto, a contribuição voluntária não adquire o formato pagamento de um seguro contra os riscos cobertos pela seguridade social, como

o desemprego, doenças, acidente e aposentadoria. Esse é o conjunto de argumentos por trás da resistência dos trabalhadores em relação ao sistema previdenciário e que se perguntam: contribuir para quê? Percebe-se a falta de conhecimento e informação sobre a Previdência Social mostrando o quanto ela está distanciada de seu público alvo. Assim, a alternativa para situações de doença, acidente ou aposentadoria que surge para esses trabalhadores como viável é a poupança e, a partir dela, a compra de imóveis populares que permitem o ganho de aluguéis ou a previdência privada.

A dimensão do sujeito, buscada no presente estudo, nos leva a repensar as categorias de análise do trabalho, nas suas diferentes formas que assume com a globalização do capitalismo impulsionado pelos avanços tecnológicos. Retomando Castells (2008), estamos vivendo um período ímpar que altera profunda e velozmente a economia e a sociedade e, também, o modo como pensamos e agimos.

Neste cenário, a proposta de revisão do trabalho informal a partir da dimensão do sujeito, implicou repensar o trabalho humano e seus diferentes paradigmas tanto os que sustentam as teses sobre o trabalho no início da industrialização ocidental como as análises sobre o impacto da globalização econômica e seus condicionantes sobre o Trabalho em sua forma de trabalho por conta própria.

A noção emancipatória da classe trabalhadora, presente em Marx, no sentido de superação da alienação do trabalho, inerente ao modo capitalista de produção, encontrou seu modelo de organização da economia e da sociedade na noção de racionalidade de Weber, no sentido de orientação para o lucro. O cenário atual de globalização da economia potencializou a capacidade de controle e racionalização do trabalho, mas, contraditoriamente, ampliou o sentido de autonomia no trabalho para além do sentido de classe social. De um lado, os trabalhadores estão cada vez mais fragmentados enquanto classe, mas unidos numa ordem global pelos riscos e incertezas também globais. Por

outro, o isolamento individual, resultado da fragmentação do trabalho, propicia um maior protagonismo dos sujeitos pela noção de pertencimento global, ao mesmo tempo que os individualiza e diversifica quanto aos interesses e escolhas, gerando novas formas de participação e coesão social. Podemos nominar a essas novas formas de solidariedade coletiva de movimentos sociais, ONGs, empresas comunitárias, dentre outras formas de participação (Giddens, 2002; Castells, 2008; Touraine, 2004).

Por esta perspectiva é que vemos o trabalho informal, enquanto objeto de análise, não desvinculado do entendimento do Trabalho para o sujeito, na era do capitalismo globalizado. O trabalhador informal por conta própria como foco de políticas sociais e de trabalho não se desvincula do coletivo de trabalhadores, enquanto portador de direitos sociais. Deve ser repensado o espaço social e econômico dado ao trabalhador informal e, em consequência, as políticas sociais, mais especificamente, o desenho da previdência social para essa nova faceta da relação trabalho-trabalhador. Demanda conhecer melhor como se processam as opções dos trabalhadores informais em termos de trabalho, de cobertura dos riscos do trabalho e de aceitação social e econômica num cenário onde as opções colocadas coadunem a natureza do trabalho por conta própria e o sistema contributivo voluntário.

A título de consideração final, ressaltamos que o presente estudo tem caráter exploratório e nesse sentido, não traz generalizações acerca do tema em foco. Em que pese as limitações inerentes à sua natureza exploratória, bem como à falta de generalizações sobre o tema, esperamos que o estudo possa trazer contribuições ao debate sobre o trabalho informal, considerado a partir da dimensão do sujeito na sua relação com o trabalho e a sociedade.

REFERÊNCIAS

- Antigo, M.; Oliveira, A. M. H. C. e Machado, A. F. R. (2008) Evolução do diferencial de rendimentos entre o setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. *Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 12 (2), 355-388.
- Antunes, R. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, 25 (87), 335-351. Recuperado em 20 de julho, 2009, de <http://www.cedes.unicamp.br>
- Antunes, R. (2005). O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. (UNICAMP). Recuperado em 15 de maio, 2009, de <http://www.ajlas.org/v2006/paper/2005vol18no405.pdf>
- Antunes, R. (2007). Dimensões da precarização estrutural do trabalho. Recuperado em 20 de julho, 2009, de <http://www.itcp.usp.br/.../ANTUNES>
- Assmar,E.M.L; Jablonski,B,; Rodrigues,A. (1999) *Psicologia Social*, (24ªEd.)Petrópolis, R,J: Vozes.
- Arabsheibani, G. R.; Carneiro, F. G. e Henley, A. (2006). On defining and measuring the Informal Sector. *World Bank Policy Research Working Paper* 3866, March. Recuperado em 30 de novembro, 2008, de <http://econ.worldbank.org>
- Arendt, H. (2009). *A condição humana*. (10ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1958).
- Arias, O. S.; Farjnzyber, P., Saavedra- Chanduvi, J., Mason,A.D.,Maloney, A. D. (2007). Informality: exit and exclusion. *World Bank*, Washington, DC. Recuperado em 25 de abril, 2009, de <http://www.worldbank.org>
- Aronson, E.; Akert, T. e Akert, R. (2002) *Psicologia Social*, (3ª Ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Bauer,M. e Aarts, B. (2002). A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativa. In: Bauer, M. e Gaskel, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- Bardin, L. (1979) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977).

- Bicalho, H. N.(1995). Trabalhadores pobres e Cidadania. *Cadernos CRH*. Salvador, 22, 71-96. jan/ jun. de 1995
- Bielschowsky, R. (2000) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. Em: Bielschowsky,R.(org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vols.1.. Rio de Janeiro: Record.
- Bonfim, M.C; Feitosa,G. N; S. M. G; Gondim, Sá,M.O; Santos,I. C. N, (2006). Carteira de Trabalho, artigo de luxo: o perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia, *Estudos de Psicologia*, 11 (1), 53-64.
- Bosch, M., Goni,E. & Maloney, W. F.(2007) The Determinants of Rising Informality in Brasil: evidences from cross worker flows. *World Bank Latin America and Caribbean Studies,October, 2007*.
- Boudon, R; Bourricaud, F, (2007) *Dicionário crítico de sociologia* (2ªed). São Paulo: Ática.
- Brasil, *Decreto n. 21.175* (1932, 21 de março). Institui a carteira profissional, Brasília, DF: Senado Federal. Recuperado em 20 de março, 2009, de <http://www.senado.gov.br/sf/legislação>
- Cabral, A. & Nick, E.(2006) *Dicionário Técnico de Psicologia*. São Paulo: Cultrix.
- Cacciamali, M. C.(1983) A economia informal 20 anos depois. Recuperado em 15 de fevereiro, 2009 de <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/626/871>.
- Cacciamali, M. C (2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, 14, 153-174.
- Cardoso, F. H. & Falleto, E. (2000) Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Em: Bielschowsky,R.(org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vols.1. Rio de Janeiro: Record.
- Castells, M. & Portes, A. (1991) World Underneath: The origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy. In *The Informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Edited by Portes, A.; Castells, M.; Benton,L. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London. (Originally published in 1989)
- Castells, M. (2007) *A sociedade em rede*. VI.I. (6ª ed). São Paulo: Paz e Terra (Original publicado em 1999).

- Castells, M. (2008). *O poder da identidade*, V.II.(6ªed.). São Paulo: Paz e Terra (Original publicado em 1996).
- Castel, R. (2008). *As metamorphoses da questão social: uma crônica do salário*;m (Poleti,I.D. trans) (7ªed.) Petrópolis, RJ. Ed, Vozes. (Original publicado em 1995).
- Carneiro, F. G. Arabsheibani, G. R. & Henley,A. (2001) On Defining and Measuring the Informal Sector. *World Bank Policy Research Working Paper 3866*. Recuperado em março, 2008, de <http://econ.worldbank.org>
- Charmes, Jaques-(1997) O setor informal na Africa: um crescimento que não significa marginalização- *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 18 (2), 64-99.
- Chriss, J. J. (2007) William Sumner. *Em 50 sociólogos fundamentais*. Scott, J.(org. Castanheira,P.C.Trad.). São Paulo: Contexto
- Codo, W. (1998) *Educação: Trabalho e Carinho* (1ª ed). Petrópolis: Vozes.
- Codo, W. (1994) *O que é alienação*. 10ª Ed.,Ed. Brasiliense
- Codo, W., Sampaio, J. J. C. & Hitomi, A. (1993). *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. (2ª ed). Petrópolis: Vozes.
- De Soto,H. (1987) *Economia Subterranea: uma análise da realidade peruana, Democracia* , Rio de Janeiro, Globo.(Original publicado em 1986)
- Ferreira,Vera Rita de Mello. (2008) *Psicologia Econômica: estudo do Comportamento econômico e tomada de decisão*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, Coleção Expo Money Pro.
- Germani, G. (1971) *Politica y Sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masa*.(4ª ed, rev.) Editorial Paidós, Buenos Aires.
- Gidens,A. (2002) *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.(Original publicado em 1999).
- Gorz, A. (1982) *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. (Vianna. A &Goes de Paula, S. Trad.) Ed. Forense, Rio de Janeiro.(Original publicado em 1980).
- Gorz, A. (2005) *O imaterial: conhecimento, valor e capital*.(Azzan Jr.C.Trans) São Paulo: Annablume. (Original publicado em 2003)
- Hart, Keith (1973). *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana*, *Journal of Modern African Studies*.N. 11. pp. 61-89.

- Hugon, Philippe,(1997) *Balanço de 25 anos de trabalho - Ensaios FEE Porto Alegre*, 18 (2), 32-63.
- Instituto de Geografia e Estatística [IBGE] (2003) *Economia Informal Urbana, Série Relatórios Metodológicos*, V. 35. Rio de Janeiro, R.J-CD.
- Instituto de Geografia e Estatística [IBGE] (2007) *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD]. Pesquisa básica e suplementares - microdados - 2ª Edição*
- Instituto de Geografia e Estatística [IBGE] (2008). *Trabalhadores por Conta Própria: Perfil e Destaques Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre*. Março de 2008, Rio de Janeiro, R.J. Recuperado em 10 de junho, 2009 de <http://www.ibge.gov.br>.
- Kovarick, L. (1975) *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. (Estudos Latino mericanos,VI.3) Rio de Janeiro:Paz e Terra.
- Liberato,S.;Queiroz,B.L. e Wajnman,S. (1998) O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil.*Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu, MG. Recuperado em 10 de fevereiro, 2009 de <http://www.abep.org.br>
- Malaguti, M. L. (2000) *Crítica à Razão Informal: a imaterialidade do salariado*. Ed.Boitempo. São Paulo,Vitória:EDUFES.
- Maloney, W. F. (1999) *Self Employment and labor turnover World Bank*, 1818. H Street N W, Washington, DC 20433, University of Illinois Urbana, Champaign. Disponível em <http://www.Worldbank.org>. Acesso em 15 de junho de 2008.E
- Maloney,W.F (2003) *Informality revisited. The World Bank Latin America and the Caribbean Region*. Office of the Regional Chief Economist, Policy Research Working Paper 2965. Recuperado em 15 de junho, 2008, de <http://www.worldbank.org>
- Marx, K.(1971) *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) Volume 1, 1857-1858 - Siglo Ventura Editores*.
- Meszaros,I. (2006) *A Teoria Da Alienação em Marx – Boitempo Editioal*. 1ª Edição
- Ministério da Saúde (2001) *Doenças relacionadas ao trabalho- Manual de Procedimentos para os serviços de saúde*, Brasília, DF. Recuperado em 04 de junho, 2009, de <http://mte.gov.br>.

- Moisés, J. A. (2005) A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, 1 (11), 33-63.
- Montali, Lilia, (1998) Trabalho e família sob reestruturação produtiva. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Recuperado fevereiro, 2009, de <http://www.abep.org.br>
- Offe, C (1989a) Trabalho: a categoria chave da sociologia?, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Recuperado em 08 de Agosto, 2009, de <http://www.apocs.org.br>
- Offe, C (1989b) *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. (Original publicado em 1985)
- Offe, C. (1991) Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. (Original publicado em 1984)
- Organização Internacional do Trabalho [OIT] (1972) Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya. *Report of a inter-agency team financed by the United Nations Development Programme and organised by the International Labour Office*. Geneva, Swiss.
- Organização Internacional do Trabalho [OIT] (2006). O Trabalho Digno e a economia Informal: Resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho, 2002. Em *OIT e a Economia informal*. Escritório de Lisboa. Recuperado em 05 de setembro, 2009, de <http://www.ilo.org/public/portugue/region/.../lisbon/>
- Park, Robert, E. (1948) Migração humana e o homem marginal. Em Stonequist, E. V. *O homem marginal: estudo de personalidade e conflito cultural*. São Paulo: Martins.
- Pastore, J. (2004) Informalidade: estragos e soluções. Recuperado em 25 de abril de 2008, Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/index.htm>
- Pastore, J. (2005) Perspectivas e Problemas de Emprego no Brasil. *Seminário Brasil Canadá: Desafios para a criação de empregos*, patrocinado pelo CEBRI, Brasília, recuperado em 10 de março, 2005 de http://www.cebri.org.br/pdf/232_pdf.pdf
- Pité, J. (2004). *Dicionário breve de Sociologia*. (2ª Ed.). Lisboa: Presença.
- Ramos, A.C. (2007) Do excedente estrutural à escolha individual, *Econômica*, 9 (1), 115-137.

- Timashef, S. N. (1971) Max Weber: Compreensão ao nível do significado e ação humana, (pp.219-223). Em Timascheff, N. S. *Teoria sociológica* (3ª Ed.). Rio de Janeiro; Zahar.
- Rifkin, J. (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Markron Books.
- Sato, L. (2002). Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. Em: M.G. Jacques & W. Codo. (Orgs.). *Saúde Mental & Trabalho: leituras*. (pp. 31-49). Petrópolis: Vozes.
- Soratto, L. H. (2006). *Quando o trabalho é na casa de outro: um estudo sobre empregadas domésticas*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília, D.F
- Sunkel, O. (2000) Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. Em: Bielschowsky, R. (org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vols.1. Rio de Janeiro: Record.
- Tokman, E. V. (2007) Informality: exclusion and precariousness. *Tripartite Interregional Symposium on the informal economy: enabling transition to formalization*” org, International Labor Office, Geneva, 27-29 November 2007-. Recuperado em 15 de Abril de 2009. Disponível em: <http://www.Worldbank.org.version>
- Touraine, A. (2004) *A busca de si: diálogo sobre o sujeito/Alan Touraine, Farhad Khosrokhavar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Ulyseia, G. (2006) Informalidade no mercado de trabalho: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, 26, (4), 596-618.
- Vatin, F. (1999). *Epistemologia e Sociologia do Trabalho*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget.
- Vasques-Menezes, I. (2000). *Orientação para o Trabalho – monografia de conclusão de formação em Psicodrama*. Federação Brasileira de Psicodrama FEBRAP.
- Vasques-Menezes, I. (2005) *A contribuição da psicologia clínica na compreensão do Burnout: Um estudo com professores*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. UnB.
- Weber, M. (1964). *Economia y Sociedad – 2 volumes*. México: Fondo de Cultura Economica.
- Weber, M. (1985) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. (4ª Ed). São Paulo: Livraria Pioneira.

Xavier, M. R. F, (1996). Por uma ética do gerenciamento dos conflitos. Revista Bioética, Volume 5, Nº1, Conselho Federal de Medicina. Recuperado em 05 de agosto, 2009 de <http://www.portalmedico.org.br/bioetica/index.php>

ANEXOS

Tabela 1.***Grupamentos de Atividade Principal do Empreendimento do Trabalho Principal - 2003 até 2007***

Nível de ocupação	<u>População 2003</u>		<u>População 2004</u>		<u>População 2005</u>		<u>População 2006</u>		<u>População 2007</u>		<u>Crescimento</u>
	População	% PEA* ocupada	População	% PEA ocupada	População	% PEA ocupada	População	% PEA ocupada	População	% PEA ocupada	Taxa de Crescimento 2003 - 07
Empregado com carteira	23704107	37.720	25692468	38.426	27046296	39.041	28343584	39.337	30189072	40.682	0.274
Outros empregados sem carteira	14150431	22.518	15435870	23.086	15448900	22.300	15809908	21.942	15696585	21.152	0.109
Empregados sem declaração de carteira	2743	0.004	419	0.001	--	--	582	0.001	--	--	--
Conta própria	17709344	28.181	18574690	27.780	18831511	27.183	18924327	26.264	19212785	25.891	0.085
Empregador	3323943	5.289	3479064	5.203	3683355	5.317	3976813	5.519	3411477	4.597	0.026
População ocupada	62841547	--	66862459	--	69276384	--	72054136	--	74207139	--	0.181

Nota. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Microdados de pessoas entre 2003 e 2007.

* População Economicamente Ativa.

Tabela 2.***Sexo Segundo Nível de Ocupação - 2003 até 2007***

	Gênero	<u>População 2003</u>		<u>População 2004</u>		<u>População 2005</u>		<u>População 2006</u>		<u>População 2007</u>		<u>Crescimento 2003 - 07</u>
		População	% Total	População	% Total	População	% Total	População	% Total	População	% Total	Taxa de Crescimento
<u>Conta própria</u>	Masculino	8629941	13.733	8750398	13.087	8960382	12.934	8982663	12.467	9385023	12.647	0.087
	Feminino	4842143	7.705	5182034	7.750	5415889	7.818	5571715	7.733	5727995	7.719	0.183
	Total	13472084	21.438	13932432	20.837	14376271	20.752	14554378	20.199	15113018	20.366	0.122
<u>Carteira assinada</u>	Masculino	35283410	56.147	37179014	55.605	38493712	55.565	39828499	55.276	41112914	55.403	0.165
	Feminino	27558137	43.853	29683445	44.395	30782672	44.435	32225637	44.724	33094225	44.597	0.201
	Total	62841547	--	66862459	--	69276384	--	72054136	--	74207139	--	0.181

Nota. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Microdados de pessoas entre 2003 e 2007.

Tabela 3- Setor Informal – Pessoas por Conta Própria - Grupamentos de Atividade Principal do Empreendimento do Trabalho Principal

Grupamento de atividades	População 2003		População 2004		População 2005		População 2006		População 2007		Crescimento 2003-07
	População	% Total	População	% Total	População	% Total	População	% Total	População	% Total	Taxa de Crescimento
Agrícola	382	0.003	--	--	--	--	347	0.002	--	--	--
Outras atividades industriais	51557	0.383	47396	0.340	60902	0.424	28215	0.194	37628	0.249	-0.270
Indústria de transformação	2043912	15.171	2060688	14.791	2335978	16.249	2297610	15.786	2328448	15.407	0.139
Construção	2345730	17.412	2290140	16.437	2458199	17.099	2448981	16.826	2657312	17.583	0.133
Comércio e reparação	4403723	32.688	4636863	33.281	4629374	32.201	4575482	31.437	4773664	31.586	0.084
Alojamento e alimentação	842348	6.253	905603	6.500	871933	6.065	882602	6.064	878912	5.816	0.043
Transporte, armazenagem e comunicação	1130761	8.393	1175377	8.436	1160342	8.071	1184892	8.141	1288661	8.527	0.140
Educação, saúde e serviços sociais	417699	3.100	430437	3.089	487036	3.388	495800	3.407	502025	3.322	0.202
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1160512	8.614	1257571	9.026	1284191	8.933	1390330	9.553	1458687	9.652	0.257
Outras atividades	907444	6.736	943872	6.775	909154	6.324	1053539	7.239	1047417	6.931	0.154
Atividades maldefinidas ou não-declaradas	168016	1.247	184485	1.324	179162	1.246	196580	1.351	140264	0.928	-0.165

Total	13472084	--	13932432	--	14376271	--	14554378	--	15113018	--	0.122
-------	----------	----	----------	----	----------	----	----------	----	----------	----	-------

Nota. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Microdados de pessoas entre 2003 e 2007.

Tabela 4.

Setor Informal - Pessoas por Conta Própria - Grupos de Anos de Estudo - 2003 até 2007

Escolaridade por Grupos de anos	<u>População 2003</u>		<u>População 2004</u>		<u>População 2005</u>		<u>População 2006</u>		<u>População 2007</u>		<u>Crescimento 2003 -07</u>
	População	% Total	População	% Total	População	% Total	População	% Total	População	% Total	Taxa de Crescimento
Sem instrução e menos de 1 ano	1241868	9.218	1251454	8.982	1287180	8.954	1190223	8.178	1230773	8.144	-0.009
1 a 3 anos	1765505	13.105	1791621	12.859	1799808	12.519	1730307	11.889	1723671	11.405	-0.024
4 a 7 anos	4437704	32.940	4428699	31.787	4599879	31.996	4608761	31.666	4514225	29.870	0.017
8 a 10 anos	2315765	17.189	2504218	17.974	2504414	17.420	2564180	17.618	2828914	18.718	0.222
11 a 14 anos	2784279	20.667	2998804	21.524	3198097	22.246	3396295	23.335	3678569	24.340	0.321
15 anos ou mais	891921	6.621	928406	6.664	958328	6.666	1038605	7.136	1108965	7.338	0.243
Não determinados e sem declaração	35042	0.260	29230	0.210	28565	0.199	26007	0.179	27901	0.185	-0.204
Total	13472084	--	13932432	--	14376271	--	14554378	--	15113018	--	0.122

Nota. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Microdados de pessoas entre 2003 e 2007.

Tabela 5.***Setor Informal - Pessoas por Conta Própria - Contribuição para Instituto de Previdência - 2003 até 2007***

Classe	<u>População 2003</u>		<u>População 2004</u>		<u>População 2005</u>		<u>População 2006</u>		<u>População 2007</u>		<u>Crescimento 2003-07</u>
	População	% PEA* ocupada	População	% PEA ocupada	População	% PEA ocupada	População	% PEA ocupada	População	% PEA ocupada	Taxa de Crescimento
Contribuinte	2381395	3.790	2397173	3.585	2479384	3.579	2523399	3.502	2717877	3.663	0.141
Não-contribuinte	11090307	17.648	11534433	17.251	11896887	17.173	12030979	16.697	12395141	16.703	0.118
População ocupada	62841547	--	66862459	--	69276384	--	72054136	--	74207139	--	0.181

Nota. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Microdados de pessoas entre 2003 e 2007.

* População Economicamente Ativa.

Tabela 6.***Trabalhadores por conta própria. Número de Anos Nesse Trabalho - 2003 até 2007***

Tempo de Trabalho (Anos em Média)	<u>Tempo em 2003</u>		<u>Tempo em 2004</u>		<u>Tempo em 2005</u>		<u>Tempo em 2006</u>		<u>Tempo em 2007</u>	
	Tempo	% do Tempo	Tempo	% do Tempo	Tempo	% do Tempo	Tempo	% do Tempo	Tempo	% do Tempo
<u>População ocupada</u>	6.197782291	41.949	6.208	41.709	6.201	41.260	6.336	41.261	6.497	40.603
<u>Conta própria</u>	8.576958179	58.051	8.676	58.291	8.828	58.740	9.020	58.739	9.504	59.397
<u>Total (Soma)</u>	14.77474047	--	14.883	--	15.029	--	15.357	--	16.001	--

Nota. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Microdados de pessoas entre 2003 e 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)